



**ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE ABRIL
DE DOIS MIL E TREZE.**

----- No dia vinte e seis de abril de dois mil e treze, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Joaquim Almeida Henriques, secretariado pelo Senhor António Elísio de Jesus Dias, como primeiro secretário e a Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como segunda secretária. -----

-----A Sessão teve início às nove horas e trinta e dois minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: **ALDINA DA CONCEIÇÃO F. DE JESUS ALMEIDA** (justificada), **ANTÓNIO JOSÉ SANTOS ALVES LAGE OLIVEIRA** (justificada), **ARMANDO NUNO DOS SANTOS GOMES** (justificada), **JOSÉ DOS SANTOS COSTA** (justificada), **MANUEL DE ALMEIDA PEREIRA** (justificada), **FERNANDO MARTINS MACHADO**, e **PEDRO RUI OLIVEIRA RODRIGUES**. E para que conste na presente ata, o resumo da correspondência expedida e recebida, previamente distribuída, fica a seguir transcrito: -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA: -----

- A Assembleia Municipal recebeu convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, convidando o Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações.-----

- Diversas entidades e partidos políticos solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal.-----

- O Senhor Deputado Carlos Vieira e Castro remete comunicado de imprensa a solicitar a demissão do Sr. Vereador Guilherme Almeida.-----

- A Senhora Deputada Aldina Conceição F. de Jesus Almeida remete, por via oficiosa, justificação para a sua falta na AM de 28 de fevereiro.-----

- O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela vem através de Ofício datado de 01-03-2013 solicitar a gravação da intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu.-----

- O Senhor Presidente da Junta de S. Pedro de France Fernando Martins Machado, remete via correio eletrónico, justificação para a sua falta na AM de 28 de fevereiro.-----

- O Grupo Parlamentar Os Verdes, remete via correio eletrónico pergunta ao Governo sobre a requalificação da Estrada Nacional 16.-----

- O Senhor Presidente da Junta de Vila Chã de Sá, remete via correio eletrónico, ofício relativo à justificação da sua falta na AM de 28 de fevereiro.-----

- Pedido de Cancelamento de cedência do salão – Solar dos Peixotos para a realização da atividade da JSD – Encontro de Gerações, revista para dia 13 de março de 2013.-----

- Pedido de Cancelamento de cedência do salão – Solar dos Peixotos para a realização da atividade da JSD – Encontro de Gerações, revista para dia 23 de março de 2013.-----

- Recebido, pedido de informação via correio eletrónico referente à data da Assembleia Municipal Infantil 2013, bem como Apresentação do Projeto da 10ª edição da Assembleia Municipal de Jovens de Sesimbra.-----

- Foi recebido em 2-04-2013, via correio normal, cópia do ofício e moção referente à reivindicação da criação da Unidade de Radioterapia e de Medicina Nuclear, aprovada por unanimidade na reunião de 25 de março do Conselho Executivo da CIM da Região Dão Lafões.-----

- O Partido Comunista Português remete via correio eletrónico, Requerimento enviado ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Economia e Obras Públicas da Assembleia da



República para Audição sobre o encerramento de Estações de Correios e sobre a situação e futuro da Empresa CTT e do serviço público postal.-----

- O Rancho Folclórico de Torredeita remete via correio normal, ofício referente ao programa da Celebração das bodas de ouro a realizar em 11 e 19 de maio 2013, bem como respetivo Curriculum Vitae.-----

- A Sra. Deputada Municipal Elisabete Maria de Almeida Jesus Farreca Membro da Assembleia Municipal pelo (PSD) remete, por via correio eletrónico solicitação de suspensão de mandato referente ao período de 24 de abril a 8 de maio de 2013.-----

- A Associação Cultura, Recreativa e Social de Teivas solicita através de ofício, Texto sobre a evolução e história das Cavalhadas de Teivas a publicar no livro de 2013.-----

- O Teatro Viriato remete programação da temporada de Abril a Julho de 2013.-----

- A Escola Profissional de Torredeita envia um exemplar da Revista “Evoluir Aprendendo.”-----

- O Exmo. Sr. Dr. Joaquim Leitão Couto, envia oferta do livro de sua autoria “Vila Nova do Couto de Baixo e A Quinta ao Pinheirinho”.-----

- A Sra. Deputada Municipal Patrícia Alexandra de Almeida Monteiro Membro da Assembleia Municipal pelo (PS) remete, por via correio eletrónico solicitação de suspensão de mandato pelo período de um mês.-----

- A Sr. Deputado Municipal Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues Membro da Assembleia Municipal pelo (BE) remete, por via correio eletrónico, solicitação de substituição referente ao período de 22 de abril a 17 de maio de 2013.-----

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, remete informação escrita acerca da atividade e situação financeira do Município.-----

- A Sr. Deputado Municipal António Fernando Correia de Campos Membro da Assembleia Municipal pelo (PS), por não poder estar presente na próxima Assembleia Municipal a realizar no dia 26 de Abril, requer a sua substituição por um período de 30 dias.-----

- A Sra. Deputada Municipal Cristina de Almeida Lourenço Varandas Membro da Assembleia Municipal pelo (PS) remete, por via correio eletrónico solicitação de suspensão de mandato por um período de 30 dias.-----

- O Senhor Deputado Municipal Marco Daniel Nicola Veríssimo pertencente ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, comunica via correio eletrónico, que por motivos profissionais não pode estar presente quer na Sessão extraordinária do 25 abril, quer na Sessão ordinária de 26 de abril, pelo que pede para que seja convocada a Senhora Manuela Maria Coelho Antunes.-----

- Foi remetido por correio pela Assembleia Distrital de Viseu, comunicação da Sessão Ordinária de 24 de Abril, Comunicação da Eleição da Mesa e Documentos de Prestação de Contas.-----

- Foi remetido por ofício pela Câmara Municipal de Viseu, “Grandes opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Viseu para 2013 – Revisão 1”.-----

- Foi remetido por ofício pela Câmara Municipal de Viseu, “Grandes opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água Saneamento e Piscinas de Viseu para 2013 – Revisão 1”.-----

- Foi remetido por ofício pela Câmara Municipal de Viseu, “Relatório de Gestão e Documentos Financeiros da CMV e dos SMAS referentes ao Exercício Económico de 2012”.-----

- Foi remetido por ofício pela Câmara Municipal de Viseu “Regulamento do Serviço de Distribuição de Água do Concelho de Viseu”.-----

- Foi remetido por ofício pela Câmara Municipal de Viseu “Regulamento do Serviço de Drenagem de Águas Residuais do Concelho de Viseu”.-----

- Foi remetido por ofício pela Câmara Municipal de Viseu “Designação e Remunerações dos Órgãos Sociais da HABISOLVIS - Empresa Municipal de Habitação Social”.-----



- Foi remetido por ofício pela Câmara Municipal de Viseu” Convénio de Cooperação Territorial que cria o Organismo de Cooperação Territorial – “Rede de Cidade Cencil”.--
- Foi remetido por ofício pela Câmara Municipal de Viseu, “Adesão condicionada à nova Prestação de Serviços de Recolha e Transporte a Destino Final de R.S.U., Lavagem, Manutenção, Fornecimento e Colocação de Contentores nos Municípios do Planalto Beirão”-----
- Foi remetido por ofício pela Câmara Municipal de Viseu, “Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço do Município de Viseu”-----
- Foi remetido por ofício pela Câmara Municipal de Viseu, “Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Viseu.-----
- Foi remetido por ofício pela Câmara Municipal de Viseu, “Regulamento Tabela e Taxas, Licenças e Outras Receitas do Município de Viseu”-----
- O Senhor Deputado Municipal do (PSD) José António Santos Esteves Correia, remete, por via correio electrónico solicitação de suspensão de mandato referente ao período de 23 de abril a 16 de junho 2013.-----
- O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues, remete, via correio electrónico solicitação de suspensão de mandato referente ao período de 22 de abril a 17 de maio 2013.-----
- A Senhora Deputada Municipal Cristina de Almeida Lourenço Varandas, remete, via correio electrónico solicitação de substituição para a Assembleia Municipal do dia 26 de abril de 2012.-----
- O Jornal do Centro remete via correio electrónico, confirmação da receção do Edital.-----
- CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:**-----
- Foi dado conhecimento dos diversos pedidos de cedência do Salão da AM, aos Partidos Políticos que o solicitaram, bem como, às Entidades e Organismos que efetuaram o mesmo pedido.-----
- Foram remetidas, por via oficiosa, para o Senhor Presidente da Câmara de Viseu, cópias das Certidões em minuta das Aprovações e Deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta AM do dia 28 de fevereiro de 2013. -----
- Resposta do Sr. Presidente da Assembleia Municipal ao pedido de solicitação de gravação da intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu, feita pelo Sr. Presidente da Câmara de Tondela. -----
- Foi dirigida via correio electrónico à Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra informação sobre a VIII Sessão da Assembleia Municipal Infantil a realizar dia 27 de maio de 2013. -----
- Foi remetido via correio electrónico, pedido de ajuda referente à reconstituição da intervenção no período antes da Ordem do Dia aos Srs. Deputados do Partido Socialista, Gonçalo Amândio Ginestal M. M. Albuquerque, João Paulo de Loureiro Rebelo, Pedro Agostinho da Silva Baila Madeira Antunes e Jorge Adolfo Meneses Marques. -----
- Foi remetido via correio electrónico, agradecimento relativo à participação do Agrupamento Escolas Viseu Norte e Colégio Via Sacra na VIII Sessão da Assembleia Municipal Infantil 2013. -----
- Foi solicitado via correio electrónico 70 lancheiras, 70 viriatos e 100 sumos, destinados à AM Infantil a realizar em 27 maio de 2013. -----
- Foi remetido por ofício convocatória referente à Sessão Comemorativa do 25 de abril que terá lugar no Salão da Sede da Junta de Freguesia de Calde. -----
- Foi remetido Ofício ao Senhor Deputado Joaquim Lúcio Trindade Messias para substituição da Senhora Deputada Municipal Elisabete Maria de Almeida Jesus Farreca, por ter pedido a suspensão de mandato no período de 21 de fevereiro a 31 de março de 2013. -----
- Foi remetido Ofício ao Partido Social Democrata a comunicar que a Senhora Deputada Municipal Elisabete Maria de Almeida Jesus Farreca foi substituída Senhor Deputado



- Joaquim Lúcio Trindade Messias na Assembleia extraordinária de 25 de abril. -----
- Para conhecimento do Exmo. Sr. Presidente, foi remetido ao Exmo. Sr. Dr. Jorge Lourenço via correio eletrónico, convocatória e respetivo convite relativo à próxima Assembleia Municipal a realizar a 25 de abril em Calde. -----
 - Foi remetido ao Exmo. Sr. Diretor de Departamento via correio eletrónico convocatória e respetivo convite relativo à próxima Assembleia Municipal extraordinária a realizar a 25 de abril em Calde. -----
 - Foi remetido às Excelentíssima Senhoras e Excelentíssimos Senhores Vereadores via correio eletrónico, convocatória e respetivo convite relativo à próxima Assembleia Municipal extraordinária a realizar a 25 de abril em Calde.-----
 - Foi remetido Ofício ao Senhor Deputado Alexandre João Oliveira G. dos Santos a comunicar que faça a substituição da Senhora Deputada Municipal Patrícia Alexandra Almeida Monteiro por ter pedido suspensão do mandato pelo período de um mês, com efeitos a partir de 19 de abril de 2013. -----
 - Foi remetido Ofício ao Senhor Deputado Marco Daniel Nicola Veríssimo a comunicar que faça a substituição do Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues por ter pedido suspensão do mandato, com efeitos a partir de 22 de abril até 17 maio de 2013. -----
 - Foi remetido Ofício ao Partido Socialista a comunicar que em virtude da Senhora Deputada Municipal Patrícia Alexandra Almeida Monteiro ter pedido suspensão do Mandato pelo período de um mês, foi convocado o Senhor Deputado Municipal Alexandre João Oliveira G. dos Santos. Informou-se que o pedido de suspensão tem efeitos de 22 de abril a 17 de maio de 2013.-----
 - Foi remetido Ofício ao Partido Bloco de Esquerda a comunicar que em virtude do Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues ter pedido substituição, foi convocado o Senhor Deputado Municipal Marco Daniel Nicola Veríssimo. Informou-se que o pedido de suspensão tem efeitos a partir de 19 de abril de 2013.-----
 - Foi remetido Ofício a Senhora Deputada Municipal Manuela Maria Coelho Antunes a comunicar que faça a substituição do Senhor Deputado Municipal Marco Daniel Nicola Veríssimo por ter pedido suspensão do mandato. A referida substituição terá efeitos até 17 maio de 2013.-----
 - Foi remetido Ofício ao Senhor Deputado Municipal José Pedro Esteves Gomes a comunicar que faça a substituição do Senhor Deputado Municipal António Fernando Correia de Campos por ter pedido suspensão do mandato por o período de um mês. A referida suspensão terá efeitos a partir 22 de Abril de 2013.-----
 - Foi remetido Ofício a Senhora Deputada Municipal Marta Alexandra Correia da Costa a comunicar que faça a substituição da Senhora Deputada Municipal Cristina de Almeida Lourenço Varandas por ter pedido suspensão do mandato. O pedido de suspensão terá efeitos a partir 22 de Abril de 2013.-----
 - Foi remetido Ofício ao Exmo. Sr. Diretor do Jornal do Centro, para publicação nesse Jornal, Edital da próxima Sessão Ordinária desta Assembleia Geral que se realizará a 26 de abril 2013 às 9,00 horas.-----
 - Foi remetido Ofício ao Exmo. Sr. Diretor do Diário Regional de Viseu, para publicação nesse Jornal Diário, Edital da próxima Sessão Ordinária desta Assembleia Geral que se realizará a 26 de abril 2013 às 9,00 horas. -----
 - Foi remetido Ofício ao Partido Socialista a comunicar que em virtude da Senhora Deputada Municipal Cristina de Almeida Lourenço Varandas ter pedido suspensão do Mandato pelo período de um mês, informa-se que foi convocado o Senhor Deputado Municipal Marta Alexandra Correia da Costa. Informa-se que o pedido de suspensão tem efeitos a partir de 22 de abril de 2013.-----
 - Foi remetido Ofício ao Partido Bloco de Esquerda a comunicar que em virtude do Senhor Deputado Municipal Marco Daniel Nicola Veríssimo ter pedido substituição, foi convocada a Senhora Deputada Municipal Manuela Maria Coelho Antunes. Informa-se



que o pedido de suspensão tem efeitos a partir de 22 de abril até 17 de maio de 2013.-----

- Foi remetido Ofício ao Partido Socialista a comunicar que em virtude do Senhor Deputado Municipal António Fernando Correia de Campos ter pedido suspensão do Mandato pelo período de um mês, foi convocado o Senhor Deputado Municipal José Pedro Esteves Gomes. Informa-se que o pedido de suspensão tem efeitos a partir de 22 maio de 2013.-----

- Foi enviado ao Senhor Deputado Municipal José Pedro Esteves Gomes via correio eletrónico convocatória da Sessão Extraordinária da AM a realizar no próximo 25 de abril e convocatória da Sessão Ordinária da AM a realizar no próximo 26 de abril. Informou-se também que está a ser convocado por substituição do Senhor Deputado Municipal António Fernando Correia de Campos. Informou-se ainda de que os ficheiros respeitantes à convocatória remetida pelo Senhor Presidente da AM estão acessíveis na página do município na área AM. Disponibilizou-se Utilizador e respetiva Password.-----

- Foi remetido à Junta de Freguesia de S. João de Lourosa Convocatória e convite para a Sessão comemorativa do 25 de abril, convocatória da Sessão e Ordinária da AM a realizar no próximo 26 de abril. Informou-se também de que os ficheiros respeitantes à convocatória remetida pelo Senhor Presidente da AM estão acessíveis na página do município na área AM. Disponibilizou-se Utilizador e respetiva Password.-----

- Foi enviado à Senhora Deputada Manuela Maria Coelho Antunes via correio eletrónico convocatória da Sessão Extraordinária da AM a realizar no próximo 25 de abril e convocatória da Sessão Ordinária da AM a realizar no próximo 26 de abril. Informou-se também que está a ser convocado por substituição do Sr. Deputado Municipal Marco Daniel Nicola Veríssimo. Informou-se ainda de que os ficheiros respeitantes à convocatória remetida pelo Senhor Presidente da AM estão acessíveis na página do município na área AM. Disponibilizou-se Utilizador e respetiva Password.-----

- Foi enviado à Senhora Deputada Municipal Marta Alexandra Correia da Costa via correio eletrónico convocatória da Sessão Extraordinária da AM a realizar no próximo 25 de abril e convocatória da Sessão Ordinária da AM a realizar no próximo 26 de abril. Informou-se também que está a ser convocado por substituição da Senhora Deputada Municipal Cristina de Almeida Lourenço Varandas. Informou-se ainda de que os ficheiros respeitantes à convocatória remetida pelo Senhor Presidente da AM estão acessíveis na página do município na área AM. Disponibilizou-se Utilizador e respetiva Password.-----

- Foi enviado às Excelentíssimas Vereadoras e Excelentíssimos Vereadores, convocatória da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal a realizar no próximo dia 26 de Abril 2013.-

- Foi enviado às Excelentíssimas Vereadoras e Excelentíssimos Vereadores, convocatória da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal a realizar no próximo dia 26 de Abril 2013.-

- Para conhecimento do Exmo. Sr. Presidente, foi remetido ao Exmo. Sr. Dr. Jorge Lourenço via correio eletrónico, convocatória relativa à próxima Assembleia Municipal a realizar a 26 de abril de 2013.-----

- Foi remetido ao Exmo. Sr. Diretor de Departamento via correio eletrónico convocatória relativa à próxima Assembleia Municipal ordinária a realizar a 26 de abril de 2013.-----

- Foi remetido às Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Excelentíssimos Senhores Deputados via correio eletrónico convocatória relativa à próxima Assembleia Municipal ordinária a realizar a 26 de abril de 2013.-----

- Foi enviado ao Senhor Deputado Municipal António José Coelho Lopes via correio eletrónico convocatória da Sessão Extraordinária da AM a realizar no próximo 25 de abril e convocatória da Sessão Ordinária da AM a realizar no próximo 26 de abril. Informou-se também que está a ser convocado por substituição do Senhor Deputado Municipal José António Santos Esteves Correia. Informou-se ainda de que os ficheiros respeitantes à convocatória remetida pelo Senhor Presidente da AM estão acessíveis na página do município na área AM. Disponibilizou-se Utilizador e respetiva Password.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, após verificação das faltas dos



Senhores Deputados acima referenciados e tendo verificado a existência de quórum, deu início à Sessão dizendo o seguinte: Bom dia a todos, vamos dar início à nossa Assembleia Municipal Ordinária. Queria Cumprimentar os Senhores Vereadores e a Senhoras Vereadoras, cumprimentar os Senhores Membros da Assembleia Municipal, os Senhores Presidentes de Junta, a nossa Ordem de Trabalhos é conhecida, gostava só de fazer aqui uma ou duas questões prévias antes de começarmos a reunião. Antes de mais duas questões referentes à Ordem de Trabalhos que gostava de colocar à consideração dos Senhores Deputados, uma prende-se com a ordem da apreciação dos pontos, portanto proponho que o ponto três passe para quatro e o quatro para três, por razões que perceberão facilmente, porque a aprovação do Relatório de Gestão deve ser primeiro, antes da revisão que se prevê a seguir, portanto faríamos esta alteração se estivessem de acordo e em relação ao ponto sete só para dar nota de uma alteração que também foi enviada para os Senhores Deputados e que tem a ver com o teor da deliberação. Havia aí uma precisão que era necessária ser feita e portanto a precisão acabou por ser feita. Portanto, onde, no fundo a Câmara Municipal deliberou em face das informações prestadas pelo serviço dos Recursos Humanos, deliberou retificar a deliberação número quatrocentos e sessenta e três, tomada na reunião de Câmara de vinte e oito do três, devendo ler-se *“O Administrador Executivo auferirá a remuneração correspondente a cargo de Dirigente Chefe de Divisão (2.445,63€), em vez do Administrador Executivo auferirá a remuneração correspondente ao cargo de dirigente Chefe de Divisão (2.428,29€)”*. Portanto, é esta alteração da proposta que iremos aqui apreciar. se estivessem de acordo, estas duas questões referentes à Ordem de Trabalhos seriam tratadas. Gostava também só de referir, e agradecer aqui, na Assembleia Municipal Ordinária ao Senhor Presidente da Junta de Calde a receção hospitaleira que nos proporcionou ontem para a celebração do XXXIX Aniversário do Vinte e Cinco de Abril. Dar também a informação de que no dia vinte e sete de maio, está marcada a Assembleia Municipal Infantil. O tema será *“Cidadania que futuro”* e vamos ter a participação de quatro agrupamentos e um colégio, para ficar desde já a informação para os Senhores Membros da Assembleia Municipal. Iriamos agora passar à aprovação das Atas. Como os Senhores Deputados se recordam, havia uma questão com a Ata de vinte e um de dezembro, na altura não foi possível aprovar devido a um problema que resultou de algo que está a ser neste momento avaliado, de um funcionário que apagou umas partes da gravação, espero que tenha sido exatamente por lapso do funcionário, de qualquer maneira, contactámos cada um dos Senhores Deputados, e alguns tiveram a oportunidade de, no fundo refazer as intervenções que tinham feito nesses períodos, a única questão que não se conseguiu recuperar, foi o debate que ocorreu entre Deputados, faltando aqui algumas pequenas partes de perguntas e respostas, quer de Deputados dos diferentes partidos quer do Senhor Presidente da Câmara. Portanto se estiverem de acordo eu enviei a Ata exatamente como ela está, optando por colocar onde não foi possível, *“ausência do registo devido por razões de ordem técnica relativas à gravação”* exatamente para que conste a razão por que a Ata não ficou completa. Quero também referir aos Senhores Deputados, que obviamente, o funcionário em causa já não está ao serviço da Assembleia Municipal e solicitámos à Autarquia que abrisse um inquérito exatamente para avaliar as razões deste procedimento e depois atuem em conformidade com aquilo que a Lei define. Portanto, se estivessem de acordo com esta ressalva eu iria colocar à discussão a Ata de vinte e um do doze e perguntava se alguma das Senhoras ou dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre esta Ata. Há também uma questão do discurso do Senhor Deputado Alberto Ascensão que colocámos também no final da Ata conforme tínhamos combinado. Portanto, ficam estas questões da Ata completamente regularizadas e tratadas. Sendo assim, está à discussão. Pergunto se alguém se quer pronunciar? Vamos passar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada com uma abstenção.* Vamos agora apreciar a Ata de vinte e oito de Fevereiro de dois mil e treze e já tudo correu com normalidade, já com o novo funcionário que temos aqui agora na Assembleia Municipal, e vou colocá-la à discussão. Pergunto se alguém se quer



pronunciar. Não tenho nenhum pedido nesse sentido. Vou colocar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade. Portanto, as duas Atas estão tratadas. Do ponto de vista de Atas temos tudo tratado e vão ser colocadas de imediato no “site” da Assembleia Municipal para consulta por parte dos Cidadãos. Feitas estas observações e aprovadas as Atas, vamos entrar então nos nossos trabalhos, exatamente pelo período Antes da Ordem do Dia. Estão dez Senhores Deputados inscritos e começo por dar a palavra ao Senhor Presidente da Junta de S. João de Lourosa de Lourosa.-----

---UM - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE S. JOÃO DE LOUROSA SR. ANTÓNIO DE SOUSA DA FONSECA (PPD/PSD): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhores da Comunicação Social, Minhas Senhoras e meus Senhores. Foi com reconhecimento, regozijo e orgulho que assistimos à assinatura do Auto de Consignação da Empreitada do Emissário da ETAR de Teivas à ETAR de Viseu Sul, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, levada a efeito na Sede da Associação de Teivas, na tarde do passado dia vinte e dois do mês corrente. É um investimento de cerca de quarenta milhões de euros, dos quais oitenta e cinco por cento são comparticipados por fundos comunitários.-----

Este emissário, ligará as estação de tratamento de águas residuais de Teivas a Viseu Sul, desativando as infraestruturas da Póvoa dos Sobrinhos, Zona Industrial de Coimbrões, Teivas, Repeses e Vila Chã de Sá. As águas residuais serão levadas pelo novo emissário para a futura ETAR Viseu Sul, possibilitando uma maior qualidade de vida às populações até agora afetadas. A escolha de novas características na construção sem utilização de estações elevatórias, optando por duas pontes e dois túneis, facilitará a exploração, além dos custos de manutenção e proteção do ambiente. É uma obra numa extensão de nove quilómetros a qual deve ser concluída a trinta e um de dezembro de dois mil e quinze. Após esta assinatura, o empreiteiro em causa tem um mês para dar início às respetivas obras.-----

Renovo os agradecimentos à Câmara Municipal de Viseu, ao Senhor Dr. Fernando Ruas e a todos os empenhados nesta obra de reconhecido mérito e necessidade, contribuindo para uma vida saudável às populações envolvidas até agora afetadas.-----

Bem haja Senhor Presidente.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Baila Antunes.-----

- **DOIS - SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS):** Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Excelentíssimos restantes Membros da Mesa, Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Excelentíssimos Srs. Vereadores, Excelentíssimos Srs. Deputados Municipais, só um parênteses para cumprimentar especialmente em particular o Dr. Pedro Ruas, enfim como veículo de transmissão pelas felicitações pelo nosso Académico, os pais dos jogadores do Académico sentem um particular orgulho e força. Excelentíssimos Senhores Jornalistas, Excelentíssimo Público ,desta vez não venho aqui falar de uma falta de uma verdadeira força motriz da atividade económica, de produção de bens transacionáveis com valor acrescentado em Viseu. Poderia referir “en passant” mais uma hipótese de negócio para Viseu abortada ou a esfumar-se, nomeadamente a construção do Matadouro Regional de Viseu por um empresário Belga, que fez recordar um velho anúncio do Citroen Diane “*e nós a vê-los passar*”. E nós a vê-las a passar, as indústrias, para outros Concelhos. Para Concelhos vizinhos ou como é o caso pelos vistos a esmorecer enfim, porventura por questões relacionadas com o poder central mas também certamente com catalisação, fertilização do nosso Município. O que verdadeiramente me trás aqui hoje, é o ensino superior público em Viseu. Sem qualquer pejo é fácil constatar que os Viseenses têm uma espécie de complexo, um estigma pela falta da Universidade. Esta dor foi sempre muito visível particularmente nos diversos agentes políticos, sejam Deputados,



Viseenses enquanto membros do Governo e essencialmente pela Câmara Municipal de Viseu. Na sua ação ou e na ação desguarnecendo em Viseu, não querendo utilizar o verbo menosprezar o ensino superior instalado. É muito fácil constatar se no “Google” por exemplo colocarmos Câmara Municipal de Viseu, Instituto Politécnico de Viseu, e depois fizermos o mesmo exercício substituindo Viseu por Santarém, Guarda, Coimbra, etc., vê-se uma diferença significativa em termos de quantidade de referências. Por exemplo Santarém é dez vezes mais referida, essa relação, enfim de pesquisa no “Google” e ver a diferença qualitativa nas parcerias estabelecidas. Dou só um exemplo que é a “Briganti Ecoparque”, Parque de Ciência e Tecnologia que resulta da parceria entre a Câmara Municipal de Bragança e o Instituto Superior Politécnico de Bragança, que é um parque que obviamente vai despoletar uma grande atividade económica de excelência com um investimento aproximadamente de vinte milhões, gerando a médio prazo quinhentos postos de trabalho, mas poderia dar outros exemplos, nomeadamente em Leiria, Santarém e até Tomar. Aqui em Viseu, verifica-se uma relação tímida se calhar fria, verificando-se alguns estudos pontuais, nomeadamente na área do ambiente. Mais uma vez a Câmara não tem sabido ser catalisadora, fertilizadora, neste caso da atividade académica de investigação inovação e desenvolvimento próxima da atividade económica, não contribuindo decisivamente para ajudar a alavancar o IPV como uma das principais instituições de ensino superior público no interior, e de facto o Instituto Politécnico, tem todo o potencial para o efeito entre outras dinâmicas que não importa aqui realçar, há que contar mais ativamente com os poderes políticos locais. Para terminar, e já deviam estar a contar com esta questão, queria aludir ao que aconteceu recentemente no Conselho Geral, na constituição do Conselho Geral do Instituto Politécnico de Viseu. Bem sabemos que para este órgão como membros cooptados, são convidados personalidades externas de reconhecido mérito, mas como é natural, têm cabimento por inerência implícita os Presidentes da Câmara, como aliás acontece em muitos dos Politécnicos e Universidades. Porém esta decisão dos membros não cooptados do Conselho Geral, é perfeitamente natural atendendo ao que aconteceu, isto é, o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, perdão, o Excelentíssimo Dr. Fernando Ruas, faltou a todas as reuniões nos quatro anos do anterior mandato. Gostaria de colocar a seguinte questão, claro, estamos aqui para fiscalizar a atividade de Câmara não do Meritoso Cidadão de Viseu o Dr. Fernando Ruas, mas se porventura entender responder frontalmente à seguinte questão, eu agradecia. Porque é que faltou a todas as reuniões do Conselho Geral do IPV nos últimos quatro anos? E já agora, aqui para o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara porquê esta relação tão distante com o IPV? Em que não há interações infraestruturantes sem ser estudos dispersos. Não há uma relação. Eu dei este exemplo de Bragança, mas podia ter dado outros que têm a ver com estruturas, que têm a ver com uma, com a tal, eu estou sempre a utilizar o mesmo termo, daqui a pouco sou conhecido pelo catalisador mas, de catalisação quer seja a nível da atividade económica quer seja a outros níveis, culturais, etc. Era só.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente da Junta de Coração de Jesus.-----

- **TRÊS - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO CORAÇÃO DE JESUS DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD):** Muito bom dia a todos, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhoras e Senhores Vereadores, Colegas Membros desta Assembleia Municipal, minhas Senhoras e meus Senhores e Comunicação Social. Ainda bem que venho a seguir ao Senhor Deputado Baila Antunes para lhe dizer que em termos de educação, e é nesse sentido que eu vou intervir, acho de facto que o Município de Viseu funciona exatamente no sentido oposto daquele que disse. A sua responsabilidade vai sobretudo para as escolas do 1º Ciclo e nesse aspeto eu gostava de deixar aqui bem claro a nossa satisfação e o nosso regozijo pelo que está a ser feito na recuperação da Escola da Avenida. Já tive a oportunidade de o dizer em outras



circunstâncias, é feliz de facto o trabalho que está a ser executado numa escola, que é uma escola de referência, seja pelo Património Arquitectónico de uma época que fez história em Portugal e ser democrata é saber respeitar também exatamente esse legado do passado, está de facto a ser adaptada às novas condições, às novas exigências da educação e este é o exemplo claro no nosso entender de como o Município e em particular, se me permite Sr. Presidente, o Senhor Vice Presidente Dr. Américo Nunes tem tido um cuidado extremo naquilo que tem a ver com a educação, e são as responsabilidades principais. Julgo que nesta Assembleia haverá pessoas que talvez até melhor do que eu possam testemunhar da eficácia e da prontidão com que o Senhor Dr. Américo Nunes tenta resolver, e obviamente também a equipa que com ele trabalha, questões ligadas a este tema. Portanto, para nós e para terminar, enquanto Presidente da Junta de Coração de Jesus, é de facto de enaltecer o trabalho que está a ser feito na Escola Avenida, também por uma outra razão, acho que é de facto uma escola com futuro apesar todas estas dificuldades demográficas porque a sua localização estratégica é por todos nós reconhecida. Muito obrigado.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra o Senhor Presidente da Junta de Fragosela.-----

- QUATRO - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE FRAGOSELA ANTONIO DE ALMEIDA DE JESUS LOPES (PPD/PSD): Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Secretário, Senhoras Vereadoras Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Membros Assembleia Municipal, Comunicação Social. O que me trás aqui, mas antes de entrar no meu discurso eu queria, como o Engenheiro Baila Antunes falou aqui sobre o matadouro, queria-lhe dizer que o matadouro, a sociedade que está, ainda está viva e ainda não encerrou o processo e só não avançou, não foi por culpa da sociedade e toda a gente sabe de quem foi a culpa. Não vamos entrar por esse caminho, mas toda a gente sabe, aliás, ainda hoje esperamos por um relatório que a Policia Judiciária investigou, que nunca chegou, nunca veio à opinião pública da célebre venda dos antigos matadouros de Viseu, Aveiro e Coimbra, ainda estamos hoje à espera desse relatório da Policia Judiciária. Mas o que me trás aqui, é falar sobre o Centro Escolar de Fragosela, isso, é uma obra que estamos a recuperar e a construir de novo o velho legado de uma Senhora que legou uma cantina escolar à Freguesia de Fragosela. Há doze anos quando tomei posse da Junta de Freguesia tínhamos duas escolas a funcionar, a Escola de Prime e a Escola de Fragosela, com a reestruturação escolar a Escola de Prime encerrou e dado o crescimento da população da Freguesia, houve necessidade de se aumentar o parque escolar de Fragosela. O Dr. Fernando Ruas, nosso Presidente, conseguiu na altura arranjar as verbas necessárias para que se construíssem mais duas salas, onde está instalada uma biblioteca provisória e outra no jardim. Foram construídos também instalações para que os professores e auxiliares tivessem as condições para poderem trabalhar em condições boas. Como disse com o aumento da população, a cantina existente já não era suficiente. Eu quero aqui em nome dos pais da Freguesia de Fragosela, que me pediram para eu o transmitir, agradecer à Câmara o empenhamento que fez, o esforço financeiro que está a ser feito. O refeitório e o edifício está quase, a estrutura está quase montada, um refeitório para noventa e oito crianças tomarem as suas refeições, com cozinha, com dispensa e com instalações sanitárias. No mesmo edifício está a ser construída uma sala para instalar definitivamente a biblioteca, outra sala para o ATL, para funcionar o ATL, já que o ATL está a funcionar em instalações alugadas e um telheiro de recreio, um coberto que serve para quando está a chover fazerem as suas atividades, e serve também para na deslocação das crianças da escola para a cantina, esse Telheiro é um tipo pavilhão polivalente. Portanto, as crianças não andam à chuva para se deslocarem de um edifício para outro. Em nome da Junta de Freguesia, da Associação de Pais, da Associação dos Amigos de Fragosela que têm um protocolo que serve as refeições e que toma conta do ATL, em nome da População da Freguesia o nosso obrigado à Câmara Municipal por em tempos de crise, por ter este



esforço financeiro com este equipamento, que vai muito próximo dos duzentos mil euros.--
 ---- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Presidente da Junta. Dou agora a palavra à Senhora Deputada Manuela Antunes.-----

----- **CINCO - A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE):** Bom dia a Todos e a Todas, Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes elementos da Mesa, Excelentíssimo Senhor da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Comunicação Social e Colegas de trabalho. Eu venho apresentar uma Moção e duas Propostas de Recomendação, portanto, espero nos dez minutos conseguir apresentar tudo. A Moção tem a ver com “*A democracia local não pode aceitar candidaturas fora da lei*”.-----

-----Está em marcha uma campanha da coligação de direita para enfraquecer e desprestigiar o poder local. A eliminação, contra a vontade dos autarcas e das populações, de mais de mil freguesias, e diminuição das competências fiscais e outras dos órgãos autárquicos e a imposição de graves constrangimentos financeiros aos municípios, são disso exemplo. Agora, os partidos do governo insistem em desrespeitar uma lei da República (Lei 46/2005) sobre a limitação de mandatos. Para proteger alguns autarcas que se julgam insubstituíveis, o PSD e o CDS-PP têm lançado a confusão sobre a vontade do legislador. E esta atitude é especialmente grave já que PSD e CDS-PP participaram na votação em vinte e oito de julho de dois mil e cinco da proposta de lei nº 4/X, a qual foi aprovada por maioria qualificada de cento e sessenta e seis votos a favor do PS, PSD e BE, onze votos contra do PCP e sete abstenções do CDS-PP e Os Verdes. Esta proposta de lei do governo do PS indicava como finalidade “*fomentar a renovação dos titulares dos órgãos, visando-se o reforço das garantias de independência dos mesmos, e prevenindo-se excessos induzidos pela perpetuação no poder*”. Assim foi proposta a limitação dos mandatos dos titulares de cargos políticos executivos seja no âmbito central, regional e local. O artigo 1º abrangia as funções de Primeiro-Ministro, dos Presidentes dos Governos Regionais e do mandato dos Presidentes dos Órgãos Executivos das Autarquias Locais. Os projetos de lei nºs. 34 e 35 apresentados pelo BE iam no mesmo sentido da limitação de mandatos. É certo que a proposta de limitar a doze anos consecutivos o exercício de funções de presidentes dos governos regionais (como o da Madeira) não teve a aceitação do PSD. Mas o deputado António Montalvão Machado (PSD) realçou que: e passo a citar “*o Partido Social Democrata defendeu sempre a consagração constitucional da limitação da renovação sucessiva de mandatos dos titulares de cargos políticos de natureza executiva.*” Assim se fez a Lei nº 46/2005. Face ao que aconteceu, é duma enorme gravidade democrática a atuação dos partidos da direita, ao inventarem uma narrativa de que não existiu debate nem aprovação duma lei de limitação de mandatos. Que cada cidadão e cada autarca avaliem o que em dois mil e cinco foi dito pelos partidos, (Decreto da Assembleia da República – *I série – nºs 17 e 42* e vários números que estão aqui, depois vou deixar na Mesa, e que tirem as suas conclusões. Que cada força política assuma as suas responsabilidades. As recentes decisões judiciais que se pronunciaram contra as candidaturas fora da lei anunciadas pelo PSD e CDS-PP, constituem uma importante vitória da democracia local. Qualquer que seja o destino processual dos procedimentos cautelares, as sentenças proferidas respeitam integralmente a Constituição e a legislação eleitoral. A limitação dos mandatos é para cumprir. Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Viseu reunida em sessão ordinária em vinte e seis de abril de dois mil e treze, delibera manifestar-se:-----

Contra as candidaturas autárquicas fora-da-lei;-----
 Pelo aprofundamento da democracia, pelo respeito da vontade popular e pela dignificação do poder local.-----

Passo agora a apresentar a primeira recomendação, que tem a ver com a restrição ao horário de funcionamento de estabelecimentos noturnos. Eu sei que vamos falar nisto na proposta, a seguir num dos pontos, mas nós decidimos apresentar uma recomendação. Considerando que a animação noturna pode ser um fator de revitalização e promoção do centro histórico da cidade e considerando que muitos moradores e estabelecimentos



hoteleiros de algumas ruas e praças do centro histórico se têm vindo a queixar de problemas de ruído e insegurança provocados por clientes de vários estabelecimentos de diversão noturna e aqui incluímos desde os clubes, cabarets, boites, bares, cervejarias ou cafés, considerando que o direito ao sossego é um dos principais elementos de uma cidade com qualidade de vida, a Assembleia Municipal de Viseu reunida em sessão plenária no dia vinte e seis de abril recomenda ao executivo municipal que na aplicação do Regulamento dos períodos de abertura e funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços do Município de Viseu seja tido em conta a recomendação da Provedoria de Justiça que num reparo feito ao Presidente da Câmara de Vila Real, na sequência de um conjunto de queixas de moradores do centro histórico daquela cidade, considerou que: passo a citar *“posta em causa da qualidade de vida dos moradores dispõe a lei que a redução dos horários se converte num dever.* “Eu passo agora a referir uma situação, já que eu sou moradora do centro da cidade e também usufruo muitas vezes das infraestruturas noturnas da cidade, a qual me orgulho de usufruir e por ter fácil acesso a elas por morar na cidade. Considero é... é verdade e portanto tenho que o dizer, estou perto, e não é por estar perto mas também porque gosto de sair mas é assustador por exemplo numa das ruas que está ao abandono no centro da Cidade, que é a Rua João Mendes, que a Câmara também possui lá um edifício, está ao abandono porque tem dezenas de fogos em ruínas que constitui até um perigo para a via pública, tem quatro estabelecimentos num espaço de cento e cinquenta metros talvez duzentos metros, quatro estabelecimentos de diversão noturna que na porta o horário está afixado das onze às seis da manhã. Está na porta onze horas às seis da manhã, considerando que são atividades que da porta para dentro, realmente a mim pouco me interessa, sou muito sincera o que se passa lá, mas considero que atrai pessoas e outro tipo de situações que põem em risco, aliás há pessoas, e eu tenho conhecimento porque eu também sou moradora dessa rua, é uma população muito envelhecida e que tem receio de viver naquela rua. Os novos ou alguns fogos que foram reconstruídos estão com dificuldade de serem vendidos ou alugados porque as pessoas não querem ir viver para a tal rua que a própria polícia diz... se perguntarmos a um forasteiro e eu sei porque assisti a isso infelizmente, podia-me dizer aonde é a Rua João Mendes ou a chamada Rua das Bocas? Ai! se calhar era melhor não passar por aí porque é uma rua que tem uma fama assim um pouco complicada. Eu adorava ver esta rua na qual eu moro à quarenta e seis anos reabilitada. São quarenta e seis anos de residência nesta rua desde que nasci, portanto gostaria muito de a ver reabilitada. Outra recomendação tem a ver com a preservação do espaço verde em Marzovelos, e passo a ler. Considerando que em Janeiro de dois mil e cinco os moradores do Bairro de Marzovelos manifestaram a sua preocupação com o futuro do único espaço verde daquela imensa urbanização, em frente ao Hotel Montebelo, uma vez que a Visabeira Imobiliária ali tinha colocado letreiros a anunciar a *“futura localização do Centro Comercial Quinta do Bosque”*, considerando que algum tempo depois, em declarações transmitidas pela Rádio No Ar, o senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu assegurou ser sua intenção não deixar construir nada ali, certo de que a Visabeira também não teria interesse em colocar mais cimento em frente ao Hotel Montebelo, propriedade do grupo, ficando aquele espaço reservado para uma alameda, pelo que iria propor uma permuta de terrenos. Considerando que em junho de dois mil e nove, os moradores do bairro viram ser colocados novos letreiros da Visabeira Imobiliária anunciando: *“futuramente, neste local, um espaço de comércio e serviços”*, considerando que *após* a denúncia pública da Associação Olho Vivo e dos moradores do Bairro de Marzovelos que puseram a circular um abaixo-assinado a apelar à Câmara Municipal para não permitir a destruição do seu único espaço verde com uma dimensão digna desse nome, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu informou os viseenses através da comunicação social local, de que as negociações com a Visabeira para uma permuta de terrenos que possibilitasse a permanência daquele espaço verde, começadas há três anos, ainda não tinham sido concluídas, o que foi corroborado à



imprensa por um porta-voz daquela empresa. Considerando que passados dois anos, o Deputado Municipal do Bloco de Esquerda perguntou, isto vem na sequência ainda como é óbvio do camarada Vieira que trouxe este problema e também de acordo com a Associação Olho Vivo, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, em duas sessões da Assembleia Municipal, sendo a última, em vinte e oito de setembro de dois mil e onze, qual o ponto da situação das referidas negociações. Das duas vezes o senhor Presidente do Executivo Municipal não deu qualquer resposta a esta questão, assim como não deu qualquer resposta ao requerimento no mesmo sentido enviado pelo eleito do Bloco de Esquerda Vieira em dezasseis de fevereiro de dois mil e doze. Considerando que os moradores do Bairro de Marzovelos consultando o PDM agora em revisão verificaram com profunda frustração que o referido espaço ainda não está classificado como espaço verde. A Assembleia Municipal de Viseu reunida em vinte e seis de abril de dois mil e treze recomenda ao Executivo Municipal que preserve como espaço verde a Alameda em frente ao Hotel Montebelo. Tenho dito. Muito obrigada.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigada Senhora Deputada. Como é habitual e de acordo com a interpretação que fazemos da Lei dos Regulamentos, as duas Recomendações serão enviadas à Autarquia e a Moção será colocada à discussão e à votação. Portanto está em discussão a Moção. Senhor deputado Paulo Pereira tem a palavra.-----

- SEIS - SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PPD/PSD): Bom dia Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente do Executivo, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Deputados, Comunicação Social. É-nos apresentada aqui uma moção relativamente à limitação de mandatos, nós devemos só obviamente deixar aqui claro em primeiro lugar que estamos a favor da limitação de mandatos, aliás a limitação de mandatos conforme ela é atualmente concretizada em termos de Lei, na nossa opinião até poderia ser estendida também a outros representantes do poder político, porque neste momento só estão limitados em termos de mandatos os Presidentes Executivos Camarários e os Presidentes das Juntas de Freguesia. Outros elementos, nomeadamente aqueles que, os Deputados da Assembleia da República os outros elementos eleitos para os vários órgãos do poder local, poderiam também ter a sua limitação de mandatos aplicada de forma idêntica, de forma análoga. Relativamente à moção que nos é proposta. Bem, nós consideramos que o Bloco de Esquerda, não é aqui o defensor da Lei e da virtude, nós todos defendemos a aplicação da Lei e temos a certeza de que o poder judicial irá fazer com que a Lei se aplique. A moção refere explicitamente as candidaturas fora da Lei e portanto nós não acreditamos que isso se venha a verificar, a justiça certamente que fará vigorar aquilo que for aplicável em termos legais. Certamente que nós, aqui em Viseu o PSD não vai apresentar nenhuma candidatura fora da lei, portanto isso está de todo posto de parte, e por esse motivo esta moção não se aplica ao nosso caso particular ao nosso partido em Viseu. Além disso é uma moção que pretende relançar aquilo que poderá eventualmente passar-se no futuro, as eleições ainda não estão marcadas, as listas ainda não estão feitas, não estão apresentadas e como referimos há que separar claramente aquilo que é o poder judicial dos restantes poderes e portanto nós consideramos que a quem de direito realmente das respetivas funções e a justiça irá fazer com que realmente não se verifiquem candidaturas fora da lei. Por esse motivo consideramos que o Bloco de Esquerda não é aqui o paladino da virtude e por esse motivo nós iremos votar contra a moção que nos é aqui apresentada.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Tenho também uma inscrição do Senhor Deputado Diamantino Santos.-----

- SETE - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO CORAÇÃO DE JESUS DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD): Muito obrigado Senhor Presidente. Agradeço que me dispense o protocolo. Uma intervenção muito rápida só para dizer, só para responder à moção, ao conteúdo da moção da Senhora Deputada Manuela Antunes e corrija-me se estiver errado, julgo que aquela questão do espaço verde em



Marzovelos foi uma situação já herdada da atual Administração Municipal e que também sei seguramente, até porque é de facto um cidadão que privilegia a utilização daqueles espaços, sei que o Senhor Presidente da Câmara Municipal comunga dessa nossa preocupação de facto. Portanto, aquele é um espaço que Marzovelos merece, que continue a ser um espaço verde e por isso nesse sentido estamos convictos que o Senhor Presidente do Município ou quem o venha a suceder lutará por esse desiderato. Muito Obrigado.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Alberto Ascensão.-----

- OITO - O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES ASCENSÃO (PS): Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Excelentíssimos Colegas Membros desta Assembleia, Público em Geral, Senhores da Comunicação Social. De facto a Lei da limitação de mandatos aprovada pela Assembleia da República teve origem numa proposta formulada pelo PS e portanto temos enfim, bem presentes os seus princípios e os objetivos que a Lei se propõe alcançar. Sabemos que só não foi mais longe porque não obteve algum apoio de outras bancadas da Assembleia da República, contudo, ela não deixou de ir ao encontro de uma boa parte daquilo que são os mandatos e limitá-los de uma forma que pensamos e que interpretamos e penso que é, que foi o objetivo de uma forma pessoal, tentado limitar os mandatos das pessoas por forma a credibilizar a classe política, nomeadamente aqueles que são objeto desta lei. Não faz sentido que a coberto de um certo “paraquedismo” autárquico se ultrapasse e se salte por cima da Lei, dando-lhe, desvalorizando-a dando-lhe uma interpretação um bocado à revelia daquilo que são de facto os seus objetivos. Nessa medida e porque pensamos que o facto de estar de lado de uma rua e passando para o lado de lá, estando do lado de cá do rio e passando para o lado de lá, as pessoas não deixam de ser aquilo que são e certamente que levam com elas os seus vícios, porventura também as suas virtudes, entendemos que o objetivo é de facto limitar os mandatos daquela pessoa que está em causa e nessa medida vamos votar favoravelmente a moção apresentada aqui pela Deputada do Bloco de Esquerda, exatamente porque os objetivos são aqueles que procurei dizer aqui e não podemos estar mais de acordo com esses objetivos daquela Lei, sendo que a moção vai ao encontro deles. Muito Obrigado.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Não tenho mais nenhum Deputado inscrito, o Senhor Presidente da Câmara pede também para usar da palavra, para dar também algumas informações.-----

- NOVE - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Sr. Presidente. São apenas algumas informações sobre esta matéria, eu que como sabem sou limitado pela Lei em relação aos mandatos, não faço conta de saltar para lado nenhum, portanto estou à vontade para falar sobre isto. Mas gostaria de fazer uma correção, de facto não são só os partidos, o CDS e o PSD que têm Autarcas a concorrer em outras Câmaras, não sei se a posição do Partido Socialista aqui que é de apoio a esta limitação, também se refere ao Autarca de Beja, que é um Autarca do Partido Socialista e que está exatamente na mesma situação, é conhecida. Portanto, não sei se eventualmente lhes escapou este pormenor. Mas há uma coisa que eu não aceito. Eu que aceito pacificamente a limitação de mandatos, que se diga que ela foi imposta para se credibilizar a classe política. Isto é paleio de alguém que não tem crédito nenhum, que foi limitado esse sim por voto popular, que foi o caso do Senhor Deputado que agora falou, esse foi limitado pelo voto popular que é o único que conhecemos, que limitou por o cartão, pelo voto o mandato, os mandatos. E portanto, essa a única coisa que nós sabemos, a democracia é essa. Aliás, nós já vimos que se houvesse limitação de mandatos e se toda a classe política fosse abrangida como devia ser, pelos vistos quiseram ir mais longe mas não conseguiram, havia gente que possivelmente não estaria vinte anos a desempenhar cargos políticos e depois se prepara ainda para renovar num outro sítio. Portanto eu queria deixar esta nota, porque de facto me parece importante que se esclareça isto. Já agora uma outra coisa em relação ao espaço verde



também, apesar de ser uma recomendação gostaria de concluir, para falar sobre espaço verde. De facto o espaço verde não foi decisão desta Câmara e já agora dizer porque pode haver confusão a Alameda não é toda aquela que está em questão, há uma parte que já é verde e que é domínio público da Câmara e esse continua espaço verde. O que está em causa é um terreno, propriedade da Visabeira que foi adquirido na altura antes de eu chegar à Câmara que propiciou a abertura da circunvalação, é bom que saibam isto, portanto se alguém tentar resolver aquele caso, como resolvemos o problema do acesso à Pousada, somos nós que resolvemos problemas que herdámos do anterior e portanto, estamos neste momento como sabem para resolver um problema com alguém que é proprietário, é preciso a vontade das duas partes e nós estamos a tentar resolver isso e portanto não vale a pena estar a dizer ou a exigir, porque se a outra parte não estiver interessada naturalmente que nós não podemos entrar numa propriedade privada, sob pena de podermos fazer isso, tomar posse administrativa mas pagamos, pagamos o justo valor. Portanto essa é a situação real, não vale a pena dizer que se a Câmara quiser não deixa construir nada, estamos a tentar resolver o assunto com um plano de pormenor que visa naturalmente que a Câmara conceda noutro lado aquilo que não quer deixar construir naquele e que legitimamente o proprietário tem direito. É bom que saibam isso, não vale a pena. Mais, falemos claro, não vale a pena insurgir-se e dar isso como um caso anormal, se o proprietário lá for pôr placas a dizer quero construir isto e aquilo, tem toda a legitimidade. A Câmara passou-lhe isso. Toda a legitimidade, portanto, não vale a pena achar-se que é um caso anormal, é exatamente a mesma coisa que alguém do Bloco de Esquerda estar a pôr uma antena na sua vivenda e a gente dizer, espere aí não ponha. Não pode, e portanto nós também não podemos, só podemos pela via da negociação ou da persuasão dizendo olhe isto fica muito bem aqui, porque convenhamos, eu gostaria de vos pôr perante esta situação: Suponhamos que o proprietário teria começado por ali? O que é que hoje estavam a pedir? O proprietário podia ter começado por ali a construir, aquilo que já tinha autorizado, hoje estavam a pedir o quê? Para demolir? Eu também tenho familiares muito diretos a morar ali, portanto vale a pena é nós nos situarmos e sabermos o que é que está em jogo, porque se o proprietário à vinte e quatro anos que tem aquilo quisesse começar por construir neste momento, estávamos a dizer o quê? Vamos demolir aquilo porque as pessoas que moram deste lado gostariam de ter um espaço verde! Já agora uma outra coisa e eu gostava de deixar isto à Deputada do Bloco de Esquerda. Quando se fala em Marzovelos é muita coisa, dizer que é o único espaço verde que existe em Marzovelos, é de facto não conhecer Marzovelos. Se há zona que tem espaços verdes é Marzovelos! E de que maneira! Portanto, já é talvez a zona da Cidade com mais espaços verdes. Estamos a falar só para aquela zona ali, que é uma zona pequenina, da Rua Mestre António Nelas, não tem mais nada, e portanto, o resto tem muitos espaços verdes. Eu posso vos dizer de cor, se, não sei se o João Paulo era alguma coisa para mim, mas eu podia esclarecer. Tem muitos espaços verdes em Marzovelos, basta lá dar a volta e ver os espaços verdes do domínio público que há em Marzovelos. Era este esclarecimento Senhor Presidente.....

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Muito obrigado Senhor Presidente. O Senhor Deputado Alberto Ascensão pede a palavra para uma segunda intervenção neste debate.....

- **DEZ - O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES ASCENSÃO (PS)**: Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Caros Colegas, Comunicação Social e Público em Geral. Deu para perceber aquilo que eu ainda não tinha percebido pessoalmente, se calhar não consegui atingir, a dificuldade com que o Senhor Presidente da Câmara está a confrontar-se com a limitação de mandatos que lhe está a ser imposta. Eu ainda não me tinha apercebido disso, pensei que era pacífico, mas é uma imposição legal essa. Este Deputado que aqui está a quem através do voto popular foi imposta a tal limitação de mandatos que o Senhor Presidente diz, que eu não conhecia essa figura



através do voto popular, ou se ganham ou se perdem eleições, eu perdi-as, porque só perdem quem as ganhou antes. Eu ganhei-as antes. Impus a limitação de mandatos que o Senhor me atribuiu a mim, ao meu antecessor. Como impusemos a limitação de mandatos em Bodiosa, como impusemos a limitação de mandatos em S. Pedro de France, como outrora em Orgens, só para referir estas. Portanto, também temos a nossa contabilidade, também sabemos dessa limitação de mandatos. Já agora, queria dizer que de facto há uma coisa aqui, que eu não percebo. Nós, se calhar, estamos mais uma vez mal informados. Não conhecemos essa situação de Beja. Se calhar é boato da caserna. Se calhar o Senhor Presidente tem essa informação. Para já não sabemos de casos concretos, nem ninguém ainda teve nenhuma sentença judicial a proibir essa recandidatura em concelho diferente. Portanto, a nossa situação é de calma, de alguma realidade, de alguma aceitação da Lei que a Assembleia da República aprovou. Muito obrigado.-----

MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Não tenho mais nenhuma inscrição, vou colocar. O Senhor Presidente da Câmara para mais um esclarecimento. Tem a palavra.-----

ONZE - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Não é nenhum esclarecimento, é aquele estado de alma que o Senhor Deputado, que por acaso também tem bigode como eu, me atribuiu, que eu que lido mal com a Lei dos Mandatos, com a Lei da limitação dos mandatos. Há uma coisa com que eu lido bem, é saber que os Senhores nunca me derrotaram, lido bem com isso, muito bem. Lido muito bem com a satisfação do dever cumprido. E, lido muito bem com a credibilidade que encontrei junto das pessoas que me deram por seis vezes a honra e o privilégio de as dirigir, coisa que o Senhor não pode dizer.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Vamos então passar à votação da Mocção. Só referir que estão cinquenta e cinco Deputados na sala. Quem vota a favor da Mocção? Estou a perguntar quem vota a favor? Há aqui só uma diferença na contagem da Mesa, se puderem repetir! Muito Obrigado. Quem vota a contra? Façam o favor de levantar o braço. Muito bem, podem baixar. Quem se abstém? *Portanto foi rejeitada com quarenta e quatro votos contra, dez a favor e uma abstenção.* Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio.-----

DOZE - O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD): Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Caros colegas, Comunicação Social, Público em geral, os meus cumprimentos a todos. O Município de Viseu soube no momento adequado, redireccionar os princípios orientadores da sua política de desenvolvimento desportivo, aproximando cada vez mais os conceitos de promoção da saúde dos seus munícipes com os objetivos da generalização da prática da atividade desportiva e física. Atualmente são inúmeros os estudos e documentos, elaborados por instituições nacionais e internacionais, que associam os benefícios de uma atividade física regular e devidamente orientada com a melhoria da qualidade de vida e prevenção de um conjunto de patologias associadas ao sedentarismo. A alteração dos estilos de vida das sociedades modernas, provocou uma diminuição significativa dos níveis de atividade física das populações, com consequências no aumento das doenças não transmissíveis, nomeadamente as doenças cardiovasculares, cancro, doenças respiratórias crónicas e diabetes. De acordo com o Plano de Ação 2008-2013 da Estratégia Global para a Prevenção e Controlo das doenças não transmissíveis, proposto pela Organização Mundial de Saúde, sabemos que estas doenças são responsáveis por sessenta e três por cento das mortes em todo o mundo, aproximadamente trinta e cinco milhões. Vinte e cinco por cento destas mortes ocorrem em pessoas com menos de sessenta anos e quarenta e seis por cento em menores de setenta anos. Prevê-se que este número aumente dezassete por cento nos próximos dez anos. Provocam ainda o aumento do número de pessoas a viver mais tempo com um pior estado de saúde e sem capacidade funcional para serem autónomos. Geram um enorme aumento nas despesas de saúde, aumentam os níveis de pobreza devido aos elevados custos com medicamentos. Se



eliminarmos os principais fatores de risco, tabagismo, álcool, má alimentação e falta de atividade física, poderíamos prevenir setenta e cinco por cento nas doenças não transmissíveis derivadas às doenças cardiovasculares, ao AVC, diabetes do tipo dois e quarenta por cento dos casos de cancro. Inevitavelmente este novo paradigma tem sérias implicações ao nível da saúde e bem-estar das populações, mas também um forte impacto na despesa pública do Estado. A Organização Mundial de Saúde calculou que a inatividade física seria responsável por cerca de sete por cento dos orçamentos públicos na área da saúde, o que em Portugal se traduziria num valor de aproximadamente seiscentos milhões de euros, segundo dados de 2011. No entanto, se aos efeitos da inatividade física somarmos os feitos de obesidade, os custos com despesas de saúde duplicam e facilmente atingimos a cifra dos mil e duzentos milhões de euros. Os benefícios associados à prática desportiva não se ficam apenas pelas questões da saúde. Sabemos hoje que uma pessoa fisicamente ativa é também um trabalhador mais produtivo e com menores níveis de absentismo, facilita a integração social das minorias e diminui a delinquência juvenil, facilita o aproveitamento escolar e contribui para a criação de referências locais e nacionais, criando laços de identidade com instituições associativas, escolares, privadas e consequentemente com a sua própria região. Neste contexto, podemos facilmente perceber que o investimento público na promoção da prática de atividade física e desportiva regular e devidamente orientada é um dos métodos com melhor custo-efetividade para a promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida de uma população. Segundo a Centers for Disease Control and Prevention (CDC2012), o retorno previsto para um dólar de investimento na promoção da atividade física (tempo e equipamento) pode proporcionar uma poupança de três vírgula três dólares em custos médicos. A Câmara Municipal de Viseu tem, nestes últimos anos, efetuado um conjunto de investimentos nas áreas da promoção de atividades desportivas, na construção e requalificação em espaços e equipamentos desportivos, com especial destaque ao nível do Complexo Desportivo do Fontelo, e no apoio ao movimento associativo desportivo que se têm traduzido em resultados bastante positivos ao nível da mobilização e sensibilização dos Viseenses para a prática desportiva. Ao nível das organizações dos projetos municipais de promoção da atividade física, devo destacar os “Jogos Desportivos de Viseu”, iniciativa que conta com vinte e dois anos de existência e que mobiliza anualmente cerca de três mil e quinhentos Viseenses de todas as idades. Um projeto que apesar de se encontrar atualmente a decorrer a vigésima segunda edição não deixou de se atualizar e adaptar às novas realidades e necessidades das populações. As “Manhãs Desportivas” e o “Conhecer Viseu em Bicicleta”, projetos que de maio a julho animam os domingos de manhã dos nossos municípios e dinamizam o Parque Urbano de Santiago, com um conjunto de atividades nas áreas do Fitness e Wellness, mas também, desde dois mil e doze, com uma oferta desportiva mais direcionada para os jovens e promovida por vários clubes do concelho, nomeadamente nas áreas da dança, karaté, rugby, futsal, basquetebol, futebol, ciclismo, tiro com arco, kung fu, ginástica e atletismo. É um conceito interessante que motiva à participação em família dada a coordenação e planificação existente pelo município ao nível dos locais de prática, datas e horários, assim como à diversidade de ofertas em função dos vários público-alvos. Ainda durante os fins de semana os Viseenses têm oportunidade de conhecer alguns dos mais belos locais do nosso Concelho através dos “Percurso Perdestes”. São doze as Rotas criadas desde dois mil e sete, em outras tantas Freguesias, e que aos sábados de tarde, entre junho e setembro, mobilizam aproximadamente duas centenas de pessoas, em cada percurso para a realização de saudáveis caminhadas e alegres convívios. O Município de Viseu, tem ainda procurado reforçar a visibilidade e notoriedade das várias instituições promotoras de serviços desportivos sedeadas no Concelho, assim como das suas atividades, no sentido de colaborar ativamente no seu processo de difusão/distribuição e com isso colaborar também na informação à população sobre a oferta existente. A Feira do Desporto de Viseu, que este ano na sua sexta edição, tem materializado, com sucesso esta visão, uma



vez que potencia a ligação entre as mais de duas dezenas de instituições que se associam à Câmara Municipal de Viseu na organização deste projeto, com as centenas de Viseenses que se deslocam ao Parque Urbano de Santiago para participar nas atividades calendarizadas. Na presente época desportiva 2012/2013. O Município lançou o seu primeiro Guia Desportivo do Concelho de Viseu, num documento que congregou toda a oferta desportiva direcionada para jovens entre os cinco e doze anos e com a distribuição em suporte físico por cerca de sete mil alunos do primeiro e segundo ciclo do ensino básico. Ainda no que respeita aos projetos de promoção da atividade desportiva, a Câmara Municipal de Viseu, organiza o “Indo Eu BTT”, projeto mais recente e que se prepara para a sua terceira edição em setembro deste ano, pelo que ainda se encontra em fase de consolidação perante um segmento muito específico e exigente, e que pretende associar objetivos de cariz mais desportivos a objetivos de promoção turística da região. Por fim, mas não menos importante, temos o projeto de promoção da prática desportiva para “jovens” com mais de cinquenta e cinco anos, denominado de “Atividade Sénior” e que este ano, na sua sétima edição, conta com mais de mil e trezentos inscritos, distribuídos por mais de sessenta e sete grupos de atividade. Com uma duração de aproximadamente de nove meses, a “Atividade Sénior” assume-se como um verdadeiro projeto de promoção da qualidade de vida dos nossos Municípios, quer pela regularidade das atividades (duas vezes por semana), com mais de quatro mil e quinhentas horas de aulas por ano, como pelo enquadramento das aulas por técnicos altamente qualificados, mas acima de tudo pelos benefícios sentidos e relatados pelos participantes, maioritariamente um segmento etário e social mais necessitado da nossa atenção, quer pelos reduzidos níveis de autonomia quer pelo tendente isolamento em que se encontram. O investimento da Autarquia também se tem feito sentir ao nível do seu Parque Desportivo. Nestes últimos anos, são facilmente reconhecidos os esforços encetados na requalificação do Complexo Desportivo de Fontelo, quer ao nível da melhoria de instalações desportivas que já apresentavam alguns sinais de degradação e que não se encontravam adequadas à realidade atual, como na construção de novos e diversificados equipamentos. Nestes últimos dez anos a Câmara Municipal de Viseu investiu alguns milhões de euros na colocação de relvado sintético no Campo Alves Madeira, Campo de futebol de sete, Campo de futebol de cinco e Campo de Ténis, alteração do relvado natural do Estádio Municipal e requalificação da pista de atletismo, requalificação do Complexo das Piscinas, construção de um Complexo de Desportos de Praia, de um Polidesportivo adaptado e do Skate Park. Atualmente está em curso a requalificação do Pavilhão Desportivo do Fontelo, num investimento superior a um milhão de euros. Paralelamente ao investimento de Fontelo a Autarquia tem investido noutros equipamentos mais associados à prática desportiva informal e de lazer, como são disso exemplo a Ecopista do Dão, a Rede Municipal de Percursos Pedestres e a Rede Municipal de Circuitos de Manutenção Seniores. Finalizo esta intervenção focando-me no programa de apoio ao associativismo desportivo e respetivas medidas de apoio que a Autarquia disponibiliza aos seus clubes. No passado dia três de abril a Câmara Municipal de Viseu celebrou vinte e cinco novos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo com os seus clubes num valor global de seiscentos e noventa e sete mil euros. Este investimento permite a vinte e cinco clubes desportivos movimentarem três mil cento e dezasseis atletas em dezasseis modalidades desportivas durante todo o ano, criando um nível de ecletismo na prática desportiva federada do Concelho que é de assinalar. A regularidade destes apoios e a constante “afinação” dos critérios deste programa têm permitido aos clubes uma melhoria das suas atividades capacitando-os e movimentando-os para um crescimento sustentável que permita aumentar o nível de respostas a todos quantos procuram a participação em atividades de desporto de formação e federado. Os resultados desta política têm-se traduzido no aumento regular do número de atletas federados, que apenas neste mandato aumentou em oitocentos e vinte e quatro atletas, aproximadamente vinte e seis por cento. Terminando salientando os excelentes resultados desportivos que esta época os clubes de



Viseu têm alcançado. Três clubes estão numa fase final e decisiva das suas épocas desportivas e com elevadas ambições para alcançar outras tantas subidas de divisão. No Futsal o Viseu 2001 está a apenas a três finais de conseguir alcançar um feito inédito em todo o Distrito, colocando o clube na 1ª Divisão Nacional da modalidade. No futebol, o Lusitano Futebol Clube apenas depende de si para se sagrar Campeão Distrital da Associação de Futebol de Viseu e subir à 2ª Divisão Nacional e o Clube Futebol Os Repesenses, está próximo de subir para a Divisão de Honra da distrital de Viseu. Mas o principal destaque vai obviamente para o Académico de Viseu Futebol Clube, que conseguiu no passado fim-de-semana a tão desejada subida de divisão para a II Liga de Futebol Profissional. A todos o nosso muito obrigado.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. A Senhora Deputada Manuela Antunes quer pedir um esclarecimento. Faça favor tem a palavra. Neste ponto só pode pedir esclarecimentos-----

- TREZE - A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE): Um pedido de esclarecimento no sentido de que com esta promoção Municipal desportiva e que eu também me considero um pouco responsável, porque sendo também profissional do desporto e da atividade física, e considero que a Cidade tem evoluído imenso e contraria um pouco a tendência Nacional de digamos, um retrocesso brutal ao nível da educação física e da atividade física, é por isso que eu congratulo-me por Viseu promover, mas estou preocupada com o futuro da atividade física e do desporto porque é nos pequenos que se começa a incutir e a promover este tipo de situações. A disciplina de Educação Física está em cima da mesa deste Governo para torná-la em disciplina opcional

MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA -*Senhora Deputada isto não é um pedido de esclarecimentos, não posso permitir, já teve o seu tempo no período Antes da Ordem do Dia.*-----

-A SENHORA DEPUTADA prossegue dizendo: é rápido, eu sei, mas eu tinha que dizer que a questão das atividades e enriquecimento curricular que são promovidas pela Câmara, fala-se também que poderão os pais vir a pagar essas atividades na qual está incluída a atividade física era só, Peço desculpa.-----

----- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Senhor Deputado, não houve nenhum pedido de esclarecimentos, portanto também não vai querer responder com toda a certeza. Eu peço aos Senhores Deputados que as figuras Regimentais são para ser usadas como deve ser. A Senhora Deputada já teve os dez minutos no PAOD e portanto ou fazia a pergunta concisa ou então futuramente não lhe darei a palavra. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão.-----

- CATORZE - O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES ASCENSÃO (PS): Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Excelentíssimos Membros da Assembleia, Comunicação Social e Público em Geral. Desde a sua existência há cerca de dezoito anos, que serviu para muitas coisas mas pouco para aquilo que efetivamente era ou deveria ser o seu objetivo no Concelho de Viseu. De facto, cedo se percebeu que o PDM, o então batizado de fato à medida, padecia de algumas enfermidades que o levavam a ter que ser alterado ou revisto. Foi exatamente no primeiro ano da sua vigência que os Vereadores, os então Vereadores do Partido Socialista propuseram na Câmara Municipal a sua revisão. Para só mais tarde, cerca de cinco anos depois o Executivo vir a reconhecer essa necessidade e em dois mil, no ano dois mil deliberar sobre a sua revisão. Portanto há treze anos que estamos à espera da revisão determinada pela deliberação então tomada. De então para cá, várias foram as tomadas de posição dos mais variados setores, quer institucionais quer da sociedade civil relativamente às enfermidades deste documento estruturante ou que se previa e queria estruturante para o Concelho. Foram alguns Vereadores da Câmara Municipal, foram imensos representantes do povo eleitos diretamente, designadamente os Senhores Presidentes da Junta, que quer aqui quer nas



reuniões descentralizadas se foram lamentando e de alguma forma mostrando a sua indignação pela forma como o documento os limitava e os não deixava fazer, exercer a sua atividade, como também limitava enfim, o exercício dos cidadãos dentro do território das Freguesias daquilo que pretendiam, como também a própria Câmara reconheceu que era necessário a sua revisão. Mas a verdade é que aconteceu foi que o PDM foi servindo atos eleitorais como promessa sempre adiada e foi a principal vantagem tirada do PDM, foi de facto a sua, o seu desfraldar em épocas, à medida que se aproximavam épocas de campanhas eleitorais. Porque de facto o desenvolvimento económico que um documento desta espécie se prevê que aconteça não se verificou. O desenvolvimento Social e Ambiental, também não se verificaram, a desertificação das Freguesias foi uma realidade também proporcionada por esse documento tal como foi dado à luz há dezoito anos. Enfim, toda uma série de promessas que os Viseenses foram ouvindo e foram ficando na expectativa sem nunca terem visto vontade política para que isso acontecesse e a prova de que não houve vontade política é que só em final de mandato em final do último mandato do Senhor Presidente da Câmara, em final de mais um mandato do Executivo é que aparece de facto aquilo que ao longo de treze anos não foi possível fazer ou não foi possível querer fazer, é que aparece de facto a tentar consumir-se. Com efeito, nos últimos seis meses conseguiu-se aquilo que em dezoito anos de existência e treze de após a deliberação da sua revisão, não se quis fazer, e agora à pressa faz-se isso, mas nem assim, nem depois de revisto ele satisfaz os anseios das populações, e a prova disso é aquilo que nós temos ouvido na Comunicação Social, quer dos Excelentíssimos Presidentes de Junta que são as principais vítimas disto tudo, que são quem está diretamente no terreno e sofre os efeitos da população que representa, quer mesmo do Senhor Presidente da Câmara que se não desmentiu é essa a posição, reconheceu que o PDM não responde aquilo que pretendia que fosse, e eu louvo-o por isso porque de facto reconhece que não conseguiu, que o Executivo não conseguiu fazer aquilo que interessava ao nosso Concelho. Mas vamos, o que vemos é de facto, tal como se calhar noutras situações, andou-se a protelar no tempo para em fim de mandato se resolver uma série de coisas que passaram despercebidas ao Senhor Presidente da Câmara, e esta foi mais uma que passou despercebida, só deu conta agora que efetivamente estava mal. Senhor Presidente eu só queria acabar dizendo o seguinte: Não deixe uma herança para quem vem a seguir, disponibilize o PDM onde já esteve, no Site da Câmara Municipal para que as pessoas continuem a analisá-lo, a dar os seus contributos, nomeadamente os representantes das populações e deixe o PDM para ser aprovado em termos de revisão no próximo Executivo que será o sucessor do atual, para que não receba uma herança que propriamente o Senhor Presidente da Câmara reconhece que não corresponde nem responde aquilo que pretendia para o seu Concelho, para o nosso Concelho. Portanto, deixo-lhe estes dois apelos, deixe o PDM disponibilizado na página da Câmara Municipal para que as pessoas possam analisar e dar os seus contributos, e deixe que o novo Executivo, aquele que lhe sucederá proceda à sua revisão e à sua aprovação. Não se apresse, não se apresse em aprovar uma coisa que vai deixar para outros. Muito Obrigado.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Presidente de Junta de Rio de Loba.-----

- **QUINZE - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RIO DE LOBA RAMIRO DA CRUZ LOUREIRO (PPD/PSD)**: Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. Fernando Ruas, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Caros Colegas Presidentes de Junta de Freguesia, Excelentíssima Comunicação Social, Excelentíssimo Público presente. A Associação do Cantinho dos Animais Abandonados, em estreita colaboração com a Câmara Municipal de Viseu, presta relevante serviço no acolhimento e tratamento dos animais que são abandonados na via pública. Reconhecendo o mérito desta Associação, a Câmara Municipal de Viseu, disponibilizou, com a Junta de Freguesia de Rio de Loba, um



terreno de grandes dimensões, para a instalação de um Biotério cuja construção a Autarquia sempre apoiou, onde são acolhidos cães e gatos que, sem este espaço de apoio deambulariam pelas vias públicas do Concelho, correndo a maioria deles o sério risco de serem abatidos por imposição legal. Ao contrário, a Associação do Cantinho dos Animais Abandonados presta um tratamento e um acompanhamento aos animais que só uma Entidade baseada no voluntariado dos seus Associados consegue generosamente dedicar. Apesar de todos os contributos financeiros institucionais, a que se juntam algumas Entidades privadas, a gestão dos serviços prestados é particularmente difícil e problemática. A Câmara Municipal de Viseu fomentou a atividade desta Associação e pretende continuar a prestar o seu apoio ao tratamento mais digno que os animais, numa sociedade moderna e humanista merecem tratamento que supera inegavelmente o dispensado num simples canil ou gatil. Nesta base, a Câmara Municipal de Viseu e a Associação Cantinho dos Animais Abandonados, assinaram recentemente dois protocolos de colaboração no valor total de trinta e seis mil e quinhentos euros. Estes protocolos visam por um lado criar no espaço desta Associação infraestruturas (boxes) que permitam receber animais de raça potencialmente perigosa e por outro lado tornar esta Associação responsável pela recolha de animais mortos nas vias públicas para posterior incineração. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Dr. Fernando Ruas, termino esta minha intervenção congratulando-me pelo apoio que Vossa excelência e o seu Executivo viabilizaram, através destes protocolos, a esta Associação e que muito contribuirão, estou certo e estamos certos, para a dignificação da vida dos animais desta Cidade e deste Concelho. Muito Obrigado.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Jorge Adolfo.-----

- **DEZASSEIS - O SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caríssimos Colegas. Nem de propósito falo depois do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Loba para sublinhar também em nome do Partido Socialista este papel importante que a Autarquia desenvolve no sentido de apoiar essa associação. Uma associação extremamente meritória do ponto de vista digamos, desse papel de apoio e de proteção aos animais que são abandonados, mas também com um caráter pedagógico porque todos os anos na Feira de S. Mateus, têm lá um standzinho onde divulgam as atividades da Associação Cantinho dos Animais Abandonados de Viseu, que não são só os animais abandonados de Viseu, é importante que se diga isso, porque são recolhidos lá muitos animais que vêm de territórios administrativos que nos são fronteiriços e que essa associação também recolhe. Portanto, há aqui um papel também pedagógico numa sociedade que importa desenvolver estes valores humanistas como bem disse o Senhor Presidente de Rio de Loba. Nós não podemos deixar de sublinhar aqui este importante papel que a Câmara Municipal desenvolve e que esperemos que continue a desenvolver nos anos e nos mandatos enfim, com outros protagonistas na Câmara. Mas o que nos trouxe aqui agora é uma vez mais procurar chamar a atenção de todos os presentes e particularmente a Câmara Municipal de Viseu para um problema ou uma situação que nos parece perigosa e que é a localização de algumas passadeiras da via pública no Concelho de Viseu e particularmente na Cidade de Viseu. Eu refiro-me particularmente a algumas que se situam na circunvalação e na Avenida da Europa. Porquê? Porque também são vias em que os automóveis, os veículos atingem velocidades maiores porque enfim, embora contra o Código da Estrada, mas que infelizmente todos nós por vezes não cumprimos esse código e a localização de algumas passadeiras e particularmente algumas passadeiras que se encontram pouco visíveis podem ser causa de fatalidades e têm sido aliás, nalgumas situações motivo de acidentes com peões e até entre automóveis. Vou dar o exemplo de uma que foi felizmente alterada, foi na Avenida 25 de abril, a meio da Avenida 25 de abril, porque se encontrava precisamente num ponto que para os próprios automobilistas era extremamente difícil de



ver e de parar, caso um peão atravessasse essa passadeira, porque se encontrava junto a árvores e a uns contentores dum ecoponto penso eu, ou de uns contentores do lixo. Na Avenida da Europa, há uma série de passadeiras, e quero lembrar aqui que a Avenida da Europa é muito frequentada por pessoas que fazem o seu “Jogging” ou que andam de bicicleta e que muitas vezes atravessam as passadeiras com a bicicleta em andamento e isso torna-se extremamente perigoso quer para os peões quer para os automobilistas. Portanto, chamava aqui à atenção, fazia aqui uma recomendação à Câmara Municipal que, quer na Avenida da Europa, onde existem árvores de grande porte e cuja luz não é a melhor porque os candeeiros se encontram de alguma maneira tapados por essas árvores, portanto que houvesse aqui uma atenção especial quer aí quer na circunvalação porque não é, a Câmara Municipal terá o conhecimento disso que é relativamente frequente haver problemas nessas passadeiras e nós aqui gostaríamos de chamar uma vez mais como já aliás, numa Sessão aqui há alguns meses atrás, fizemos essa recomendação. Obrigado.-----

--- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Cavernães. -----

--- **DEZASSETE - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CAVERNÃES JORGE ANSELMO MARTINS (PPD/PSD):** Bom dia a todos, cumprimento o Senhor Presidente da Mesa, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas. Eu tenho pena que não esteja aqui o Senhor Deputado Ascensão, por que de facto quem o esteve a ouvir há bocadinho, parece que eu, eu pelo menos não o fiz e espero também que os meus colegas não o tenham feito, não passei nenhuma procuração para ele estar aqui a defender os Presidentes de Junta a dizer que nós éramos umas vítimas, não me sinto vítima de nada, portanto não me revejo no discurso que ele fez. Os problemas do PDM são para se resolver em sede própria, fi-lo quando foi disponibilizado o prazo legal para o efeito e portanto não passei nenhuma procuração ao Senhor Deputado Ascensão para me defender porque eu não sou vítima de nada. Depois, o que me traz aqui, penso que, embora a mim me preocupe particularmente porque sou daquela zona do Concelho, é a Estrada Nacional 229. É um problema recorrente e dizia o povo e com razão “*que o nasce torto tarde mal se endireita*” e é verdade. Eu queria se me permitirem fazer uma pequena retrospectiva do que foi aquela obra. Ela tinha um projeto inicial para duplicar as vias depois não se veio a verificar alegadamente por contenção de custos. Tendo-se optado por esta solução, eu enquanto Autarca, defendo que a segurança das pessoas tem que estar sempre em primeiro lugar. Em julho de dois mil e dez, portanto já lá vão praticamente três anos alertei o Instituto Estradas de Portugal para uma série de omissões que ela tinha, nomeadamente na zona que a mim me diz respeito. Foram implementados uns semáforos num cruzamento que o Senhor Presidente da Câmara conhece bem, num cruzamento da Estrada Nacional 229 com a minha Aldeia, com a minha Freguesia, que ainda hoje, passado todo este tempo estão por ligar, eu penso que isto, se não é outra coisa é anedótico. Portanto, os semáforos estão lá, os custos estão realizados, estão incorridos e a população não está a disfrutar desse bem. Isto se por si só já seria motivo de nós nos indignarmos, se aí não tivéssemos que acrescentar três mortes naquele sítio. Recentemente morreu lá, os Senhores devem ter visto na comunicação social, morreu lá uma criança com onze anos. Eu alertei e devo aqui também fazer jus a isso, até porque por sugestão do então Governador Civil, Dr. Miguel Ginestal, foi feita uma reunião com os representantes do Instituto de Estradas que foram ao local, também na presença do Senhor Vereador Cunha Lemos, e eles mostraram-se recetivos a resolver o problema. Os sinais estão lá, os semáforos estão lá, mas não estão ligados. Acontecesse que eles só têm informação para o trânsito, não têm informações para peões, nem contemplam uma passadeira. Quem conhece a estrada sabe que eles fizeram passeios de um e do outro lado da estrada, que a população se divide de um e do outro lado da estrada e as pessoas vão ter que atravessá-la. Agora recebi, há dois meses, depois de muitas insistências minhas, comunicação a dizer que os semáforos vão ligar, provavelmente até ao dia quinze de abril. Só que já estamos quase no final do mês e ainda



não estão ligados e passadeiras não põem e informação nos semáforos para peões também não põem. Eu não sei se é possível ou não, mas eu tenho para mim, e se assim não for está esvaziada aquilo que é as funções de um Autarca, que nós, só faz sentido exercermos estes cargos se tivermos como primeira preocupação servir as pessoas e aquilo que elas necessitam, e aquilo que eu apelava, perdoe-me o formalismo Senhor Presidente era se, creio eu, que todos os que estão aqui presentes comungam da minha preocupação, se me ajudavam a resolver este problema e se esta Assembleia podia de alguma forma, sinceramente não sei, no sentido de intercedermos junto do Instituto de Estradas, sei a bem da verdade devo aqui também reconhecer que o Executivo da Câmara também tem feito muitas diligências nesse sentido, mas, quer as minhas quer as da Câmara têm sido infrutíferas. Portanto, como eu quero sair do meu mandato de consciência tranquila e que se amanhã, lá houver mais uma desgraça como a que houve recentemente, não ficar com a minha consciência com problemas, queria utilizar mais este veículo no sentido de utilizarmos as influências que forem possíveis e tentarmos que o Instituto de Estradas..., há uma coisa que eu também queria dizer, se o problema é custos, que não é, a Junta de Freguesia disponibiliza-se para fazer a passadeira e para por os semáforos para peões. Disponibiliza-se para fazer custear isso, só que não é autorizado como os Senhores sabem, portanto tinha que ter uma licença deles, mas eles nem isso autorizam. Portanto, que pedia ao Senhor Presidente da Mesa, que dentro do possível, pusesse à votação se esta Assembleia está ou não está disponível para intercedermos junto do Instituto de Estradas para nos ligarem os semáforos, porem uma passadeira para peões no local e nos semáforos porem aquelas informações para peões. Só isso. Muito Obrigado.-- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente da Junta de Cavernães, Senhor Jorge Martins. Em relação à questão que coloca, e face à pertinência, enfim, é uma matéria que tem sido tratada nesta Assembleia quer pelo Senhor Presidente da Câmara quer pelos diferentes Membros desta Assembleia, penso que é uma matéria que merece o consenso de todos, aquilo que me ocorreria neste momento referir era que iria juntar o Presidente da Mesa e os seus esforços, aos esforços que o Senhor Presidente da Câmara tem feito nesta matéria e o Senhor Presidente da Junta e voltar, enfim, acho que esta é claramente uma reivindicação justíssima que do ponto de vista de custos não comporta grandes custos do ponto de vista de investimento e portanto, penso que não será necessário estarmos a votar aqui uma Moção nesse sentido, mas haver aqui um compromisso público, da minha parte enquanto Presidente deste Órgão de juntar os meus esforços aos esforços do Senhor Presidente da Câmara e em conjunto com o Senhor Presidente da Junta. De imediato e ainda hoje procurar estabelecer contactos ao mais alto nível do Governo para que isto seja resolvido rapidamente. Muito obrigado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Tiago Escada.-----

DEZOITO - O SENHOR DEPUTADO TIAGO MIGUEL MARQUES DOS SANTOS ESCADA (PPD/PSD): Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restantes Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público presente. O que me traz aqui hoje é uma notícia da qual tive conhecimento, e penso que grande parte de todos, já deve ter tido conhecimento e que me enche particularmente de orgulho enquanto Viseense e penso que deve igualmente encher de orgulho todos os Viseenses, e desta forma colocava uma questão ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, se nos podia prestar mais informações sobre a distinção do Município de Viseu com os prémios “Melhor Cidade” e “Melhor Autarca” atribuídos por uma organização não-governamental de Oxford no Reino Unido, e ao mesmo tempo, deixo o desafio aos restantes partidos desta Assembleia para virem aqui deixar a sua opinião sobre essa distinção à nossa Cidade e ao nosso Presidente de Câmara. É só, Obrigado.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Não tenho mais nenhuma inscrição, e aproveito também para cumprimentar o Senhor



Presidente da Câmara por este prémio, pois foi público quer do Município, quer do Senhor Presidente da Câmara enquanto Autarca, e aproveito para lhe dar a palavra para neste período Antes da Ordem do Dia, poder responder às questões que lhe foram colocadas.-----

- DEZANOVE - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente. Penso e prometo ser rápido, a primeira questão que foi colocada, foi do Senhor Fonseca, aliás percebemos bem as razões da sua satisfação, acho que são generalizadas a uma série de outros colegas mas sobretudo à população, esta questão da resolução do problema da ETAR Viseu Sul, eu gostaria também como o fiz na altura de relevar o papel do Senhor Presidente da Assembleia Municipal noutras funções e que foi determinante para conseguirmos que esta obra fosse disponibilizada. É o maior investimento que se faz no Concelho, são quarenta milhões de euros e portanto, exige um esforço financeiro que só uma Câmara, aliás como vamos daqui a um bocadinho perceber, sem esqueletos no armário e com as contas bem equilibradas consegue fazer face. Portanto, eu acho que é uma oportunidade única para resolvermos definitivamente um problema do Concelho que já tinha solução, mas que agora vai ter uma solução estrutural e a um prazo bem longo e eu gostaria de dizer mais, aliás como o fiz na intervenção que produzi aquando desse lançamento, dizer que esta obra retrata bem a concessão pelo menos que eu tenho da gestão da causa pública, que é uma obra que eu lanço para a qual fiz o desenho da resposta financeira e que não terei o prazer de inaugurar. Portanto é esta a visão que eu tenho da gestão da causa pública e fico muito satisfeito que ela venha a ser inaugurada por terceiros e que naturalmente é um contributo para o bem-estar dos Viseenses, do qual eu com certeza usufruirei também. Depois, gostaria de fazer algumas considerações sobre a segunda intervenção. O Senhor Deputado Baila Antunes, já nos habituou aqui a uma série de acusações, penso que não as fundamenta, eu quase lhe podia responder, devolvendo-lhe a pergunta. Qual é o seu cargo para me fazer esta pergunta? Eu gostaria de esclarecer, eu fui convidado a título pessoal para ser Membro do Conselho Geral, só a título pessoal e podia-me refugiar nisso para dizer que nem sequer tenho que dar respostas em relação a isso. Os meus atos pessoais são da minha responsabilidade. Portanto, fui convidado enquanto Cidadão. Foi só por ser convidado enquanto Cidadão que não pude estar presente, por uma razão simples, por que se fosse um convite Institucional como aquele que deixou aqui antever, tinha-me feito substituir e o problema estava resolvido. Fui convidado como Cidadão. Bem, mas isso não me levanta grandes problemas porque alertei na altura que agradecia muito a deferência mas que por razões que toda a gente conhece, podia muitas vezes faltar. As reuniões não eram combinadas comigo e portanto, se faltei a todas, foi porque em todas estive impedido. Portanto, não tenho que lhe dar mais nenhuma justificação. Já tenho que lhe dar justificação e esclarecê-lo sobre outras coisas porque quem trabalha numa instituição e aproveita disso para dizer, não há nenhuma relação, não, não há nenhuma relação para quem está distraído, nós fizemos a colaboração com o Politécnico na Carta Educativa e no sistema informático do SMASS, no estudo de trânsito, no Google trânsito, na monitorização dos parâmetros da qualidade ambiental, na monitorização da regeneração urbana, no desenvolvimento de veículos de propulsão exclusivamente elétrica, no desenvolvimento do projeto EDL, no Espaço Internet, na monitorização da qualidade nas salas de aula, na avaliação biomecânica das árvores, no pacto dos autarcas, na última conferência à qual o Senhor não foi e mostra bem do seu interesse, dada pelo Senhor Professor Teixeira de Lemos no Museu do Quartzo, e a colaboração no Parque Aquilino Ribeiro. Estas são as colaborações que temos tido com o Politécnico, para quem é docente, de facto não sabe disso e portanto eu gostaria de lhe dizer que anda perfeitamente distraído, é bom que se prepare melhor quando fizer estas intervenções, porque de facto não as prepara e depois temos este tipo de resultados. Sobre aquilo que o Senhor Presidente da Junta do Coração de Jesus aqui trouxe da Escola Avenida, é para nós um motivo de satisfação o desenvolvimento da Escola Avenida enquanto complexo, e portanto, dada a sua localização e a resposta que dá, achamos que



que é um investimento que se justifica e de que maneira. O Senhor Presidente da Junta de Fragosela trouxe aqui o mesmo problema, um problema semelhante com o Centro Escolar de Fragosela e o esforço financeiro da Câmara, é que de facto é preciso fazer algum esforço financeiro e esta Câmara está em condições de o fazer. Sobre a intervenção da Deputada Manuela Antunes, já fiz os comentários que tinha a fazer. Sobre a intervenção do Deputado Manuel Teodósio naturalmente que me congratulo com esta descrição que foi feita aqui sobre a nossa atividade física, a atividade ligada à promoção da saúde e portanto acho que hoje ninguém dúvida, pode-se levantar um ou outro problema como fez a Deputada Manuela Antunes, do problema da educação física. Eu assisti a um debate muito curioso do Professor José Manuel Constantino por quem tenho uma grande admiração, acho que é recíproca e não sei se assistiu, valia a pena ter assistido uma conferência brilhante que fez no Museu do Quartzo no fim de semana passado, e portanto, foi bem dito aquilo que as Autarquias têm feito pelo desporto em contra ponto com outras entidades, nomeadamente com a escola e portanto, Viseu é um caso paradigmático de resposta adequada no campo da atividade desportiva. Não vale a pena estar aqui a enumerar mas acho que, como já disse noutras ocasiões, se o Serviço Nacional de Saúde tivesse que fazer contas connosco, tinha que nos pagar e de que maneira aquilo que lhe temos evitado gastar em medicamentos. E mesmo quando alguém vem puxar por os galões, eu queria dizer que, acho que vai ser recebido, e espero também ser convidado, um prémio para as ecopistas, espero ser convidado se ele for realizado em Viseu, sobretudo porque a ecopista foi construída por nós, demos o exemplo e acabámos a ecopista, portanto espero eu também que haja pelo menos a ideia de dar o seu a seu dono. Sobre a outra intervenção que foi aqui feita também pelo Senhor Deputado Ascensão, eu só gostaria de lhe dizer o seguinte, eu não ganhei nenhuma eleições com o PDM, nenhuma. Foi sempre a atividade do Presidente da Câmara e mais outra coisa, também não sabia que não havia PDM no Portal, que tinha sido retirado do Portal da Câmara, acabei de pedir as informações, está no Portal da Câmara com três mil cento e oitenta e seis acessos, não sei se lá está o seu, mas possivelmente, bem! Depois também uma coisa que disse, não deixei para quem vier a seguir e quem vier a seguir espero que tenha ouvido, quem vem a seguir eventualmente sabe que não lhe deixo nada que não lhe explique. E faço conta de lhe deixar uma organização, pelo menos que contou com o esforço de vinte e quatro anos devidamente organizada e que não lhe prego nenhuma partida como eventualmente poderá acontecer por aí por o País. Portanto, não sei do que é que estava a falar, há uma certeza que tenho, é que o PDM foi discutido dentro do possível. É evidente quando me diz, o PDM não o satisfaz! Não, se a Câmara tivesse feito o PDM sozinha, aí, seguramente que tínhamos feito outro PDM, se o fizesse sozinha, mas tive que lidar com não sei quantas CCDR, com não sei quantas comissões de acompanhamento com não sei quantos PROT, como não sei quantos Governos, com não sei quantos.... e portanto não fizemos o PDM sozinhos, e se o tivéssemos feito, sabe como é que o tínhamos feito o PDM? Tínhamos feito da seguinte forma, com os técnicos municipais, naturalmente com os Senhores Presidentes de Junta, conversávamos como temos feito com regularidade, que sabe, em cada mês e tínhamos feito um PDM para nós. Não somos nós que fazemos o PDM e portanto, tivemos que nos sujeitar ao ritmo e à discussão de quem o aprova. Ele está em discussão pública e portanto o PDM não chegou aqui, eventualmente para ser aprovado no final dos meus seis mandatos. Eu tenho pena, mas isto, eu gostaria também de deixar aqui um desafio é que vejam em quem está noutra situação se os PDM, não demoraram o mesmo tempo a rever. Portanto, fica-se com a ideia, quem vem aqui, este PDM demorou! Demorou o mesmo tempo que demoraram os outros o que significa é que quem tem a nível central esta responsabilidade dos PDM, tem andado pouco, vagarosamente e portanto tem levado a esta situação, mas isto é generalizado. Nós temos dúvidas, mas não podemos, além da, digamos da argumentação não podemos fazer mais nada, eu tenho algumas duvidas, ou melhor eu não tenho dúvida nenhuma que em relação a algumas situações no Concelho que são classificadas de uma e de outra maneira que não deviam ser classificadas. Mesmo



aquelas que eu conheço de perto. Eu conheço muito bem o Concelho, tenho essa obrigação, mas conheço muito melhor a minha Freguesia e conheço melhor ainda a minha Aldeia. Há zonas que foram lá definidas como zonas verdes, que eu só me congratulo por ser do Sporting, de resto, não tem nenhuma ligação aquilo que eu conheço, mas pronto, naturalmente só para dizer. Mais, tenho a certeza absoluta com o ritmo que com certeza nós queríamos que fosse mais elevado. Agora, não há ninguém que não reconheça, que o responsável na Câmara deste setor, fez as coisas como entendia ser a melhor maneira, com uma grande defesa daquilo que foram os interesses do Concelho. Às vezes podia não o ter conseguido, mas que o fez na defesa dos supremos interesses do Concelho, não tenho nenhuma dúvida. E quem o conhecer, a pessoa em causa, toda a gente sabe, falo do Departamento do Urbanismo, é quem tem esta responsabilidade, não tem essas dúvidas, pese embora estarmos em desacordo como estão os Senhores Presidentes de Junta e bem, nas suas Freguesias, e como eu estou também em relação a um ou outro pormenor no Concelho. Portanto, como disse não fizemos o nosso PDM sozinhos, é evidente que também é para isso que os PDM têm uma figura que é a da Revisão, se ele agora não é ajustado, futuramente vão encetar um outro processo de revisão e naturalmente espero é que demore menos tempo, porque quando chegarmos ao final da revisão, se calhar já precisa de ser revisto outra vez. Mas este é um processo dinâmico e é por isso que os PDM contêm a figura da revisão. Sobre a questão que deixou aqui o Senhor Presidente da Junta de Rio de Loba, e também foi reatada a seguir ou retomada pelo Dr. Jorge Adolfo, do apoio ao Cantinho. Eu queria dizer que nós damos ao Cantinho, aquilo que podemos, mas fazemo-lo sempre com gosto. Se há Instituição que merece o nosso respeito e que nos retribui também essa consideração é o Cantinho dos Animais Abandonados. Sabemos bem do trabalho que ali é feito, e portanto não temos nenhum problema em celebrar os protocolos com o Cantinho de modo a que cumpra os seus objetivos, mas também para isso, a montante temos que resolver um assunto, que às vezes parece que só depende da vontade, mas não. Nós podemos querer fazer protocolos com toda a gente, podemos até aqui vir, de vez em quando dar a nossa opinião, deve-se fazer isto, deve-se fazer aquilo, mas a montante tem que se arranjar com o que se compram os melões, e este é um problema com que se debate o País e também as Câmaras. Portanto, muitas vezes só aconselhar o destino ou o apoio a este ou aquele, é muito bonito, mas primeiro temos que resolver o problema internamente e é isso que temos feito de modo que instituições como o Cantinho dos Animais Abandonados, não tenham problemas. Sobre a outra questão que o Dr. Jorge Adolfo aqui trouxe, naturalmente que o Vereador respetivo há-de levar isso aos técnicos que têm o problema do trânsito, mas houve uma coisa que registei e que até sublinhei quando disse, *“todos nós às vezes não cumprimos o Código da Estrada”*, parece que também já me aconteceu, nem dei conta, mas deu origem até a uns fóruns na TSF e mais outros, por não ter cumprido uma coisa que nem me apercebi. Ainda bem que disse que somos todos que se calhar não cumprimos o Código da Estrada, se calhar também já o fiz. Mas preocupa-nos o problema das passadeiras e portanto nós temos a certeza, até porque o que nos chega é que uma boa parte dos desastres urbanos ou dos acidentes urbanos, são originados na passadeira. Naturalmente que não há nenhuma desculpa para isso, mas acho que deveria haver se calhar alguma educação a montante de como passar na passadeira. Eu não quero já alterar coisa nenhuma, mas vi há pouco tempo, numa cidade francesa como é que os franceses utilizam a passadeira. Ao contrário do que nós fazemos, atiramo-nos para cima da passadeira mesmo quando vimos o carro ali ao lado, achamos que o direito a passar na passadeira é sem limites, sem condições. O francês chega à passadeira mesmo sabendo que tem prioridade, olha primeiro só depois é que passa. Nós às vezes, atiramo-nos para a passadeira e de que maneira. Aliás, como há pouco tempo saiu felizmente, porque quem tem a responsabilidade de definir o Código da Estrada, saiu, de uma forma penso que taxativa, a forma de circular nas rotundas, ninguém sabia muito bem e ainda hoje há diferenças de pessoas que têm a opinião de que se deve circular por fora, saiu em Decreto-Lei ou Portaria, não tenho a certeza, de



qualquer maneira, agora já se sabe como é que se circula numa rotunda. Curiosamente o que saiu agora, é exatamente aquilo que a Câmara espalhou aqui há uns tempos num folheto. Era a nossa posição como se devia circular numa rotunda, foi aquilo que foi agora aprovado, o que também nos agrada e de que maneira. Sobre a última parte, eu não sei senão dizer ao Presidente da Junta de Cavernães, não posso estar mais de acordo. Aquilo que se está a passar com os semáforos de Cavernães é uma vergonha, não é certamente por a verba que está em causa, porque para isso eu dava uma sugestão aos responsáveis locais das Estradas de Portugal, que têm as rotundas, todas as rotundas que estão fora da Zona Urbana, estão uma vergonha, basta ver as da número dois ali na zona do Campo. Se eu fosse proprietário ali perto punha lá uma ovelha, para perceberem que aquilo é uma vergonha o que lá está. Mas é também uma vergonha quando deixam os semáforos desligados, porque eu dava-lhes uma ajuda, se forem desligar a iluminação do Nó de Fail e que começam às quatro horas da tarde a serem ligados com um Sol resplandecente, depois de já vários officios da Câmara e que os deixam ligados durante horas e horas sem ser necessário, estes encargos davam seguramente para pagar aqueles nos semáforos que reivindica. Portanto eu vou fazer uma última tentativa, não sei se me arriscarei um dia destes a fazer a obra e depois olhe, logo se vê! Se calhar é a única forma de nós mandarmos ligar os semáforos, fazemos a obra e esperar que se calhar nos venham a seguir questionar, o que é possível. Já não é a primeira vez que nós fazemos obras em nome de outros e depois somos questionados. Mas se calhar vale a pena digamos, passar por esta situação. Por último uma questão que o Tiago Escada aqui trouxe que tem a ver com uma distinção que nos foi atribuída e portanto, os dados que tem, acho passaram para a comunicação social, o que me foi também perguntado, tem a ver com uma distinção de organização não-governamental, sediada em Oxford e que nos contactou a dizer que a nossa Cidade tinha sido considerada a melhor Cidade e diz, eu posso ler, acho que tenho aqui alguma justificação que diz exatamente, e não foi só apenas essa, já agora deixem-me dar uma outra informação, que tem a ver com um outro contacto que tivemos da União Europeia por causa das acessibilidades na União Europeia. E pelo facto de nós termos sido candidatos a “Cidade Acessível”, aquela que trata bem os cidadãos com dificuldades nomeadamente o cidadão com deficiência. Fomos também convidados a participar num prémio que eu espero também que quem nos esteja a ouvir e que tenha responsabilidades na altura possa estar presente, exatamente para difundir as boas práticas na União Europeia. Este prémio será atribuído em dois mil e catorze, portanto este Cidadão não estará nestas atividades, mas terei todo o gosto em encaminhar o processo de modo a que Viseu também seja conhecida por uma Cidade Acessível. Mas Já agora leio só a justificação para esta distinção. Diz aqui a organização *“que a seleção foi efetuada pelos nossos Sociólogos e baseada numa pesquisa da nossa instituição, recomendações dos nossos parceiros bem como em resultados nacionais e internacionais de estudos nesta área. Para o efeito são tidos em conta critérios tais como: O nível a qualidade de vida, os atrativos as questões económicas, política e sociais”* e portanto esta é a explicação para que esta instituição sediada em Oxford nos atribua o prémio de “Melhor Cidade” e já agora de “Melhor Autarca”. Como vou recebê-lo na parte final, espero não incomodar ninguém com este prémio porque, sempre que nós referimos os prémios que são atribuídos a Viseu ou ao Presidente da Câmara, há gente aí incomodadíssima, ficam aflitos, mas espero desta vez, não têm nenhum contributo já e não vou utilizar, isso fiquem descansados, que não vou utilizar esta distinção nas próximas Eleições Autárquicas, de certeza absoluta.-----

-- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Terminámos o período Antes da Ordem do Dia, vamos entrar na ordem de trabalhos com o ponto um, informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a Atividade Municipal, portanto dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a sua intervenção neste ponto.-----

- **VINTE - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nos termos e para os efeitos no disposto da alínea e) do nº1 do Artº53 da Lei



169/99, de 18 de Setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira que, previamente, remeti a este Órgão acompanhada das matérias que são referidas no nº4 do Artº68 introduzido pela Lei 5-A de 2002 de 11 de janeiro. A Cultura é uma componente essencial para o desenvolvimento socioeconómico de qualquer território e, simultaneamente um verdadeiro fator de democratização e de preservação da nossa memória coletiva. Tendo consciência disso, o Município de Viseu tem vindo a desenvolver, ao longo dos últimos anos uma intensa atividade cultural, o que demonstra perentoriamente que as políticas que nos motivam são diversas e abrangentes. Aceitamos que nem todas as iniciativas culturais promovidas por nós sejam do agrado de todos os estratos da sociedade e que há gostos que nem sempre são convergentes. Mas uma coisa é certa, não podemos ser acusados de não termos uma política ativa de promoção da cultura e de não termos uma preocupação exclusiva e empenhada de serviço público neste âmbito. Na nossa ação temos igualmente sido compelidos a assumir um papel de destaque, em virtude, de muitas vezes pela falta de resposta por parte de outras instâncias do poder público, com competências específicas para o efeito. Não obstante tal constrangimento, temos no entanto assumido na área da cultura uma postura deliberadamente contrária às conceções centralistas da Administração Pública. Consideramos, nesta como noutras áreas que os princípios da Subsidiariedade e da Parceria devem prevalecer e são uma extraordinária mais-valia a preservar. Com base na comprovada qualidade da governação local, é notório no campo da cultura, as inquestionáveis vantagens que a proximidade carrega. Para nós a descentralização cultural é em absoluto indispensável. Muitas vezes se não fossem os Municípios a colocarem à disposição dos seus concidadãos um conjunto de equipamentos e programas de qualidade, a verdade é que em grande parte do território nacional não existiriam muitas alternativas para além de se sentarem eventualmente em frente da televisão.-----

Senhor Presidente, Senhores Deputados, tendo em conta o pragmatismo que, todos presumo que me conhecem, é sabido que eu não costumo perder muito tempo com as questões conceptuais sobre a cultura e por isso tanto me motivam as manifestações ditas de índole popular, como aquelas a que alguns atribuem de superior ou cultura para as elites. Para nós o importante é que sempre procurámos colocar à disposição dos nossos munícipes e na medida das nossas possibilidades tanto umas como outras. E tanto assim é que temos feito um enorme esforço no apoio às coletividades que felizmente as nossas comunidades vão mantendo vivas e atuantes, desde os ranchos folclóricos às bandas filarmónicas, dos corais aos grupos de expressão dramática entre muitas outras. Mas também é conhecido que a pouca itinerância cultural que se faz no nosso país quando acontece, se devem em grande medida às mais diversas participações autárquicas. Se queremos um espetáculo de bailado por exemplo, um concerto musical ou um programa de canto, uma representação teatral nos nossos Concelhos, tem que ser o Município a custear grande parte ou a totalidade dessas despesas. E se tal acontece no desenvolvimento de atividades ou na promoção de espetáculos outro tanto se poderá dizer em relação aos espaços e equipamentos culturais, que exigem permanentes e avultados investimentos autárquicos. Nesse contexto e no âmbito de toda a nossa atividade cultural, gostaria de evidenciar um projeto que para nós é paradigmático, devido à sua relevância em Viseu. Refiro-me à Rede Municipal de Museus, projeto a que temos dedicado uma especial atenção e destacado recurso financeiros para a sua concretização.-----

Senhor Presidente, Senhores Deputados. A Rede Municipal de Museus, foi criada com o intuito de garantir um funcionamento integrado de todas as estruturas museológicas sob a responsabilidade do Município de Viseu, assegurando assim, uma útil e proveitosa cumplicidade entre si, bem como uma interação de recursos, de interesses, de organização, de gestão, de aplicação de boas práticas e um desenvolvimento sustentado de toda a rede. Procurou-se de igual modo e através de uma linguagem expositiva moderna, dinâmica, apelativa e integrada, dar uma visibilidade atraente à nossa realidade museológica municipal, procurando sensibilizar os mais diversos públicos para a importância dos



museus enquanto espaços de preservação, valorização e partilha da nossa memória coletiva, reconhecendo-os como fatores relevantes de afirmação da identidade local, regional e nacional. Ao mesmo tempo que se pretendeu salvaguardar e divulgar a história das nossas gentes e do nosso Concelho, visou-se, igualmente, tornar os nossos museus em verdadeiros instrumentos de dinamização cultural das comunidades e de divulgação dos saberes, garantindo o uso fruído dos nossos bens artísticos. A criação desta rede tem envolvido não só a renovação ou a construção de novos espaços museológicos mas também a remodelação dos percursos e dos discursos expositivos, bem como a criação de diversos materiais informativos afetos a cada estrutura, o que tem merecido por parte da autarquia um grande investimento nas áreas da reabilitação, conceção e execução de conteúdos e equipamentos. Neste momento, a Rede Municipal de Museus, é constituída por sete estruturas museológicas, que estão em pleno funcionamento. As suas missões e objetivos complementam-se entre si e constituem um todo coerente. Essas estruturas são: A Casa da Ribeira, que está direcionada para proteção, preservação, divulgação e promoção das tradições e do artesanato. É como todos sabem um local privilegiado para os artesãos e artifices poderem desenvolver o seu trabalho e a sua arte, em contato direto com os visitantes, e onde têm sido promovidos diversos ateliês e algumas atividades que permitem, sobretudo ao público mais infantil contactar com a história da tradição local e com os usos e costumes da região. Este espaço vai sofrer muito em breve, obras de requalificação e os seus conteúdos estão já a ser estudados e reabilitados para serem disponibilizados ao público, garantindo-se assim também uma dignificação superior dos seus objetos e objetivos. Um outro elemento desta rede é o Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental mais conhecido por o CMIA, que está vocacionado para a educação ambiental, promovendo os valores ambientais e apresentando-se como um complemento às atividades escolares e culturais. Em paralelo com a exposição permanente, têm sido realizados no CMIA outras exposições temáticas, de âmbito diversificado, transformando o CMIA numa verdadeira ferramenta pedagógica em prol da educação dos seus públicos, essencialmente provindos das escolas, instituições e associações. Encontra-se igualmente afeto ao CMIA, eu queria enfatizar isto, o Banco Municipal de Livros Escolares que muito tem contribuído para o apoio a famílias carenciadas na obtenção de manuais escolares, os quais são obtidos através de donativos e reaproveitados pela autarquia. Um outro elemento desta rede é a Coleção Arqueológica José Coelho na Casa do Miradouro, que acolhe a Coleção Arqueológica do Dr. José Coelho, valorizando assim, a sua relevância histórica e promovendo também o conhecimento da arqueologia na região de Viseu. Este equipamento que abriu ao público em catorze de janeiro de dois mil e treze, portanto este ano, é o corolário de um compromisso assumido pela Autarquia em setenta e nove, e dá a conhecer um dos mais ilustres intelectuais Viseenses do século XX, o Dr. José Coelho através da exposição da sua coleção arqueológica que foi oferecida pela família. O Museu Almeida Moreira, um outro elemento da Rede que foi recentemente requalificado e reaberto ao público a doze de dezembro de dois mil e doze. Enquanto antigo espaço habitacional do seu fundador, o Capitão Francisco de Almeida Moreira, continua a albergar a sua coleção de arte e biblioteca, refletindo o gosto eclético e o percurso profissional e afetivo deste notável colecionador. Todas as atividades que têm vindo a ser desenvolvidas neste espaço têm como principais objetivos conservar, estudar, publicar, expor e interpretar o acervo artístico e o acervo documental deste ilustre Viseense no sentido de preservar e valorizar a nossa cultura local e nacional. Mais um elemento da Rede Museológica é o Museu do Quartzo, acho que é amanhã, faz um ano e que presumo que está a fazer séria concorrência aos museus nacionais em termos de acesso do público, especialmente construído e dedicado ao património geológico como parte integrante do património natural, promove a sua proteção, preservação e valorização, dando a conhecer a geologia regional e o quartzo no contexto geológico e mineralógico. A construção do Museu do Quartzo teve também em vista a requalificação do Monte de Santa Luzia, que durante anos e anos foi alvo da exploração desse mineral. O aproveitamento deste recurso



deixou uma cratera que constitui hoje uma autêntica janela aberta na crosta terrestre e que vale a pena observar, transformando este espaço num verdadeiro “geomonumento”. Esta estrutura museológica, que foi concebida por António Galopim de Carvalho e que teve o acompanhamento técnico e científico do Museu Nacional de História Natural constitui-se como uma mais-valia pedagógico-didática para os vários níveis de escolaridade. Um outro elemento da Rede de Museus, o Museu da Várzea de Calde, Casa de Lavoura e Oficina do Linho, que ontem esta Assembleia teve a oportunidade de visitar, enquanto estrutura museológica pretende recriar a casa do lavrador, recuperando as vivências do quotidiano e sazonais da vida agrícola, merecendo natural destaque o ciclo do linho. Este Museu tem por missão contribuir para a salvaguarda e preservação da tradição do linho, cultura de identificação local, bem como a lavoura tradicional, promovendo atividades de dinamização cultural, numa perspetiva antropológica educativa e turística. Por fim o Solar dos Condes de Prime, Capela de Santo António, que é um pequeno núcleo museológico direcionado para a Arte Sacra nomeadamente para o período Barroco. A Capela de Santo António foi alvo de recentes de obras de restauro, tendo sido inaugurada a treze de junho de dois mil e onze, como sabem dia de Santo António, e tem-se revelado como um pertinente e importante polo de atração no Centro Histórico. Para além dos equipamentos descritos, a Rede Museológica de Museus perspetiva, a breve trecho, a abertura de mais duas estruturas museológicas. O Centro de Promoção Cultural de Viseu, é este o nome que vai ter, que nós designamos, digamos de uma forma mais livre por antiga sinagoga, que será direcionado para a promoção cultural do Município de Viseu, onde será tratado o património físico e imaterial das trinta e quatro freguesias, para além do apoio previsto aos diferentes agentes culturais municipais. Paralelamente está prevista uma exposição temporária dedicada a Aristides de Sousa Mendes, considerando a presença Judaica em Viseu, nomeadamente nesta zona da Cidade. Também a Quinta da Cruz Centro Cultural, que será um equipamento direcionado para a Arte Contemporânea, contemplando uma exposição permanente, exposições temporárias e oficinas criativas, bem como uma residência de artistas. Para além disso serão igualmente valorizados os espaços exteriores, nomeadamente os jardins e a mata envolvente. A concretização deste projeto demonstra bem a relevância estratégica que este tipo de equipamentos tem no âmbito da nossa política cultural, os quais, esperamos, venham a contribuir decisivamente para o desenvolvimento integrado da nossa comunidade. Ao transformarmos estes espaços físicos em locais acessíveis, vivos e abertos a todos, estamos a democratizar a cultura e a contribuir para a valorização educativa e cultural da comunidade e em simultâneo a promover e a propiciar a fruição turística de Viseu. Como já tive a oportunidade de escrever: “Todos poderão continuar a ir cada vez mais à descoberta de muitas das facetas históricas, artísticas, científicas e etnográficas do Concelho de Viseu e também de programas educativos de exploração destas múltiplas infraestruturas que se disponibilizam à comunidade e a todos os que nos visitam para continuarmos a ser a Melhor Cidade para se viver”. Não está aqui Senhor Presidente, mas vou citar de memória um outro equipamento que a prazo, prazo curto será inaugurado também por nós, falo do edifício da Casa da Calçada que vai acolher todo o acervo da família Cândido do Amaral. É um acervo extremamente importante que nos obrigou a fazer investimentos também substantivos, mas que com toda a certeza nos dará num futuro que eu acho que é muito próximo, também esta possibilidade de termos mais uma estrutura que nos dignifica no Centro Histórico, e que entre outros elementos tem, digamos todos os elementos culturais de uma família, como sabem viveu muito neste âmbito da cultura e das artes e que tem entre outras coisas, presumo eu, um elemento, há-de ter vários elementos apelativos, mas há-de ter um, que, se calhar nos orgulha a todos nós, há-de lá estar presumo eu, a letra e a música do Hino Nacional, que como sabem foi feito por um elemento da família, Alfredo Keil. Portanto, nós conseguimos que a família quisesse connosco por à disposição do público este acervo, e portanto dentro de pouco tempo o teremos, esta, espero ainda, ser eu a inaugurá-lo. Dentro de pouco tempo no



Centro Histórico mais esta estrutura.-----
Finalmente Senhor Presidente, Senhores Deputados, deixamos, igualmente, à consideração, através das folhas e matérias tipificadas no número quarto, situação financeira e a informação, as reclamações e os recursos hierárquicos e os processos judiciais que estão pendentes e o seu estado. E é tudo.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Tenho já um Senhor Deputado inscrito para colocar questões, Senhor Deputado António Vicente tema palavra.-----

- VINTE E UM - O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGEIREDO (PPD/PSD): Obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Comunicação social, minhas Senhoras e meus Senhores. Acabámos de ouvir a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e do Executivo, sobre a atividade municipal que elegeu para trazer a esta Assembleia a cultura como componente de desenvolvimento económico para o Concelho. E neste aspeto, gostaria de salientar a questão mais premente que colocou e que tem a ver exatamente com a Rede Municipal dos Museus. Antes de me pronunciar sobre a Rede Municipal dos Museus aqui trazida pelo Senhor Presidente, gostaria de dar nota do projeto Viseu Naturalmente que tem trazido a Viseu propostas culturais diversificadas de que destacamos de uma forma sucinta:-----

A recriação da Via Sacra, com alguns quadros representando as estações do caminho que conduziu Jesus Cristo ao Calvário. E neste pormenor gostaria de deixar uma referência para a parceria entre a Câmara e a Paróquia do Campo e um elogio a um grupo de jovens, penso que é um grupo de jovens que tem mantido esta recriação de há uns anos para cá. Também salientar a celebração do Dia Mundial do Teatro, que permitiu que grupos de teatro das associações do Concelho se distribuíssem pela cidade comemorando este dia. Também o Festival de Música da Primavera, que ainda está a decorrer e que terminará neste fim de semana numa parceria com o Conservatório Regional, Dr. Azeredo Perdigão que permitiu à população de Viseu assistir a concertos distribuídos por diferentes espaços da cidade, que permitiu também que as pessoas pudessem assistir à criatividade e à aprendizagem dos alunos, alguns deles laureados e que vão apresentar-se mais uma vez penso que amanhã na Pousada Pestana mas com uma novidade este ano de terem desenvolvido esta atividade também com concertos pedagógicos que envolveram as crianças de todas as escolas do concelho, numa parceria com grupos de teatro. A comemoração também do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, com destaque para a celebração do protocolo entre a Câmara e o tesouro Museu de Arte Sacra da Diocese, curiosamente um protocolo que permite que o Museu de Arte Sacra possa estar aberto ao público. Destaque ainda, para a Rota do Rancho e do Vinho do Dão que se inicia neste fim de semana e finalmente também para o festival de Teatro Jovem que vai iniciar-se em maio e que vai ocupar todas as noites ou praticamente todas as noites deste mês com destaque para os grupos de teatro jovem do concelho.-----

Senhor Presidente da Câmara, ouvimos Vossa Excelência dissertar sobre a rede municipal de museus. São já sete os núcleos museológicos que estão ao serviço dos cidadãos do concelho e dos muitos visitantes que Viseu acolhe, para conhecerem o património cultural e ambiental desta região. Esta é, seguramente, uma marca que ninguém lhe pode negar.

Eu diria que pelo menos na minha perspetiva, é a obra mais emblemática que o Senhor deixa neste mandato e seguramente no ano de dois mil e doze. Este foi um caminho que Vossa Excelência começou com segurança, com a certeza do risco, mas com os resultados práticos que são já visíveis. É um valioso legado que enriquece o património cultural da cidade e é vetor de desenvolvimento do concelho. Um caminho que se iniciou nesta Assembleia Municipal, com aprovação de propostas e recomendações que visavam a criação de um Museu Municipal, que tomou corpo com a constituição de um grupo de missão, encarregado de traçar o modelo desse futuro museu, ligando em rede os núcleos



museológicos já existentes, agregando núcleos de entidades privadas e perspetivando a criação de novas instituições museológicas.-----

A Casa da Ribeira, a Casa de Lavoura de Calde, que tivemos ontem a oportunidade de visitar ou de revisitar, o Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental (CMIA), a Coleção Arqueológica Dr. José Coelho, na Casa do Miradouro, a Casa Museu Almeida Moreira, o Museu do Quartzo, e o Solar dos Condes de Prime, que o Senhor teve o cuidado de referir, de caracterizar e de traçar os objetivos na sua intervenção, são sete estruturas museológicas em pleno funcionamento, cujas missões e objetivos se complementam, dando ainda apoio ao Projeto Caminho Português Interior de Santiago. Têm em comum estas estruturas um programa educativo com ações pedagógicas direcionadas à população escolar do concelho, numa interligação às escolas dos diferentes níveis de ensino. Apresentam, em destaque, uma peça do acervo exposto, a chamada (peça do mês), desenvolvem visitas guiadas, oficinas, workshops e palestras temáticas. O modelo seguido é o proposto pelo MINOM (Movimento Internacional para uma Nova Museologia) que começou a desenhar-se na segunda metade do século XX, e privilegia a função social e a ação pedagógica, numa perspetiva de museu vivo, aberto à comunidade. Nos museus que integram a rede concelhia, estão presentes estes dois princípios: a função educativa e a função social. A função educativa dos museus faz parte do seu estatuto de serviço público. Assumindo-se como importantes recursos educativos, os museus trabalham, cada vez mais, com uma grande variedade de públicos aos quais procuram responder com atividades adequadas às suas necessidades e expectativas. A função social, a relaciona-se, ou relaciona os museus com os públicos, que tem por objetivo a construção e análise da história das comunidades, contribuindo para que os cidadãos se orgulhem da sua identidade cultural. As técnicas da nova museologia podem solucionar problemas sociais e urbanos. O novo modelo de museu materializou-se com a Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile, onde foi proposto o desafio de pensar o museu como instituição ao serviço das sociedades. O conceito tradicional de educação através da rede municipal dos museus centrava-se, sobretudo, na oferta de atividades e programas organizados a pensar no público escolar. Hoje não se pode pensar apenas dessa forma. É desejável que se motivem outros segmentos de público, procurando ir ao encontro dos mais variados interesses e sensibilidades. Neste esforço coletivo, esperamos que os diferentes núcleos museológicos venham a criar laços frutuozos com a comunidade local, possam desenvolver atividades intergeracionais e promovam parcerias com instituições e associações locais, nacionais e internacionais. A política de apoio aos museus e núcleos museológicos do concelho, promove a sua requalificação, divulgação e concomitantemente a sua democratização. Para além da renovação dos espaços e dos percursos e discursos expositivos, bem como dos materiais informativos das estruturas museológicas disponibilizadas, nestes últimos anos a autarquia tem feito um grande investimento nas áreas da reabilitação e execução de conteúdos. O investimento feito neste ano de dois mil e doze, na cultura globalmente, e na reabilitação de espaços museológicos em particular, são um ato de coragem. Em tempo de dificuldades económicas e com o agravamento da crise que o País atravessa, a aposta na cultura foi um risco assumido por este Executivo, foi uma aposta ganha, com retorno do investimento a médio prazo.-----

O caminho está traçado, agora é percorrê-lo. Haverá dificuldades a serem vencidas. Desconhece-las será um erro fatal. É necessário que nos questionemos permanentemente sobre a forma mais eficaz de manter a rede museológica do concelho como espaços dinâmicos, estruturas com vida, voltadas para a ação e reflexão coletivas, porque a produção do conhecimento também pode ser o resultado de um trabalho coletivo. Obrigado.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Jorge Adolfo.-----

- **VINTE E DOIS - O SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS):** Senhor Presidente da Assembleia e Membros da Mesa, Senhor



Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Caros Colegas. Não posso deixar de congratular a Câmara Municipal por esta intervenção que o Senhor Presidente fez aqui na Assembleia Municipal sobre a rede museológica, sobre a cultura em geral e a rede museológica em particular ou de uma forma mais aprofundada. Evidentemente que é muito importante que os museus sejam hoje entendidos, como disse o Dr. Vicente, como um lugar pedagógico e moderno e já não como aquele lugar onde se guardam coisas velhas, antigas que só uns maluquinhos é que gostam de visitar. Portanto, hoje os museus têm uma visita, e aqui no Concelho de Viseu por largas centenas, se não mesmo milhares de crianças das nossas escolas, das nossas escolas aqui do Concelho, mas também de outros Concelhos e de outras regiões do País. Todos nós podemos constatar isso. Tivemos ontem também nas comemorações do 25 de abril, a oportunidade de revisitar ou visitar pela primeira vez quem nunca lá tinha ido o Museu da Várzea de Calde que é sem dúvida nenhuma um dos melhores espaços museológicos que nós temos no nosso Concelho, e dentro desta nova filosofia museológica com a utilização de tecnologias para recriar os ambientes, portanto, foi sem dúvida para aqueles que nunca tinham lá ido, certamente que terão tido o gosto e o prazer de desfrutar daquele espaço, e num momento particularmente difícil do nosso país em que temos uma Secretaria de Estado da Cultura que tem sido criticada por todos os agentes culturais. Se não fossem as Autarquias, efetivamente se não fossem as autarquias, independentemente da cor das Autarquias nós hoje não tínhamos política cultural em Portugal. Já não bastou ter havido uma despromoção de Ministério da Cultura para Secretaria de Estado da Cultura, mas para além disso enfim, a Secretaria de Estado até podia ter uma atividade salutar, o que é certo é que em todas as áreas e em todas as instituições culturais do nosso País efetivamente, tem vindo a lume na comunicação social críticas de todos os setores independentemente das pessoas e da cor das pessoas, e da filosofia das pessoas, tem havido uma crítica muito significativa aquilo que é uma certa ausência de política cultural nesta época de crise e de falta daquilo com que se compram os melões, não é, como disse há bocadinho o Senhor Presidente da Câmara. Efetivamente, se não são as Câmaras Municipais, se não são as Autarquias, as Câmaras e as Juntas de Freguesia, porque é também importante realçar isso, eu até gostava de dizer que há aqui, no nosso Concelho pelo menos três locais de grande interesse museológico, que são o Museu de Paços de Silgueiros, o Museu de Torredeita e Planetário e em Vilã Chã de Sá o Museu também das Atividades Agrícolas, portanto todos esses espaços se não fossem as Autarquias, hoje em dia tínhamos um deserto, era um deserto. Portanto não posso deixar de congratular uma vez mais a Câmara Municipal, por neste, sobretudo por neste último mandato do Senhor Presidente da Câmara ter havido uma aposta bastante efetiva na recuperação e valorização de alguns espaços museológicos. O caso da Coleção Arqueológica Dr. José Coelho é de alguma maneira paradigmática de como as coisas demoram às vezes a ser concretizadas. A coleção é oferecida à Câmara em setenta e nove, como disse na intervenção o Senhor Presidente da Câmara, em setenta e nove, portanto à trinta e quatro anos, portanto, apesar de nestes trinta e quatro anos antes do Senhor Presidente ter assumido o cargo na Câmara, portanto, só ao fim de trinta e quatro anos é que temos com dignidade a exposição aberta ao público ela esteve ao longo destes anos este, mas com a dignidade que lhe era merecida, não só o espólio do Dr. José Coelho, mas também a figura pública, académica que foi o Dr. José Coelho, portanto merecia um espaço com grande dignidade e que é a Casa do Miradouro. Eu não me queria alongar mais, até já falei demais, em todo caso a mensagem que eu queria deixar muito clara é que a aposta na cultura seja ela cultura tradicional, popular, ou como se lhe queiram chamar ou cultura mais académica, ou para grupos mais restritos, no sentido de apreciarem outro género de atividades culturais que não são para a grande maioria das pessoas, eu acho que é uma aposta que deve ser feita, porque é isso que nos identifica enquanto Viseenses. Se eu perguntasse aqui, se nós fizéssemos aqui um inquérito aquilo que é ser Viseense, tenho a certeza absoluta que todos diriam que é a Gastronomia, os Monumentos, o Viriato, D. Duarte, enfim, são tudo elementos da nossa cultura local, da



nossa cultura regional. Portanto, acho que estamos no bom caminho assim.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Senhora deputada Manuela Antunes para intervir também neste ponto.-----

- VINTE E TRÊS - A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE): – Bom dia mais uma vez, cumprimento a todos. Considerando que nestes últimos vinte e quatro anos à frente da autarquia, esta autarquia conseguiu criar uma Rede de Museus Municipais, e do qual todos nos orgulhamos como é óbvio, aliás que é fundamental para gerir o nosso património cultural, eu queria realçar apenas dois ou três pontos, aliás são três mesmo. Há cerca de uma década que o Dr. José Moreira ex-vereador desta Câmara Municipal, dos anteriores mandatos, vinha anunciando uma futura extensão do Museu de Serralves na Quinta da Cruz. Um projeto que já serviu de propaganda eleitoral e que penso que ainda está em cima da mesa para servir porque ainda não está, ou está concluído. Outra questão com que nos congratulamos é com a instalação de uma exposição temporária dedicada à memória de Aristides de Sousa Mendes, o cônsul que, resistindo a ordens expressas de Salazar, salvou da morte trinta mil refugiados das perseguições nazis, mas parece-nos que o rigor histórico de classificar como “antiga sinagoga” o edifício vulgarmente conhecido como ex.- Papelaria Dias, não cumpre esse rigor histórico já que em dois mil e nove, catorze de fevereiro de dois mil e nove, num colóquio sobre história e cultura judaica realizado aqui em Viseu, a Dr.^a Maria José Ferro Tavares, colocou sérias dúvidas sobre a localização da Sinagoga naquele edifício e que no seu entender deveria situar-se antes na Rua da Senhora da Boa Morte. Outra questão também e é mesmo uma pergunta, tem a ver com, queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, porque motivo ainda não foi publicado o número dois, isto é mesmo uma curiosidade também, da Viseu – Revista do Museu Municipal de Viseu, cujo primeiro número é este que tenho aqui na minha posse e que já o tenho desde dois mil e oito, saiu em dezembro de dois mil e oito e que supostamente o número dois deveria divulgar as atas do referido colóquio sobre História e Cultura Judaica. Era só. Obrigada.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Não tenho mais nenhuma inscrição para colocar questões ao Senhor Presidente da Câmara, portanto dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder.-----

- VINTE E QUATRO - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente. Sobre a questão da cultura e a Rede Museológica, queria fazer alguns comentários sobre aquilo que foi dito, nomeadamente em relação quer ao, (naturalmente não excecionando estas últimas questões que são de ordem mais prática, que foram colocadas pela Senhora Deputada do Bloco de Esquerda), mas por os últimos dois Deputados que naturalmente, são pessoas reconhecidas em termos daquilo que é o nosso espectro cultural e da atividade que têm desenvolvido. Portanto eu queria-me congratular e também fazer aqui um comentário daqueles frontais que costumo fazer, muita gente que falava da ausência da cultura, da ausência de museus, nunca os vi frequentar nenhuma dessas estruturas, nunca, raramente os vejo. Mais, em Viseu não há nada, agora vê-se que há. Nunca há nada. Aliás, o rótulo durante anos a esta Autarquia foi que só era betão e alcatrão, era uma ausência total de cultura, porque havia aí uns cultos que diziam quem é que era culto e quem não era. Bem! Agora reconhecemos e eu gostaria de voltar um pouco atrás, é que para além de nós fazermos esta Rede Museológica, tivemos que recuperar o lugar onde ela está instalada, e eu chamo à atenção para isso, porque nós tivemos de facto a Coleção do Dr. José Coelho exposta, mas mal exposta. Não estava mal disposta mas estava mal exposta. Porquê? Porque a Casa do Miradouro não estava requalificada. E tivemos que arranjar engenho arte e dinheiro para requalificar a Casa do Miradouro. Fizemos a mesma coisa em relação ao Museu da Várzea de Calde, aliás tivemos primeiro que dar um murro na mesa para que a Comissão de Coordenação que tinha escolhido apenas dois ou três sítios com o contrato da aldeia, contemplasse também Viseu. Esse foi o primeiro ato. Depois tivemos que comprar, teve a Associação e que nós já regularizamos com a Associação, mas teve a Associação da Várzea de Calde e que o Senhor Presidente da



Junta, é um elemento ativo e digamos, grande dinamizador daquela Associação, teve que comprar a casa, e depois tivemos que arranjar para sua requalificação, um projeto também caro. A mesma coisa se passou em relação ao CMIA. Foi preciso requalificar o Pavia, e requalificar os Moinhos da Balsa, é ali onde ela está instalada, e para não falar noutras coisa mais, e todas elas estão a ser recuperadas. Foram recuperadas previamente e depois pusemos à disposição das pessoas. Falo apenas naquelas que são a Rede Museológica. Porque em relação ao resto, foi dito aqui, o “Viseu Naturalmente” é de facto um legado que nós vamos deixar, em que os Viseenses se orgulharão. Eu não sei se alguma vez funcionasse um ano na Câmara sem o “Viseu Naturalmente”, pois iríamos ver a falta que nos faz, acontecia um pouco como a saúde, mas eu gostava de ver mais gente por exemplo nos concertos na música erudita, porque há muita gente que acha que os ranchos folclóricos são uma chatice, a música popular, as tunas que vão ao Rossio também é tudo parolice, mas não os vemos nem num nem noutros. Podiam não querer ser parolos e não estar no Rancho, mas também não estão nos concertos, também não os vemos no Salão Nobre da Câmara onde foi há pouco tempo um concerto espetacular e aí por os espaços que vamos aproveitando para digamos também, dispor e por à disposição das pessoas. Já agora uma outra coisa, se não fosse a Câmara, não funcionava o Museu de Arte Sacra. O Museu de Arte Sacra só está aberto ao público porque a Câmara paga o funcionamento. Se não fosse a Câmara não havia Festival Teatro Jovem, não havia o Festival de Música da Primavera também, e portanto eu, que tem esta componente, que não é apenas este ano, não fique aí a confusão, os concertos pedagógicos, há muito que, pelo menos há dois anos a esta parte que fazem parte do Festival da Primavera. E já agora outra coisa, se não fosse a Câmara não havia Teatro Viriato, é bom que se saiba isso também, nós temos excelentes relações com o Diretor do Teatro Viriato, sempre tivemos ao longo destes anos, temos uma consideração quase sem limites pela pessoa em causa, mas temos até, eu diria de uma forma mais ligeira deixado passar a denominação, devíamos acentuar mais a palavra Viriato Teatro Municipal. Nós não dizemos isso, às vezes até há pessoas nos confrontam, como que seja uma coisa contra a Câmara ou de lá do outro lado da Câmara, é Teatro Municipal Viriato, onde a Câmara tem uma palavra extremamente substantiva, eu diria determinante no financiamento da situação. Portanto, folgo muito que haja esta visão sobre os museus, vejam a quantidade de ações, que só ao de leve têm uma relação mais direta com aquele que era o conceito tradicional do museu, a quantidade de miúdos que até já fazem os seus encontros no Museu do Quartzo por exemplo, a Coleção dos Insetos que eu tive a oportunidade de ver no Convento do Carmo em Santarém e que depois vi aqui no nosso museu, não sei quantas pessoas já lá foram, mas muitas e já agora aconselho-vos a levarem lá os filhos e os netos se quiserem, que é uma coleção espetacular e portanto, nós temos dado uma outra forma, uma outra visibilidade aos Museus. Portanto espero também por aqui que não haja mais a tentação de dizer que só temos betão e alcatrão, temos além disso uma atividade cultural, digamos mais imaterial espetacular. Mas depois queria deixar uma reflexão com aquilo que trouxe a Deputada, que aquilo que costume dizer, a rapariga é lindíssima mas tem um sinalinho, portanto nós queremos casar, não, também é lindíssima, mas não é por aí. É uma imagem, só não conhece esta imagem porque não está cá há muito tempo. Eu costume usar esta imagem quando alguém quer... Eu sei, eu sei. Eu não sei se sabem, vale a pena dizer isto, eu conheço a Manuela há muitos anos, e cooperou muito e continua naturalmente naquilo que lhe diz respeito com a visão diferente que tem da sociedade que eu tenho com a Câmara. Portanto eu não tenho nenhuma, antes pelo contrário tenho uma grande consideração pessoal e sabe disso por a Manuela e por isso é que me permito de vez em quando este tipo de situações. Aliás, fizemos os Jogos sem Fronteiras, onde teve um papel determinante, onde eu estive também, na altura ninguém nos acusava de irmos passear para... Onde é que foi? Budapeste. Veja lá se fosse agora toda a gente dizia que íamos passear e não sei o quê, fazer turismo autárquico, não havia na altura turismo militar mas pronto, a gente não ia para Timor, digo eu, digo eu, mas pronto está bem, eu estava-me a rir disso. Eu estava a



dizer que apesar de tudo isto está muito bem nas tem um sinalinho e qual foi o sinalinho que me pôs. Primeiro, como é que está a Quinta da Cruz? A Quinta da Cruz está bem e eu podia já fazer uma inauguração da Quinta da Cruz. Como sabe quem está a tratar, quem tem um papel fundamental na Quinta da Cruz, não sei qual é o nome, a Comissária, a Sandra Oliveira, que também é a autora dos Jardins Efémeros e que está a tratar connosco os conteúdos da Quinta da Cruz. Como sabe nós podíamos já ter feito uma inauguração da Quinta da Cruz no espaço físico, no aspeto físico está pronta, e podíamos lá ir inaugura-la, e dizíamos assim, olhem o que nós fizemos da Quinta da Cruz. É isto. Era um pardieiro e nós transformámo-la desta forma, mas achámos que não, que não era suficiente, como sempre tivemos a ideia e um Museu de Arte Contemporânea na Quinta da Cruz, há que adaptar as paredes há condição de Museu de Arte Contemporânea, e é isso que a Sandra Oliveira está a trabalhar para nós e caro, naturalmente, e eu tenho que..., demorámos algum tempo a dizer e depois desta requalificação ainda vamos gastar algum dinheiro para transformar isto em Museu de Arte Contemporânea, mas temos a decisão tomada. Eu queria também ser eu a inaugura-la, mas também se não for eu, alguém que nos ouça que a inaugure que eu fico muito satisfeito. Não tenho nenhum problema com isso. A outra questão que nos pôs e eu há bocadinho tive na minha intervenção, não sei se a leu, a intervenção que eu fiz, eu disse que não me metia muito na conceptualização da cultura, e não me meto, e não sei se aquilo é sinagoga se não é. Bem, o que eu sei é que houve ali uma judiaria e não fui eu que inventei o problema de ser ali a sinagoga. Eu limitei-me a fazer aquilo que era o correto, foi contactar o proprietário aliás, o brilhante Jurista proprietário que nos facilitou a vida e de que maneira, o Senhor Professor Figueiredo Dias, que toda a gente conhece e portanto, fizemos com ele a aquisição e estamos a requalificar a casa e por isso nós, para evitar a polémica já lhe chamamos, demos-lhe uma outra designação. O Centro Municipal. E portanto onde estarão as atividades das Juntas de Freguesia, e onde deixamos uma sala para a memória do Aristides de Sousa Mendes. Eu queria dizer, já que estamos em maré também de prémios, eu sou membro de honra da Sociedade RAOUL WALLENBERG, podem consultar Net, e portanto a única coisa que fiz foi além de dar o nome numa..., de pôr na toponímia o nosso Cônsul Aristides Sousa Mendes e para além de ter apresentado um livro que me deu muito gozo, por parte do nosso conterrâneo que vive nos Estados Unidos e que escreveu sobre Aristides Sousa Mendes. Também, vamos fazer uma sala com o Aristides Sousa Mendes. Isso chegou à Fundação Raoul Wallenberg, como sabem, tem este objetivo de zelar pelos interesses dos Judeus no mundo e foi o suficiente para me distinguirem como Cidadão, ou como Sócio de Honra. Bem, há muita gente que vai dizer, mas o que é que ele fez por os Judeus? Nada, não fiz mais nada que nem isso. Como também não fiz, não dei nenhuma conferência em França outros o fizeram, eventualmente em Paris, para ser considerado um elemento da Sociedade de Letras e Artes, mas não fui eu, seguramente não comprei nada disto, e portanto só para dizer que esta classificação da sinagoga, nós não nos metemos nisso, como não nos metemos numa outra situação, de que podíamos ser acusados, do rigor do nascimento do D. Afonso Henriques aqui. Nós também não nos metemos, mas vamos dizer, outros queriam que não, enquanto houver gente a dizer que sim, nós vamos dizer que nasceu aqui o D. Afonso Henriques e vamos levantar dentro de pouco tempo a estátua ao D. Afonso Henriques, como é sabido. Depois, sobre o número dois se está a ser fabricado. Não, não está a ser fabricado, está neste momento, espero que muito rapidamente porque está mesmo na fase final, e é tudo Senhor Presidente.....

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Terminámos assim o ponto 1 da ordem de trabalhos. Vamos passar ao ponto 2, Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CAMÁRA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2013 – REVISÃO N°1”. Daria a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação deste ponto, dando-lhe tempo obviamente para poder procurar.....



- **VINTE E CINCO - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**: Só o tempo de arrumar os meus papéis, porque para além do mais, só soube agora da alteração, aliás correta que foi a proposta para começarem pelo ponto da apresentação de contas e eu tinha aqui os meus primeiros documentos como a Revisão Orçamental. Eu sobre a questão da apresentação das contas, acho o que está, naquilo que foi trazido à Assembleia, está correto, e penso que de uma forma bem esclarecedora, e eu gostava de enfatizar o processo de ajustamento, como digo aqui na deliberação que a Câmara aprovou. A Câmara Municipal de Viseu, fez o seu processo de ajustamento aliás, nós fizemo-lo primeiro do que uma boa parte das Autarquias, mas as Autarquias no seu conjunto, também já fizeram o seu processo de ajustamento. A Câmara de Viseu, fez o seu processo de ajustamento, reduzindo um terço da despesa de 2009 para 2012, desde 2009 para 2012, conseguimos reduzir a despesa a um terço. Portanto, na previsão com uma redução de treze por cento relativamente a 2011, na execução da despesa paga ficou trinta e dois por cento abaixo da previsão e representou menos vinte e um por cento da despesa do ano transato. Gostaria também de dizer uma coisa que está escrita aqui, mas se for preciso traduzir para miúdos, embora não precisem que é para nós o fundamental destas contas. Diz que elas refletem mais uma vez o esforço intencional e sistemático de aprofundamento da racionalização do funcionamento e da criteriosa avaliação da necessidade anual do investimento, bem como da sua projeção temporal. Contou-se com menos dois vírgula cinco milhões de euros de recursos correntes, mas ainda assim foi possível libertar cerca de nove milhões de euros, o equivalente a sessenta e oito por cento do investimento. Eu faço esta ênfase porque apesar desta redução na despesa corrente, nós conseguimos libertar receitas correntes para investimento, aquilo que sempre enfatizamos aqui nesta reunião e portanto tivemos uma poupança líquida de mais de cem milhões de euros, que contribui para um auto financiamento superior a quinze milhões projetado do exercício de 2011. Portanto, eu acho que esta marca é a mais importante. A redução do número de trabalhadores em 2012 permitiu um decréscimo do esforço remuneratório da Câmara superior a quatro e meio por cento. Queria também enfatizar um aspeto que para nós é muito importante, é que apesar desta situação, a maior parte da nossa atenção foi orientada para funções sociais, e gostaria depois de ler-vos aquilo que está apenas para o enfatizar, que é um parágrafo que vem aqui a meio da segunda página que diz o seguinte: "Pela sua imediata intangibilidade, os fluxos financeiros são a expressão mais visível da gestão municipal mas esta só se completa quando integrada pela dimensão patrimonial e convalidada pela medida do seu resultado económico. Com efeito, relevando-se as contas, isto é a relação conto gráfica do saldo de gerência exprime-se num único item ativo o mais líquido do património, dinheiro em caixa ou depositado em bancos, que só por si, e eu pedia que tomassem atenção a isso, até porque é a última conta que apresento, diz aqui que aquilo que temos em dinheiro ativo depositado em bancos, só por si, cumpre-me dizê-lo, permite solver imediatamente todo o exigível a curto prazo e mais de dois quintos dos compromissos a médio e longo prazo. Isto é se os meios ativos que a Câmara tem, se decidisse agora podia fazer, pagar tudo o que deve a curto prazo e ainda entrar nos pagamentos que estão a longo prazo, como sabem, são pagamentos titulados, nós podíamos ter todos os pagamentos em ordem e ainda ter dois quintos de tudo aquilo que devemos a longo prazo podiam ser cobertos. Eu queria dizer apenas com isto que não vale a pena inventar fantasmas, e gostaria de o dizer até porque, espero que muitos dos senhores terão responsabilidades, alguns, responsabilidades cimeiras nos próximos exercícios da Câmara e portanto eu queria dizer-vos que se há algo que nos agrada na situação do Município é a forma como deixamos a situação financeira. Não vale a pena se inventarem esqueletos no armário, não temos nenhum esqueleto, aliás nem era possível. Quem às vezes atira com o fantasma do esqueleto no armário, não conhece o funcionamento de uma Câmara Municipal e muito menos a relação com as entidades. Nós temos todos os anos que mandar as contas para a Direção Geral, além de serem aqui naturalmente aprovadas e discutidas em Assembleia Municipal, são também vistas e revistas pelos Vereadores, por todos eles incluindo os da



oposição, têm que ser certificadas por o ROC, e o ROC não faz favores, aliás, quando o ROC tem alguma posição, nós temos que explicar, tem a ver com a sua posição natural em relação às contas e portanto, não há contas mais vigiadas do que as contas de uma Autarquia e daí não se poder fugir. Aliás, se assim fosse o PAEL referia concretamente quais eram as Autarquias que tinham necessidades, porque havia confusão e não se sabia se de facto as contas eram aquelas ou não. Isto que eu disse em relação às contas da Câmara “MUTATIS MUTANDIS” se aplica aos Serviços Municipalizados e portanto Senhor Presidente não tinha mais nada que explicar em relação a estas contas senão aquilo que acabei de referir.-----

MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente da Câmara. Nós no fundo estamos a tratar três em um. Como Já perceberam estamos a tratar do Ponto 2, do ponto 3 e 4, por razões óbvias pois estão todos devidamente interligados. Dou agora a palavra aos Senhores Deputados que o pretendam fazer. Senhor Deputado José Alberto tem a palavra. -----

- VINTE E SEIS - O SENHOR DEPUTADO JOSÉ ALBERTO DA COSTA FERREIRA (PPD/PSD): Queria cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a Senhora Secretária, o Senhor Secretário, O Senhor Presidente da Câmara, as Senhoras Vereadoras, os Senhores Vereadores. Contrariamente aquilo que tem acontecido em anos anteriores, eu não queria aqui estar a repetir-me porque de facto aquilo que o Senhor Presidente da Câmara acabou de dizer relativamente às contas, era aquilo que eu tinha para dizer. Permita-me no entanto Senhor Presidente da Assembleia que faça aqui três notas prévias antes de entrar propriamente naquilo que são as contas.-----

Uma primeira questão, portanto é dar aqui os parabéns, já o tinha feito pessoalmente ao Dr. Pedro Ruas, como elemento da Direção, como Vice-Presidente da Direção do Académico de Viseu. Portanto os meus parabéns pela subida a uma jornada do fim, e com certeza, estaremos na festa no próximo domingo. Depois dizer aqui ao meu digníssimo colega Dr. Baila Antunes que de facto, para além desta ligação formal que houve ao Instituto Politécnico, permitam-me fazer aqui esta ressalva, porque tive responsabilidades de Gestão sobretudo da Escola Superior de Tecnologia ao longo de seis anos, portanto, essa colaboração foi intensa e inclusivamente com o Departamento de que faz parte, com o Departamento de Ambiente da própria Escola, onde houve bastante participação e com reuniões algumas mais formais, outras menos formais na Câmara Municipal. Depois aqui, não podia deixar de referir, enfim, o PDM ultimamente tem-me dito muito e estas questões do ambiente e do ordenamento do território dizem-me alguma coisa, e só para vos dizer que neste momento estão em revisão na Zona Centro do País, cerca de quarenta PDM, o que exigiu por parte da CCDR um esforço extremamente acrescido. Os PDM, são propostas das Câmaras Municipais mas eles têm que ser feitos, enquadrados dentro da legislação que existe sobre o território e aqui, não há volta a dar-lhe, há um determinado tipo de conceitos jurídicos que têm de ser respeitados. Também dizer-vos, está em revisão, a Lei de Bases do Território foi recentemente aprovada na Assembleia da República, está em preparação o novo regime jurídico do território, tem em revisão os PMOTS, que vão dar uma responsabilidade acrescida às Câmaras Municipais e nesse sentido elas terão maior agilização para poderem adaptá-lo ao território sempre no cumprimento estrito da Lei. Portanto duas referências aqui que eu gostaria de deixar. Portanto, de facto, só mais uma questão, o facto neste momento estarem a aprovarem estes PDM todos, é porque as Câmaras fizeram investimentos enormes, no sentido de os fazerem, nomeadamente nas delimitações da REN, na cartografia, etc., e não podíamos desperdiçar isso nesta altura, daí a pressa ou daí o processo estar a desenvolver-se rapidamente, para não desperdiçarem investimento porque aquilo que havia estava obsoleto e era necessário adaptá-lo. Depois, cingindo-nos aquilo que são as questões das contas, de facto houve poupanças ao nível da despesa, o processo de ajustamento começou em Viseu há muito tempo, isto levou a uma poupança de cerca de oito vírgula três milhões de euros e à sua respetiva capitalização. Se a isto fizermos uma análise económica, com um resultado



líquido de oito vírgula cinco milhões de euros e se acrescentarmos a isto o valor de amortizações e provisões que totalizam quase oito milhões de euros, chegamos a meios libertos de dezasseis vírgula quatro milhões de euros que aparece depois espalhado em termos de Tesouraria, no saldo de tesouraria que é de cerca de dezassete milhões e qualquer coisa euros, o que revela aqui um acréscimo em relação ao ano anterior de seis vírgula um milhões de euros. Portanto, apesar de tudo, estamos num período de crise e conseguiu-se fazer isto, conseguiu-se fazer isto à custa de poupanças em termos de despesas, ao que não foi alheio os gastos com o pessoal em que houve mais de quinze por cento de redução deste mesmo valor. Houve também alguns ganhos em termos de rendimentos, houve um acréscimo de cinco por cento de rendimentos, apesar de os impostos e as taxas, terem diminuído cerca de, entre novecentos e um milhão de euros. No que se refere ao endividamento, estão perfeitamente cumpridos os pressupostos da Lei 2 de 2007 de 15 de janeiro e patrimonialmente, convém também realçar aqui as questões relacionadas com os ajustamentos que têm vindo a ser feitos ao património fruto da introdução, da passagem de uma contabilidade meramente orçamental para uma contabilidade patrimonial, e ao longo do tempo têm vindo a ser ajustados os valores patrimoniais o que denota um trabalho intenso nesta área, para salvaguardar aquilo que que nós costumamos chamar a imagem fiel e verdadeira das contas. Paralelamente a isto, continuou-se a investir na modernização administrativa, nos Recursos Humanos e na sua formação na Ação Social Escolar, no fornecimento de refeições, nos transportes escolares, aliás não adianta estarmos aqui a referir valores que eles estão expressos no respetivo relatório de contas, na proteção ao ambiente e à conservação da natureza, na Cultura e no Desporto, enfim em todas as áreas de natureza social e na cultura como obviamente tivemos oportunidade de constatar nas intervenções anteriores. Em relação aos Serviços Municipalizados, pois, enfim, já há algum tempo eu disse aqui que de facto seria uma empresa extremamente apetecível para ser privatizada, continua a sê-lo, continua a apresentar resultados positivos, ligeiramente superiores ainda em relação a dois mil e onze, um decréscimo nos gastos com o pessoal, como tem sido apanágio com todas as instituições, uma preocupação com a formação e com a criação de condições de trabalho. Houve de facto ao longo de dois mil e doze um decréscimo em termos do investimento efetuado, mas isso tem a ver com alguns posicionamentos estratégicos e boa canalização dos esforços de investimento para a ETAR de Viseu Sul, que foi assinado agora o protocolo de consignação da obra, a execução orçamental é de facto inferior aquilo que tem sido, mas no atual contexto de constrangimentos económicos e financeiros em que vivemos, é necessário ter algum arrojo na planificação e a execução muitas vezes fica um pouco aquém porque é necessário fazer escolhas, gerir é tomar decisões, é fazer escolhas e nesse sentido, muitas vezes as coisas não acontecem como nós queremos e desejamos. Portanto neste particular, em relação à proposta, eu penso que nós, o partido que aqui represento irá votar favoravelmente à apresentação das contas.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra Senhor Deputado para pedir um esclarecimento ao orador.-----

- **VINTE E SETE - O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONCALVES ASCENSÃO (PS):** Peço dispensa dos cumprimentos habituais para ser mais rápido e breve, para apresentar aqui essencialmente dois pedidos de esclarecimento, ao Deputado e posso tratá-lo assim, o meu amigo Dr. José Alberto Ferreira, que aproveitando a experiência e o conhecimento que certamente tem destas matérias, é relativamente à nota prévia no que respeita ao PDM, e é mesmo um pedido de esclarecimento ou dois. O primeiro é se..., ficou-me a impressão que a legislação regulamentadora do PDM poderá ter sido um tropeço do PDM, da evolução da retificação do PDM, ficou-me essa ideia. Eu perguntava é se de facto é isso e se a legislação foi alterada por forma a implicar com isso, ou se foi alterada por forma a agilizar nesta fase final a sua evolução. Depois por outro lado também perguntar se os cerca de quatro dezenas de PDM que estão em fase de retificação, se são primeiras segundas ou terceiras retificações, porque também é importante que saibamos



isso, porque eu penso que algumas já não são a primeira retificação. Muito sinceramente eram estas as questões que queria pôr. Já agora a talhe de foice, também deixar aqui a nossa homenagem digamos assim, ao Académico de Viseu, na pessoa do Deputado Pedro Ruas, na condição de Vice-Presidente do nosso Académico. Muito Obrigado.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou a palavra Senhor Deputado José Alberto para responder às questões que foram colocadas.

- **VINTE E OITO - O SENHOR DEPUTADO JOSÉ ALBERTO DA COSTA FERREIRA (PPD/PSD)**: Ora bom. Os meus cumprimentos a todos mais uma vez dispensem-me os formalismos. Eu não vinha preparado para lhe responder se os quarenta são primeiras ou segundas. A maior parte deles são segundas retificações e alguns, é a primeira vez que o PDM é aprovado formalmente. No que diz respeito à legislação que existe, existe um REGIT, existe um PMOT que nós temos de respeitar, existe neste momento uma lei geral do território que foi aprovada na Assembleia da República, que vai dar origem a nova legislação, que confere, ou pretende conferir aos Municípios uma maior adaptabilidade à administração do próprio território, seguindo as regras que estão estabelecidas no que diz respeito às inúmeras entidades que têm de ser ouvidas para que um PDM seja aprovado. Aliás, eu no PDM de Viseu, na fase inicial da aprovação, estive como esteve o Senhor Vice-Presidente, e é uma sala enorme cheia de entidades, muitas delas... eu uma vez atrevi-me a dizer que aquilo, acaba por ser uma feira de vaidades em que cada um pretende defender o seu ponto de vista, naquilo que concerne ao território. Portanto, de qualquer maneira, eu penso que a próxima legislação, será extremamente mais flexível e mais possível de fazer as adaptações necessárias.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra, que a solicitou à Senhora Deputada Manuela Antunes, para intervir também nestes pontos.-----

- **VINTE E NOVE - A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE)**: O Bloco de Esquerda vai votar contra estes pontos, o dois, o três e o quatro porque considera que estas grandes opções refletem a incapacidade deste executivo de não responder às potencialidades do Município cujo desenvolvimento está muito aquém do que seria possível, como se verifica principalmente na decadência do comércio e do tecido empresarial. Aliás, muitas vezes Viseu é referido como cidade dormitório, e já foi também referido por alguns elementos do próprio executivo. Claro que temos que ter em conta que o Município também está a sofrer o aperto financeiro que o governo PSD/CDS tem provocado com as suas políticas de austeridade e submissão à Troika. Era só.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Muito obrigado Senhora Deputada. Não tenho mais nenhuma inscrição. Há! Senhor Deputado, tem a palavra de imediato. Tinha sim Senhor. Tem a palavra.-----

- **VINTE E NOVE - O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS)**: Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e aqui, permitam-me fazer aqui um pequeno parêntese por que ao dirigir-me a si publicamente, ou melhor estou a dirigir-me a si publicamente pela primeira vez desde que foi anunciado como candidato à Câmara Municipal de Viseu pelo PSD, como é sabido e portanto também não posso deixar de o cumprimentar por esse desafio que abraçou. O respeito democrático e institucional determinam que o faça independentemente das diferenças políticas que nos separam e como é evidente são conhecidas. Devo aliás acrescentar, que pese embora algumas acesas discussões que vamos tendo aqui nesta Assembleia, tenho muito respeito por quem se propõe exercer ou exerce funções Autárquicas, sobretudo até porque lhes é exigido muitas das vezes respostas a problemas que por falta, muitas vezes por falta de competências diretas e a maior parte das vezes se calhar por falta de recursos estão os Autarcas impedidos digamos de resolver esses mesmos problemas às pessoas mas a exigência de todos nós enfim, de cidadãos não se altera com isso. Portanto, há de facto, o grau de exigência é muito e até mesmo uma coisa que me, se querem que vos diga me preocupa pouco que é até a desconfiança. Não é a desconfiança dos cidadãos perante os seus eleitos e



portanto digamos a disponibilidade para se apresentar é sempre do meu ponto de vista, deve ser sempre, enfim, devemos sempre nos congratular com isso. Vai compreender Senhor Presidente da Assembleia Municipal como é evidente, que no entanto, não lhe desejo os maiores sucessos nessa missão, não é, e que fique apenas por um desejo digamos, de que a campanha enfim decorra com elevação e que seja sobretudo esclarecedora das ideias que as várias candidaturas protagonizem para a nossa terra, num quadro evidentemente do respeito democrático. Eu há pouco não intervim, quando fui provocado e solicitado até a fazê-lo ou enfim, a bancada do Partido Socialista pelo Tiago Escada, não está presente, tinha que ver com aquela questão de um prémio que foi noticiado recentemente, enfim o Tiago não está, mas vou deixá-lo na mesma para registo digamos de Ata. Surpreende-me porque o Partido Socialista, eu acho que tem demonstrado claramente ao longo dos últimos anos nesta Assembleia, e falo particularmente deste mandato, que efetivamente está aqui não numa lógica do bota abaixo, não numa lógica da oposição pela oposição, agora o que o Tiago Escada enfim, e todos os membros desta Assembleia têm que perceber é que o exercício democrático desenvolve-se precisamente desta forma, quer dizer, há quem exerça o poder e há quem na oposição tenha obviamente de questionar, de levantar problemas e portanto se aqui estivéssemos todos a aplaudir o Executivo Municipal isto, além de digamos entediante, seria completamente inútil. Portanto nós estamos aqui, orgulhosos também nos prémios que a cidade e que o nosso Autarca Presidente de Câmara enfim, internacionalmente lhes vê reconhecidos portanto esses méritos. Não nos causa qualquer embaraço, qualquer situação, achamos de facto até um motivo de orgulho para a cidade. Se alguém de fora entende que há coisas que corram bem e que nos resolve premiar por isso, e enfim, pessoalmente até também para o Senhor Presidente da Câmara. Agora o que isso não quer dizer é que estejamos aqui permanentemente a abanar com a cabeça e a dizer que está tudo bem. Porque efetivamente não está tudo bem e esse é o nosso papel, é para isso que os Viseenses nos elegeram para estar nesta Assembleia. E portanto Senhor Presidente da Câmara, e passando diretamente à análise das contas, eu queria dizer-lhe que eu não me recordo de uma Assembleia que aprove de facto o Relatório de Gestão e Contas da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados em que portanto, na atividade municipal, na sua intervenção da atividade municipal não se fale precisamente de contas, admito que já possa ter acontecido no passado, eu enfim, aos anos que aqui estou não me lembro. Desta vez o Senhor Presidente da Câmara no ponto da atividade municipal, resolveu-nos falar de cultura e concretamente da Rede Municipal dos Museus, em vez dos documentos financeiros e quanto a isso, mais uma vez também não temos nada a opor, aliás antes pelo contrário, gostamos que se fale de cultura e portanto estou apenas a fazer uma constatação. Uma constatação que também não posso deixar de dizer que é curioso do nosso ponto de vista que no último ano, isto no último ano à partida não é, em que tem a oportunidade de falar de contas, como se costuma dizer que até é a sua especialidade, não falou de contas, resolveu falar de cultura. Perguntamos se é porque acha que em matéria de contas todos já se renderam há sua boa gestão e que em matéria de cultura talvez isso ainda não tenha acontecido, talvez tenha sido este digamos o raciocínio que esteve subjacente à sua escolha do tema, deixe-me esclarecer-lhe que da parte do PS, é líquido que para nós que em matéria de cultura não nos convenceu ao longo dos últimos vinte e quatro anos, e em matéria de contas também não nos damos por completamente convencidos, aliás como tentarei demonstrar na intervenção que farei de seguida. Em primeiro lugar, colocando já algumas questões diretamente ao Senhor Presidente da Câmara e fazendo também aqui mais um rápido parêntese. Eu, muitas das vezes eu acho ou fico com a sensação, até depois pela comunicação social dos dias que se seguem a estas Assembleias que entramos aqui numa discussão de contas e que muitas das vezes estamos meia dúzia de pessoas a falar uns para os outros e é com alguma dificuldade que passa alguma informação, que do meu ponto de vista seria interessante que passasse, nomeadamente que passasse para lá destas paredes e que fosse inclusivamente digamos



relatada precisamente pela comunicação social e penso que tem que ver às vezes o facto de isto não acontecer, porque nos enredamos aqui em termos um bocadinho mais técnicos, porque não falamos digamos uma linguagem de que todos conheçam. Portanto, a minha intervenção a partir de agora será muito sucinta no que diz respeito às contas com questões que eu pedia mesmo ao Senhor Presidente da Câmara que nos respondesse objetivamente a elas, nomeadamente a primeira desde logo que é nossa mas é também do Revisor Oficial de Contas que trouxe à coação na sua intervenção, e que tem que ver e não é nova também, tem que ver com a reserva que demonstram relativamente à inventariação dos bens imóveis do domínio público e privado. Portanto é uma reserva que se mantém no relatório do Revisor Oficial de Contas que inclusivamente condiciona o seu próprio parecer nas medida que diz, ressaltando esta questão da inventariação, à partida as contas estão bem, ma é ressaltando a inventariação e aqui, sem qualquer ironia eu o ano passado coloquei esta questão a reserva volta a aparecer no relatório este ano mas diz que não está feita a inventariação integral, o ano passado não era assim exatamente que dizia e portanto, esta é mesmo uma pergunta digamos de procurar esclarecimento. Está-se a fazer o, estamos em processo de inventariação, mais ou menos aonde é que estamos, falta muito, falta pouco ou de facto continuamos na mesma que é não ter nada, como parecia portanto o ano passado este comentário digamos do Técnico Oficial de Contas. Depois relativamente às ênfases, vou-me concentrar numa que tem a ver com uma preocupação, mais uma vez é do técnico oficial de contas e que eu acho que deve ser do Executivo também e de todos nós enfim, enquanto municipais. Tem que ver com quê? Com a questão dos seguros dos bens imóveis e móveis do Município. Portanto, percebemos este ano mais uma vez que apenas as viaturas, as escolas, o ano passado eram seis imóveis, este ano aparecem sete imóveis, portanto cobertos, relativamente a esta questão do seguro e diz inclusivamente o ROC e passo a citar: *“que a cobertura de seguros manifesta-se insuficiente perante a norma legal, além de constituírem na nossa opinião uma contingência para o Município por não acautelarem convenientemente os riscos associados a eventos seguros e incertos, designadamente em relação obviamente a estes bens móveis e imóveis”* e portanto fim de citação do ROC é uma preocupação, também gostaria de um esclarecimento do Senhor Presidente. Portanto estamos a falar de duas coisas simples até agora. Por um lado, inventariar, saber o que é da Câmara por outro lado uma questão de seguros. Todos nós temos à partida, as nossas casas, enfim os nossos bens, os nossos automóveis seguros, a Câmara Municipal não tem e portanto, solicitamos esse esclarecimento ao Senhor Presidente. Depois relativamente às contas propriamente ditas, e portanto, não sendo muito exaustivo, mas colocando algumas questões que nos parece ser muito pertinente serem levantadas. De uma forma geral o grau de execução orçamental, é manifestamente inferior ao dos anos anteriores enfim, isto também é constatar, julgo que será consensual. No que diz respeito Às receitas de capital, então diríamos mesmo que é gritante o grau de execução, uma vez que as taxas de execução são inferiores a cinquenta por cento e para que as pessoas percebam, portanto, estamos a falar de recolher, portanto a receita da Câmara ser inferior em cinquenta por cento no que diz respeito às receitas de capital, tem que ver com as transferências, sobretudo com as transferências da Administração Central. Mas ainda na estrutura da receita de capital, continuamos com a habitual sobre orçamentação já no passado lhe questionamos, digamos o porquê deste facto, o Senhor Presidente não tem respondido, mas é de facto uma curiosidade que temos, porquê orçamentar permanentemente valores absolutamente acima do que depois é efetivamente executado, na questão dos bens, na venda de bens de investimento. Portanto, temos uma taxa de execução inferior a cinco por cento, orçamentamos milhões e depois executamos efetivamente poucas dezenas de milhares de euros. Ao nível da despesa, e aqui interessa até porque o próprio Deputado do PSD, o Dr. José Alberto, também aqui falou desta questão, e se nós reconhecemos, qualquer pessoa tem que reconhecer ao olhar para as contas, que efetivamente, há uma diminuição de oito por cento no total das despesas em relação ao ano passado, mas uma parte muito significativa como sabemos desta, e também



foi dito pelo Deputado do PSD, uma parte significativa é nas despesas de pessoal. Aqui Senhor Presidente, peço-lhe desculpa mas não nos vamos render, digamos à gestão do Executivo porque sabemos que este constrangimento, as despesas de pessoal não são, ou esta diminuição, este constrangimento foi imposto pelo Governo Central como sabemos com os cortes salariais, portanto não é digamos cem por cento, digamos de mérito do executivo. No que diz respeito às despesas de capital, voltamos a níveis de execução na ordem dos cinquenta por cento, com evidente prejuízo para as Juntas de Freguesia, temos aqui todos os Senhores Presidentes de Junta que viram o ano passado ser-lhes prometido mais de doze milhões de euros de obra e concretizados tivemos menos de metade de isso, tivemos cinco milhões e setecentos mil euros, para que nos entendamos também nesta matéria, mas ainda mais relevante nas despesas de capital é perceber que houve um decréscimo de quase vinte e três milhões de euros executados em dois mil e onze para apenas de treze milhões em dois mil e doze, ou seja o ano passado, dois mil e onze, o ano anterior, tínhamos gasto vinte e três milhões de euros nas despesas de capital, em dois mil e doze, baixamos para treze milhões de euros. Do nosso ponto de vista, tal como dissemos no ano passado, isto não é poupar, isto é desinvestir e não estamos aqui a questionar objetivamente se a estratégia está mais correta ou menos correta, não nos podemos é vir gabar a esta Assembleia Municipal que poupamos e não poupamos, deixamos de gastar, que é uma coisa substancialmente diferente. Em resumo, eu acho que poderemos até dizer que se cobrou sensivelmente o mesmo imposto que em dois mil e onze aos Viseenses ou seja a Câmara Municipal em dois mil e doze cobrou mais ou menos a mesma coisa aos Viseenses, e fez muito menos obra, e obra aqui entenda-se que não tem só que ver com o cimento, com o betão, tem a ver com atividades que podem ser como a gente sabe digamos não palpáveis do ponto de vista físico. Há menos obra, há menos atividade com sensivelmente a mesma receita cobrada. Mas do nosso de vista, o mais grave mesmo na avaliação das contas e para concluir, tem que ver com a estrutura da despesa. A estrutura da despesa, portanto está a falar de, números redondos de quarenta e dois milhões de euros, praticamente setenta por cento é despesa corrente. O ano passado era cerca de sessenta por cento portanto do total de despesa, cerca de sessenta por cento estava na despesa corrente, este ano aumentamos para setenta por cento. Ora a despesa corrente para que assim muito grosseiramente nos entendamos todos, estamos a falar de custos de funcionamento, digamos numa empresa poderíamos dizer não é só assim, acena-me o Senhor Vice Presidente e tem toda a razão e eu vou dizer isto de uma forma muito grosseira, mas pode ser que depois se cumpra o que eu gostaria de ver de facto que era as pessoas lá fora perceberem um bocadinho melhor do que é que estamos a falar, é um bocadinho grosseiro o que eu vou dizer mas para que se perceba a Câmara Municipal gasta vinte e nove milhões de euros para distribuir treze milhões. É grosseiro porque nas despesas correntes objetivamente, quer dizer, há despesa que é feita que também tem que ver, um salário de um jardineiro por exemplo, o jardineiro faz trabalho sem precisar de digamos de dinheiro, mas são vinte e nove milhões de euros de despesa corrente para treze milhões de euros de despesas de capital. Para concluir portanto, Senhor Presidente da Câmara, direi o que já disse no ano passado, não há poupança, do nosso ponto de vista há desinvestimento. Isto não quer dizer obviamente que as nossas contas estão um descalabro, isto não quer dizer que não haja mérito, que não haja rigor do Executivo Municipal, há estas questões que nós gostaríamos efetivamente que o senhor Presidente da Câmara nos pudesse esclarecer um pouco melhor sobre elas. Muito Obrigado.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Não tenho mais nenhuma intervenção, nem nenhuma questão, vou dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder.-----

- **TRINTA - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. As questões foram praticamente aquelas que foram levantados por o último Deputado e eu gostaria de fazer também um comentário prévio. O Senhor Deputado quase deu a entender que eu me refugiei, para não discutir as contas ou para não falar em



finanças. Bem! Deu a entender, também estou a dizer que deu a entender, para dizer uma outra coisa que durante algum tempo teimou ou teimaram dessa bancada e doutras, tentar fazer. O Presidente da Câmara, só faz betão e alcatrão, os cultos estão deste lado, de maneira que não o tinha convencido nestes vinte e quatro anos sobre a cultura. Vocês não me convenceram nem na cultura, nem no resto, também já me deixavam descansar. Mas eu não fugi, não preparei a intervenção sobre a cultura para fugir a estas discussões. Bem, das duas uma ou não estivemos cá nas mesmas Assembleias, porque penso que toda a gente fica com a ideia que eu que sou apaixonado por discutir estas questões. Portanto que não fique a ideia veiculada aqui pelo deputado João Paulo que este Presidente da Câmara, e ainda por cima na última vez que apresenta contas, que fugiu para discutir estas questões, ou! ...se há coisas que eu gosto de discutir é a situação financeira da Câmara. Sim, sim, e gosto de discutir convosco. Agora também, não deixei de reparar o seguinte. Deu a ideia que eu falei em cultura para fugir da discussão financeira, quando teve a oportunidade de me perguntar, gastou quase todo o tempo em discutir outras coisas, depois é que me fez perguntas concretas. Constatei isso, perguntou-me uma série de coisas, fez uma série de considerandos e depois é que me fez perguntas sobre as finanças, podia ter aproveitar todo o tempo para me perguntar sobre as finanças, também não o fez. Mas eu queria-lhe dizer até se for possível ou se for necessário fazer uma, não sei se é possível, fazer uma Assembleia extraordinária para falar sobre a situação financeira da Câmara, por mim estou disponível. Mas vamos a questões concretas que me colocou. Uma relativa à inventariação do património. Só quem nunca esteve numa Autarquia é que não sabe e sobretudo a forma como encontramos e aquilo que temos feito em termos de investimento é que não sabe a dificuldade que há em inventariar o património, só quem não esteve numa Autarquia. Não faz ideia do que é o processo de inventariação do património. Nós temos funcionários bem qualificados a trabalhar no património diariamente, e a dificuldade que temos em inventariar o nosso património. Bem, queria dizer que a inventariação do património só ajudava a melhorar a nossa performance, só quem não sabe destas coisas é que não sabe que inventariando o nosso património, as nossas contas eram ainda muito mais agradáveis, portanto isto é um tiro no pé. Eu peço desculpa, mas eu calei-me religiosamente e agora vou tentar explicar com as minhas palavras. Portanto isto é um tiro no pé. Mas vamos a outra questão para não dizer que eu não respondi às questões. A outra questão é os seguros. Bem, a Câmara até paga seguros a outras instituições, sabiam por exemplo que nós pagamos os seguros aos Bombeiros Voluntários. Não é uma questão de poupança, é porque há uma teoria que tem a maioria das Câmaras a subscrevê-la e não só em relação às Câmaras, que as instituições desta grandeza se podem substituir às seguradoras e portanto, tal é o risco, o risco versos o que está em causa, as Câmaras têm capacidade para se substituírem às seguradoras e portanto, em vez de terem seguros que custam um dinheirão somos nós a suportar, e temo-nos dado bem com isso. Esta é a teoria, podia ser outra, e dizer segurar tudo, a Câmara gasta uma fortuna em despesas correntes, lá vinha o João Paulo depois a seguir e depois tem um acidente de vez em quando, e chega-se à conclusão, chegam os entendidos que fazer o serviço de seguradora dá resultado às Câmaras sobretudo quem tem um património enorme como nós temos. Se segurássemos, eu não sei se era possível segurar todo o património da Câmara, não sei, também agora, como o João Paulo disse que ia dar exemplos extremos, também vou dar um, segurar por exemplo a Avenida da Europa devia ser complicado ou o Rossio, não sei, não sei! Pronto, também para dar um exemplo extremo. Depois o grau de execução inferior aos anos anteriores. Estava-se à espera de quê? Que o grau de execução fosse maior que o dos anos anteriores? Então andei a espalhar a defender muitas das Câmaras que têm a vossa cor e a minha também que nós que tivemos durante estes tempos desde que começaram o PEC de autoria conhecida, do “comend”, eu ia dizer comendador mas não é isso, desde que começaram os famosos PEC até agora....Claro também não tarda muito, então, de comentador a comendador, é só mudar o “t” pelo “d” e é rápido, é uma coisa que se faz rapidamente, mudar o “t” pelo



“d”, passa-se de comentador a comendador. Bem, mas não era por aí que eu ia chegar, estava eu a dizer, quem é que não percebe que as Câmaras tenham que ter menos atividade. Há alguém que não percebe isso? Há uma coisa que eu sei, nós fizemos todos os possíveis para que não faltassem os meios aos Senhores Presidentes de Junta e eles são testemunhas. Agora é evidente que nós tivemos também um corte e só tínhamos feito aquilo que andamos a condenar e era isso que eu não queria fazer. Eu não queria fazer aquilo que eu andei a condenar. Era saber que estava numa situação mais complicada, que a envolvência era aquela que conhecíamos e viver à rico. Isso fizeram outros noutros tempos e deu o que deu, e nós não quisemos fazer isso, estamos a viver de acordo com aquilo que é a nossa situação. Portanto, menos investimento? Claramente. Já agora uma outra coisa que eu não entendo, e o João Paulo podia perguntar isso. Porquê orçamentar nomeadamente aquilo que ele chamou as alienações, porque é que nós orçamentamos sempre muito mais. Então, não foi aqui dito ainda há bocadinho até pela Senhora Deputada do Bloco de Esquerda, a propósito de outra coisa que estavam com dificuldades em vender as casas e não sei quê? Nós também. Nós temos os terrenos à venda, não os pomos? Também temos as mesmas dificuldades, nós temos lá os mesmos terrenos que aqui à uns anos eram facilmente vendáveis, agora não o são, mas temos que os lá pôr, pode aparecer aí alguém a comprar os terrenos. Nós temos a noção de que esta execução neste domínio que é difícil, mas temos que os pôr. Já agora para dizer outra coisa, também não quero aqui comprometer mais quem nos está a ouvir, com responsabilidades futuras. Então, mas isso, se eu não tenho tempo de vender estes terrenos, são terrenos que cá deixo, para alguém um dia alienar. Não posso fazer mais. Temos os terrenos na antiga estação dos caminhos-de-ferro que nós comprámos, que estão devidamente urbanizados e que valem a preços atuais cerca de oito milhões de euros, portanto, isto fica. Agora temos que por isto de cada vez..., como a futura Câmara vai ter que pôr isto se os quiser alienar. Pode-lhe acontecer como acontece agora, que ainda estejamos numa situação de crise e não os conseguirmos vender. Portanto, o João Paulo aprendeu isto, a análise dos desvios em economia é exatamente para explicar estas situações, e na análise dos desvios tanto podem ser de cinco por cento como de cem, o que é preciso é que eles sejam explicados e esta tem esta explicação. Bem, vamos então para mais explicações. Tem a ver com a redução, o João Paulo disse uma coisa que eu achei curiosa, diz, vocês gastam tanto em despesa corrente e só fazem este investimento, portanto a desproporção é esta. Eu queria dizer o seguinte e isso, pode comprovar com todos os elementos que tenham alguma responsabilidade em termos de autarquias, e tem muitos e bons no seu partido que têm estas responsabilidades. Uma das coisas que se está a pedir ao governo, é que acabe com a distinção entre despesas correntes e despesas de capital. Aquela percentagem, está-se a pedir que se acabe porque hoje a grande maioria das Câmaras não faz qualquer despesa de capital, e portanto está-se a pedir que não haja essa proporção porque a maioria das Câmaras, não faz investimento, não tem qualquer tipo de investimento. Vai tê-lo agora, esperamos nós com o QREN, portanto o que têm é despesas, despesas correntes, não fazem investimentos, portanto daí, apelar-se para se acabar com esta distinção percentual entre despesas de capital e despesas de investimento, e portanto, há menos atividade, há menos obra. Eu espero muito sinceramente, agora já outra coisa que foi dito, e essa é uma acusação. Você só reduziu pessoal porque foi a Troika que impôs! Não é nada disso, eu peço desculpa, peço desculpa. Só quem esteve desatento, a Troika exigiu o seguinte, o que acho incorreto, aliás acho uma injustiça, a Administração Central reduz um por cento e as Câmaras reduzem dois, foi isso que a Troika disse. Para esse peditório, a Câmara de Viseu, reduziu quatro vírgula tal. Só tinha necessidade de reduzir dois, e é por isso que nós pedimos que a redução fosse agregada, que aquilo que contava para a redução fosse das Câmaras todas e não das Câmaras individualmente. Já agora outra coisa, para também não ficarmos só com as palavras. Esta redução de pessoal, é uma redução que vem sendo tomada pela Câmara há muito tempo, nós temos menos pessoal do que aquele que eu tinha quando cheguei à Câmara, de quando cheguei à Câmara! Mas é bom que se saiba isto.



Estamos a falar de uma atividade totalmente diferente e temos menos pessoal. Já agora também dizer uma outra coisa para terminar, não foi porque nos foi imposta, eu dava aí uma série de casos, mas aconselho-os a verificarem, Câmaras da nossa dimensão, dou apenas um caso que estou a pensar, não lhe ponho o nome, mas podem verificá-lo. A Câmara de Viseu tem neste momento dois Diretores de Departamento, há-de passar a ter três, porque ainda nem sequer preenchemos o lugar do Sr. Engenheiro Simões que como sabem, já à mais de um ano que se aposentou. Portanto, temos apenas dois Diretores de Departamento, Câmaras da nossa dimensão têm quarenta! É a onde está a redução. Portanto, não vale a pena vir com isto, porque, há aqui poupança efetiva, há poupança efetiva na Câmara de Viseu e é isso que nos tem permitido endireitar as contas, e ter esta situação financeira. Não quero ser Juiz em causa própria ou mais papista que o Papa, mas é uma situação invejável em termos nacionais. Eu conheço bem a seriação das Câmaras que são conhecidas a nível central pela situação financeira que têm e uma delas que está lá é Viseu. Não está por letra alfabética como das últimas Câmaras na situação financeira. Portanto, Não vale a pena estarmos aqui, mas há uma coisa que eu queria deixar e mesmo para terminar, que não fique aqui nenhuma ideia que eu quero fugir a discussões financeiras nem a discussões sobre as contas. Mais, se pudesse, se fosse eu a fazer esta ordem de trabalhos, era para aqui sempre que caminhávamos, tinha muito o gosto em discutir isto até à exaustão. Toda a gestão financeira da Câmara, eu teria todo o gosto em discutir por tempo que entendessem necessário.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Pergunto se mais alguns dos Senhores Deputados quer colocar alguma questão? Senhor Deputado João Paulo tem a Palavra.-----

-**TRINTA E UM - O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Digníssima Mesa, Senhoras Vereadoras, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, eu quero antes de mais, quero agradecer ao Senhor Presidente da Câmara porque efetivamente me esclareceu, nos esclareceu a esta Assembleia nalgumas das questões que eu levantei. Disse que eu tinha falado de várias outras coisas, não tenho ideia, tenho ideia que gastei grande parte do tempo da minha intervenção a elencar as questões que lhe queríamos colocar, e o Senhor Presidente da Câmara respondeu. Respondeu a quase todas. Na questão da inventariação eu até sublinhei, isto não é qualquer de ironia, é uma questão de, julgamos nós importante que a Assembleia Municipal saiba então como está. É evidente que é difícil Senhor Presidente, inventariar o património da Câmara Municipal, isso a nós não nos causa dúvida nenhuma, mas também nos lembramos que este POCAL, foi aprovado em mil novecentos e noventa e oito, o Senhor Presidente da Câmara esteve nessas negociações não é, e portanto isto já tem também muitos anos e o Senhor Presidente diz, mas nós temos recursos humanos afetos a esta atividade e é muito difícil. Muito bem. Aceitamos que seja difícil. Dê-nos lá a informação diga-nos como é que anda, e o que disse foi, é um processo que estamos a fazer e note-se, que quando diz o Senhor Presidente à mas isso até jogava a nosso favor, o inventário feito até melhorava as nossas contas. Mas pois aí é que está a dificuldade, parece que às vezes o Senhor Presidente tem que viver aqui em guerra. Nós não estamos a querer viver em guerra. Nós estamos a questionar um tema que o próprio Revisor Oficial de Contas..., portanto, é uma reserva no relatório, é importante termos informação sobre isso. Melhorava-lhe as contas da Câmara Municipal, não era as suas, porque as contas são nossas não é. Portanto, ainda bem para todos. Agradeço-lhe a informação que deu relativamente a este facto, agradeço também, acho que agradecemos todos, percebemos melhor. Bom, a questão dos seguros é entendido que a Câmara com a sua dimensão, digamos, tem bagagem financeira se quiser para fazer face a um dilúvio, a uma coisa qualquer, enfim, obviamente que se for uma bomba nuclear não nos safaríamos, mas aí não há seguros contra isso, exatamente. Portanto, mais uma vez agradecemos essa informação que nos presta, julgo que saímos daqui todos mais esclarecidos e é para isso que estas reuniões servem. Relativamente à questão da..., eu



peço mais uma vez desculpa por vos roubar mais um minuto, todos nós queremos almoçar, mas é uma questão central. Isso, o Senhor Presidente pode dizer é a nossa política, e é assim que fazemos, nós discordamos, e discordamos de quê? O Senhor Presidente diz: Temos umas contas impecáveis, somos exemplo para todo o lado e eu até subscrevo que isso possa ser assim, agora, há aqui uma opção política, e opção política é, fez-se menos obra, há menos atividade, gastou-se menos dinheiro, mas cobrou-se sensivelmente o mesmo. Isto para nós é central. Quer dizer, as pessoas continuam a pagar, gostamos às vezes aqui de falar de forma mais informal, continuam a pagar pela tabela alta e o serviço que têm em retorno, não é a tal, taxa máxima para obra máxima. Dirá o Senhor Presidente da Câmara, mas nós já não andamos em taxas máximas, bom, não andamos entachas máximas, mas andamos próximo de taxas máximas, e a obra de facto não é máxima, já não sequer média, é baixa como o Senhor Presidente da Câmara acaba por reconhecer, não nas despesas de capital, nem nós nem Câmara nenhuma, estamos agora é à espera de uns dinheiros comunitários e tal. Bom, mas a questão que se coloca então é: Senhor Presidente da Câmara porque é que continuamos a pedir aos Municípios para pagar o mesmo que no passado, para terem menos obra? Do nosso ponto de vista, não faz sentido que assim seja, para chegar ao final do ano e dizer, temos um resultado do exercício extraordinário, temos não sei quantos milhões. A Câmara Municipal, não deve ser gerida, evidentemente nem está aqui ninguém que é uma imagem que muitas das vezes se quer colar ao Partido Socialista errada, combaterei sempre isso, errada, não são despesistas os Socialistas, pelo contrário, agora tem que haver rigor, mas também uma Câmara Municipal, não é para dar lucro! Isso não faz sentido. As pessoas não têm que pagar, as pessoas não têm que pagar para a Câmara apresentar resultados extraordinários. Não faz sentido. As Câmaras têm que pagar na justa medida que também seja o serviço público que lhes é retribuído por parte de quem as governa, neste caso do Município. Esse é o nosso ponto, enfim que nos diferencia, nós achamos que, eu estou a sublinhar bem isto que é para ver se passa lá para fora. Os Viseenses estão a pagar o mesmo que pagavam há uns anos atrás, estão a receber menos em troca, e a Câmara Municipal tem umas belas contas. Para nós, não faz sentido. Não tem que se desbaratar o dinheiro, não tem que se substituir ao estado a fazer investimentos avultados, e completamente faraónicos, não se trata disso, mas trata-se de um momento particularmente difícil para as empresas e para as famílias, de as aliviar um pouco, para não apresentar contas do ponto de vista depois dos resultados, tão excelentes para estarmos no primeiro lugar da tabela a nível nacional mas à conta de todos nós que pagamos. Muito obrigado.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Ainda tenho mais duas inscrições. Do Senhor Deputado José Gomes e depois do Senhor Deputado Renato Pereira, não tenho mais ninguém inscrito.-----

- TRINTA E DOIS - O SENHOR DEPUTADO JOSÉ PEDRO ESTEVES GOMES (PS): Bom dia a todos. Senhor Presidente, Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Caros Deputados, Comunicação Social e Público. Este Relatório de Gestão apresenta-nos para além das contas de dois mil e doze, apresenta-nos também a meu ver a atividade do ano passado e essa é a razão de ser desta minha intervenção. Como jovem que sou e líderante também de uma juventude partidária do nosso Concelho, obviamente que a primeira coisa que fiz, quando apreciei este relatório foi olhar para o capítulo da juventude. Entristece-me chegar à conclusão que a inauguração do Centro Municipal da Juventude, é o único ato de dois mil e doze que assinalam. Bem sei que há outras iniciativas realizadas durante o ano como Festival de Teatro Jovem, e outras que me orgulham e nas quais também me revejo que poderão estar inseridas noutros temas, mas Senhor Presidente, não acha que seria importante o executivo dedicar-se mais intensamente a políticas de Juventude? Senhor Presidente pode ter a garantia que enquanto Deputado nesta Assembleia, não estarei aqui para criticar por criticar, estarei aqui de forma construtiva e é dessa forma que gostava



que visse todas as minhas intervenções. Por exemplo, não acha que se poderia apostar numa política de criação de oportunidades Para os jovens? Uma política de cidadania ativa e participativa? Uma política que chamasse os jovens para participarem no futuro da sua cidade? Uma política que os fizesse sentir representados em tempos de tanto descrédito na política e nos políticos como os que vivemos? Por exemplo a implementação do Conselho Municipal de Juventude, aposta num orçamento participativo, o empenho na criação de condições para a instalação de empresas em parques industriais, como o de Mundão, que se encontra como todos sabemos, a organização de feiras de emprego, a criação de uma bolsa de emprego municipal online, a implementação de um programa de habitação ou de loteamentos de habitação jovem, a custos controlados. Senhor Presidente, Senhores Deputados, de todas estas ideias, possivelmente a última seria a mais dispendiosa mas penso que são exequíveis e não são novidades, são bons exemplos já executados pelo País. Para além disso, considero que todas elas aliadas a boas medidas já executadas, como o Centro Municipal da Juventude onde também estive na inauguração a convite da Câmara à qual também agradeço. Todas essas medidas aliadas a essas já executadas, fariam de Viseu uma Cidade ainda melhor para viver. Obrigado.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Renato Pereira-----

- TRINTA E TRÊS - O SENHOR DEPUTADO RENATO ALEXANDRE REIS PEREIRA (PPD/PSD): Apresentar os meus cumprimentos, Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores. Ora bem, a intervenção do PS relativamente às contas não deixa de surpreender, porque efetivamente quando temos poucos argumentos, temos que encontrar tudo aquilo que são pormenores para tentarmos criar factos aonde eles não existem. No ano passado, o Senhor Deputado João Paulo em representação da bancada do Partido Socialista também sobre o mesmo tema, sobre as contas veio aqui e disse: *"Não me quero debater sobre aspetos técnicos, sobre aspetos técnicos nós não temos muito a falar, quero é que faça uma política sobre as grandes opções, sobre a política é sobre isso que eu quero falar"*, pois bem, sobre os aspetos técnicos efetivamente não havia muito que falar, sobre a política haveria alguma coisa que falar ou não, os Senhores achavam que sim. Este ano, inverteram, afinal sobre a política já não há nada que falar, concordam com tudo, e tentam falar sobre aspetos técnicos. Mas o engraçado é que falam sobre aspetos técnicos dos quais conhecem as respostas. O Senhor Deputado, já conhecia as respostas que o Senhor Presidente deu. Já conhecia as respostas sobre o inventário, sobre a reserva que é feita. A reserva é feita porque tem que ser feita, porque quem audita as contas tem que colocar aquela reserva, mas não significa que aquela reserva transmita algo de preocupante para as contas da Câmara Municipal. A questão dos Seguros, o Senhor Deputado também já sabia. Há efetivamente uma substituição por parte da Câmara Municipal porque considera que pode substituir-se no caso em que venha a existir um sinistro, pode ter ou não uma poupança decorrente disso, porque tem capacidade financeira e tem uma estrutura patrimonial para isso. E portanto, estarmos a tentar debater aspetos técnicos quando já não temos aspetos políticos para falar, ainda por cima sobre situações que já conhecemos, não deixa de nos transmitir a ideia que há um esvaziamento total das ideias relativamente a esta matéria. Como não poderia deixar de ser é inatacável. O problema do nosso País, é precisamente porque ocorreu o oposto do que ocorreu em Viseu, é que em Viseu vamos tendo obra, muita obra, e obra que está aí e que estará aí. Obra que foi paga e obra que não nos deixa hipotecados para o futuro. Em Viseu, as contas da Câmara municipal de Viseu, são boas e é bom que sejam boas, porque, sabe como é que a dívida se reembolsa? A dívida não se reembolsa, dando apenas resultados nulos ou muito próximos disso. A dívida que nós contraímos, portanto, a dívida, os empréstimos, todas as responsabilidades que nós vamos contraindo, pagam-se tendo resultados. Temos que ter capacidade de libertação de meios, temos que gerar meios, temos que ter resultados, e se num determinado ano não gastamos todo o



dinheiro que estava orçamentado, por diversos motivos que já foram aqui explicados há uma coisa que nós podemos fazer que é poupança, porque é bom termos poupanças, porque as coisas acontecem e é bom termos os depósitos, e é bom que se de hoje para amanhã tivermos um problema possamos recorrer a esses depósitos e não estejamos nas mãos desses credores, e não tenhamos que ter PECS, não tenhamos que ter infelizmente a intervenção da Troika, que era uma bom que não tivéssemos, ou seja, não tenhamos que estar nas mãos dos credores. Portanto Senhor Presidente da Câmara da parte que me toca, estou no final do meu exercício, um exercício que por sinal, já aqui estou há doze anos, comecei aqui com vinte anos, portanto, vou sair daqui com trinta e três e vou-lhe dizer. Efetivamente chegar ao fim destes anos todos e podermos dizer que a obra foi feita e as contas estão direitas, é um orgulho que tem que sempre que se bater, sempre que qualquer pessoa queira atacar isso, tem que erguer a sua voz bem alta como costuma fazer muito seriamente e não deixar que isso seja feito, porque é algo que nos orgulha a todos. A quem não orgulha olhe temos pena. Não há mais nada a dizer.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Pedro Ruas.-----

- TRINTA E QUATRO - O SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PPD/PSD): Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Excelentíssimo Senhor Secretário, Senhora Secretária, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Excelentíssima Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Público aqui presente, Caros Membros da Assembleia Municipal. Eu vinha aqui só fazer uma pequena intervenção, relativamente ao que um Membro da Assembleia Municipal, José Pedro Gomes veio aqui dizer relativamente ao facto de haver só determinada rúbrica no que toca às políticas de juventude. A intervenção que o Deputado acabou aqui de fazer revela que temos aqui ainda uma visão de política de juventude sectorial quando devíamos ter uma visão política mais transversal, porque olhar só para o centro Municipal sem olharmos por exemplo para o apoio que a Câmara Municipal por exemplo dá aos clubes de Viseu, que têm uma série de jovens ao seu serviço, não olharmos por exemplo para a nova incubadora de empresas que também é uma oportunidade para os jovens criarem emprego, não vamos entrar por aí porque eu também já estive com uma camisola diferente e também já estava a lutar por isso, o que interessa é o que se está a fazer, o que interessa é o que o executivo está a levar para a frente não é, e portanto há uma série de intervenções por parte da Câmara Municipal de Viseu que não estão numa rúbrica especial, específica da juventude e que tocam à juventude, e é preciso destacar também isso, porque de facto não podemos só reduzir e dizer, por exemplo eu vou só dar o exemplo do Skate Parque. O Skate Parque foi uma obra feita pelo SMAS, que é uma empresa Municipal, é um instrumento da Câmara Municipal e no entanto também tem que contar como política de juventude, E portanto é esse esclarecimento quer eu queria aqui prestar. Muito obrigado.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Foi uma intervenção que o Senhor Deputado fez porque esclarecimento não o podia pedir. Só ao Senhor Presidente da Câmara neste ponto. Mas o Senhor Presidente da Câmara com certeza que vai ter todo o gosto em responder às questões que lhe foram colocadas e portanto tem a palavra para o efeito, não tenho mais nenhuma inscrição.-----

- TRINTA E CINCO - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Também vou ser rápido Senhor Presidente. O João Paulo disse que queria que passasse lá para fora, eu também quero que passe lá para fora exatamente aquilo que vou dizer. Eu não sei quem foi o jovem que veio dizer que havia contradição com aquilo que disse no ano passado. Nós já trocámos de posição, o João Paulo já é mais a favor do betão e do alcatrão do que eu. Por que acha, compara a atividade da Câmara com as receitas. O que diz é assim, os Viseenses deram-lhe este dinheiro todo, e há menos atividade. Mas aonde é que há menos atividade? Por acaso notou o grande incremento que tivemos nas políticas na componente social? Então mas quem é que pagava a componente social? Quem é que fez estes, o que a



Câmara constantemente atribui em termos de ajuda de compra de receitas médicas? Então de onde é que isso vem? Há menos obra? Claro. Agora há uma coisa que eu não vou deixar. Deixei em tempo, fui eu que vim aqui em tempos dizer taxas máximas para serviços máximos. Nunca mais ninguém vai dizer que a Câmara de Viseu tem as taxas no máximo, nem perto do máximo. Não vale a pena. Podemos fazer a comparação Nacional e podemos fazer a comparação Distrital, e ver aonde é que nós nos situamos. Isso já foi chão que deu uvas, não vale a pena dizer que nós temos a casa arrumada porque cobramos aos Viseenses mais do que aquilo que devíamos. Cobramos abaixo da média Nacional, em qualquer uma. Podemos comparar isso. Depois o João Paulo vem dizer que isto tem que passar lá para fora. Passemos lá para fora a atividade financeira da Câmara, nós não temos nenhum problema com isso, nenhum problema com isso, aliás, aquilo que foi dito por os Deputados seguintes, o Deputado, o jovem do Partido Socialista que veio aqui, como faz sempre com cuidado as intervenções, não tenho nada a opor em relação a isso, nem teria, mas fala muito com cuidado e eu tenho muito gosto em lhe responder. Nós não podemos pôr aquilo que respeita à juventude separado dos outros. Há muitas coisas que são feitas para população em geral que não está especificada, da qual a juventude beneficia. Porque senão tínhamos que pôr, uma política para a juventude, depois uma política para de gente adolescente, depois uma política de gente sénior, depois uma política de gente ativa. Nós fazemos uma política de cidadãos e naturalmente, evidenciando algumas coisas para a juventude. Aquilo que foi dito aqui pelos Deputados seguintes é perfeitamente pertinente. Então quando estamos a ajudar os clubes? É para quem? É juventude, nem há que eu saiba, aqueles que têm a minha idade e praticam desporto, já é marginal, e portanto é quase tudo dedicado à juventude, e portanto, depois uma coisa que eu já lhe expliquei, sei que insiste sempre nisso, vi até algumas exposições escritas que fez, que é o Conselho Municipal da Juventude, está dito, inclusivamente contra o seu, não sei como é que o hei-de chamar, é do meu Partido, não é seu camarada, não sei, tenho sempre alguma dificuldade, ele é do meu Partido mas é jovem também, mas também me escreveu por causa do Conselho Municipal da Juventude, mas isto é uma posição da Associação de Municípios do qual eu sou o Presidente, tem um Vice-Presidente do seu Partido e acho que as Câmara não devem, sabe disso, mandei-lhe inclusivamente informação sobre o efeito. Portanto, não vale a pena insistirem sobre isso, podem estar em desacordo, há no meu Partido quem esteja em desacordo, enquanto eu tiver estas responsabilidades da Associação dos Municípios, não vamos implementar isto, é uma decisão unânime, portanto não é do Fernando Ruas, é de toda a gente que faz parte comigo na Associação. Depois uma coisa que lhe queria dizer, e que também vale a pena que se passe lá para fora, o descrédito dos políticos. É verdade, mas nos políticos quem está menos desacreditado são os Autarcas apesar de tudo isto. Eu tenho um estudo de opinião comigo porque o que normalmente se faz é uma coisa que dá jeito quando se quer digamos complicar e dar cabo da imagem dos autarcas, fala-se numa forma geral e depois extrapola-se. Porque se perguntarem em cada um dos Municípios não é isso. Perguntem a cada uma das Junta de Freguesia que ideia é que têm do Presidente. E perguntem em cada uma das Câmaras que ideia é que têm dos Presidentes e das Administrações. São diferentes se perguntar de uma forma genérica. O que é que acha dos Presidentes de Câmara. É tudo gente que tem carros pretos, que não faz mais nada e que só anda nos copos e não sei quantos mais. Não é esta imagem que os Portugueses têm dos seus Autarcas. Se há políticos que ainda fogem alguma coisa ao descrédito, são de facto os Autarcas. Tudo o que me disse eu acho importante chamar os jovens para participar na política, políticas de juventude, nisso nós estamos de acordo isso é uma “Lapalissada”, eu não tenho nada a opor, queremos mais jovens. Eu sempre tive a ideia, já o disse aqui várias vezes, eu abomino a ideia do conflito antigeneracional, abomino isso. Há quem costume usar isso dizer que..., até aquela história que à bocadinha foi aqui lançada assim de forma subtil, é preciso rejuvenescer como que seja uma questão de idade. Olhe, eu conheço jovens de dezoito anos que são muito mais velhos do que eu. Eu bato-os em tudo, olhe, até ao braço de ferro, é verdade, é verdade,



portanto não vale a pena vir com isso. Isso é uma questão de ..., há jovens velhos e há velhos jovens, portanto é uma questão que não tem a ver com isso, portanto não vale a pena. Agora eu acho que é importante é chamá-los. Mais, era até muito importante, e vai sendo que os jovens cada vez vissem mais essas dificuldades e que não alinhassem sempre pelo mesmo diapasão. As políticas são todas imateriais, que vissem também que era importante, olhe até se calhar no seio de cada lar, era bom que até nas nossas casas déssemos uma lição financeira aos nossos filhos e nos nossos Concelhos, uma lição financeira aos nossos jovens, para quando estivessem a pedir, terem a noção da responsabilidade por que senão acontece-nos como acontece. Eu já tenho netitos, ainda não falam, mas quando falarem vão-me dizer, eu quero ser..., e nunca querem ser jardineiros, eu quero ser não sei quantos, é tudo lá por cima e vou ter um avião um carro e não sei o quê. É bom que desçam à terra de vez em quando, e também que tenham responsabilidade. Já agora, é uma troca de galhardetes mas para os jovens não deixarem aquilo que todos nós pagamos no estado em que ficou depois do cortejo académico. Também vale a pena ouvir isto, quando não lidarem com o Património que é de nós todos com a leviandade com que o fizeram. Não o faziam à minha frente. Se eu estivesse no local, nem que tivesse que ir lá puxá-los pela mão para os tirar de tratarem mal aquilo que é de todos. Bem, o Deputado Renato disse aquilo que o João Paulo, mas eu só lhe lia, e disse aquilo, até disse bem melhor do que aquilo que tenho dito, e disse que o ROC, não tinha outra forma de o fazer. Nós tivemos muita atenção com aquilo que o ROC diz. O ROC diz uma série de coisas que é para nós levarmos a peito. Mas diz uma coisa que agrega tudo aquilo que quis dizer antes, que é a proposta final. E a proposta final do ROC que eu não me lembre é:” *aprovem as contas*”, é isso que diz. Portanto, o ROC depois de uma série de considerandos diz-nos isto: “*Somos do parecer que a Assembleia Municipal deve em relação aos documentos apresentados, aprovar o relatório de contas*”. Já agora, deixe-me perguntar-lhe uma coisa, que eu estou para ver. O João Paulo tem um grande respeito pelo ROC. Este ROC, não é o outro o da dança, tem um grande respeito pelo ROC, eu quero ver se o segue agora, quando for na aprovação das contas. Quero ver se o segue agora. Andou sempre a falar no ROC, não sei o quê, e o ROC, e o ROC, e o ROC diz-lhe para aprovar as contas. Eu estou descansado, porque vocês vão seguir aquilo que o ROC diz, vamos todos aprovar as contas por unanimidade, vai ser assim desta vez. Vou-me embora passados estes anos todos com as contas aprovadas por unanimidade. Bem, já agora uma outra coisa que foi dita aqui por Renato, e eu folgo muito por ver um jovem com 32 anos, quase trinta e três, da idade de Cristo, é mesmo muito jovem dizer que é preciso poupar. É, É, porque senão não vamos ter ETAR Viseu Sul. Foi por causa de nós pouparmos que o Senhor Presidente da Assembleia, enquanto teve funções governativas, comprovou que fizemos uma boa execução do QREN, exatamente por termos poucado, para que a componente nacional não ficasse comprometida. Isso é importante e portanto, vamos precisar dele agora para a ETAR Viseu Sul, de poupança para quando chegar para quando chegar a nossa vez termos rudo em ordem. Por fim, o Pedro Ruas, além de naturalmente gostar de o ouvir a intervir, posso-vos garantir uma coisa, nunca combinámos nada. Eu gosto muito que o Pedrito vá a minha casa, por muitas razões ele sabe disso, nunca combinámos nenhuma estratégia para a Assembleia, nunca me disse quando é que ia intervir e portanto, sempre que ele intervém, eu gosto muito de o ouvir, até porque tem um sotaque melhor que o meu, mas não há aqui nenhuma combinação, não há aqui nenhuma estratégia. Ele é Deputado, exerce as funções perfeitamente livre como eu sou Presidente da Câmara, para lhe responder de forma perfeitamente livre. Se ele resolveu elogiar o Presidente da Câmara que por acaso é tio, é por que o sentiu, não foi porque tivesse alguma pressão da parte do tio.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado. Vamos então às votações. Senhor Deputado, intervenção? Já fizemos duas, já esgotámos não é? Ó Senhor Deputado isto é assim: Eu fui, como deve ter reparado, eu não pus qualquer limite ao tempo de intervenção, porque efetivamente estávamos a discutir três pontos de uma vez



só. Agora, estamos limitados a duas intervenções, por outro lado penso que estamos em condições, já debatemos suficientemente os pontos, para podermos agora, as posições estão perfeitamente esclarecidas acho que devemos passar às votações, até porque de seguida vamos interromper a Assembleia para darmos continuidade depois de almoço. Então, vou só pedir aos serviços que contem, que verifiquem o quórum só para que a votação seja mais fácil, antes de se começar as votações, para simplificar. Cinquenta e três Deputados presentes com a Mesa. Vamos passar à votação do Ponto 2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “GRANDES OPCÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2013 – REVISÃO Nº 1”. Senhores Deputados que votam contra? Não! Estamos no Ponto 2, Revisão Nº 1. Senhores Deputados que votam contra? Estamos no Ponto 2, Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “GRANDES OPCÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2013 – REVISÃO Nº 1” é este o ponto que está a ser votado. *Alguém intervém dizendo que a ordem dos pontos foi alterada*, o Senhor Presidente da Mesa prossegue dizendo: Há sim, tem toda a razão. Embora para o efeito é indiferente. Como os três pontos foram feitos em conjunto, não há inconveniente nenhum. Portanto, para já vamos votar este. Embora obviamente, devemos votar primeiro o... O Senhor Vereador tem toda a razão. Vamos votar primeiro o ponto, portanto o Ponto quatro passa a dois e depois o Ponto dois passa a três, assim é que fica correto, estamos de acordo. Então vamos votar o Ponto 2 que é: Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS FINANCEIROS DA CMV E DOS SMAS, REFERENTES AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2012”. Estamos todos entendidos sobre o que vamos votar. Os Senhores Deputados que votam contra? Os Senhores Deputados que se abstêm? Os Senhores Deputados que votam a favor façam o favor de levantar o braço. Podem baixar. Portanto, *foi aprovado com 43 votos a favor, 9 abstenções e 1 voto contra*. Vamos agora passar à votação seguinte, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal.... *O Senhor Deputado João Paulo de Loureiro Rebelo interrompe o Senhor Presidente da Mesa dizendo que tem uma Declaração de voto a fazer*.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Faça favor. Tem a palavra.-----

TRINTA E SEIS - O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS): São trinta segundos. Dispensando os cumprimentos, o Partido Socialista, absteve-se na apresentação do Orçamento para 2012, naturalmente, nem compreendemos qual o motivo da risada, abstém-se na execução desse orçamento. O orçamento não foi mal executado, ou melhor, exatamente o orçamento. Portanto, a atividade do Relatório de Gestão, espelha o que a Câmara Municipal se propôs a fazer. Nós na altura abstinemo-nos, mantemos a abstenção, com esta declaração de voto a acrescer às declarações que fiz anteriormente, de que o Partido Socialista efetivamente faria diferente. Não cobraria tanto dinheiro aos Viseenses nesta situação que vivemos hoje. Muito obrigado.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.-----

- TRINTA E SETE - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Eu peço desculpa, isto para mim é inédito. Já sei que não ligaram ao ROC, mas agora estão sem rei nem roque. Por amor de Deus quer dizer, isto vir dizer, nós agora abstinemo-nos porque no orçamento já nos abstinemos. Então escusavam também de fazer a discussão, abstinham-se também na discussão. Então isto chega, quer dizer, ao orçamento abstinemo-nos. O que estamos a ver é se as contas estão bem ou não. Mas pronto, eu não tenho nada a opor, fazem a votação que, que.... *O Senhor Deputado do PS interrompe o Senhor Presidente da Câmara dizendo que apresentaram uma declaração de voto*. O Senhor Presidente da Câmara retoma a palavra, dizendo: Eu peço desculpa, há uma figura regimental que eu conheço, acho que, cada vez que o Presidente da Câmara quer intervir, pede ao Presidente e é-lhe dada senão... conheço esta figura regimental, nós estamos aqui para ser ouvidos e fazer comentários ou não? Não dá jeito que a gente esteja aqui emparedados, fazem-se as



Assembleias para nós falarmos, ou não querem que a gente fale? Não, Eu compreendo, eu compreendo. Eu dava um conselho ao Partido Socialista, não queira acabar as reuniões quando estiver de acordo com uma coisa e eu digo o contrário, isso não pode, não dá.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Senhores Deputados, há um princípio que esta Assembleia tem seguido sempre e vai continuar a seguir até ao final deste mandato que é o princípio do contraditório e do respeito pelas opiniões de cada um dos Senhores Deputados. É prática desta Assembleia ouvirmos sempre o Senhor Presidente da Câmara, sempre foi assim, quando é necessário e o Regimento o diz, isto é, no debate de cada um dos pontos. Portanto, estamos neste caso concreto na transição de um ponto para o outro, e tem toda a legitimidade para poder usar da palavra. Vamos agora passar à votação do Ponto 3, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre **“GRANDES OPCÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2013 – REVISÃO Nº 1”**. Os Senhores Deputados que votam contra? Os Senhores Deputados que se abstêm? Portanto, *foi aprovada com 52 votos a favor e um voto contra*. Passamos agora à votação do Ponto 4, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre **“GRANDES OPCÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO R PISCINAS DE VISEU PARA 2013 – REVISÃO Nº 1”**. Senhores Deputados que votam contra? Façam o favor de levantar o braço. Os Senhores Deputados que se abstêm? Façam o favor de levantar o braço. Portanto o resultado idêntico à anterior foi aprovado *com 52 votos a favor e um voto contra*. Face à hora a que estamos, eu iria suspender por uma hora e cinco, penso que será suficiente para podermos almoçar e retomávamos os nossos trabalhos às duas e meia. Obrigado e bom almoço.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** - Senhoras e Senhores Deputados pedia que se sentassem, já temos quórum, já passou o quarto de hora académico há muito tempo, vamos então reiniciar os nossos trabalhos, se estiverem pessoas ali na entrada, convinha que entrassem. Então vamos reiniciar os nossos trabalhos, e vamos entrar no Ponto 5 apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre **“REGULAMENTO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO CONCELHO DE VISEU- SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU”**, e dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação do Ponto 5.-----

- **TRINTA E OITO - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Boa Tarde Senhor Presidente, Senhores Deputados, em relação ao Ponto 5, é mesmo aquilo que é, eu não tenho nada a acrescentar em relação aquilo que diz a proposta que apresentámos. Tem a ver com o Regulamento, digamos que está aí perfeitamente definido na proposta que apresentámos e não tenho nada a acrescentar, é perfeitamente claro aquilo que está no Regulamento. Apenas uma explicação que me parece a mais importante, até para demonstrar o contrário daquilo que foi dito aqui de manhã, é que nós fazemos isto para não atualizar as tarifas. O nosso Regulamento da Câmara prevê a indexação das tarifas. O que significa que nós já temos autorização, naturalmente da Assembleia, para indexar as tarifas o que significa que em todos os anos podemos aumentar o valor da inflação, exatamente para não haver aumentos. Portanto, na prática há uma descida exatamente igual ao valor da inflação, temos também que propor aqui, pedir autorização à Assembleia para não cumprirmos o Regulamento e portanto manter exatamente as mesmas tarifas do ano anterior.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** – Muito obrigado Senhor Presidente. Pergunto só se algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre este ponto? Vamos passar à votação, já fizemos a contagem, temos trinta e oito Senhores Deputados Presentes, o que nos permite ter quórum para poder fazer votações. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade*. Passamos ao Ponto 6, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre **“REGULAMENTO DO SERVIÇO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE VISEU – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE**



ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU.....

- **TRINTA E NOVE - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**: Isto é exatamente a mesma coisa, no caso para o Saneamento. No outro era para a água neste caso é para o saneamento.....

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: – Muito obrigado Senhor Presidente. Pergunto só se algum dos Senhores ou das Senhoras Deputados se quer pronunciar sobre este ponto? Vou colocar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Igualmente *aprovado por unanimidade*. Passamos ao Ponto 7, o tal ponto que teve aquela retificação que chamei à atenção no início dos trabalhos. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre **“HABISOLVIS – E.M., EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL – DESIGNAÇÃO E REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS”**. Dou a palavra ao Senhor Presidente para apresentar.....

- **QUARENTA - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**: Obrigado Senhor Presidente. Também só dizer que a partir deste, com a aprovação dos Estatutos da Habisolvis, mudámos quer a Assembleia Geral quer o Conselho de Administração. Mas queria dar uma explicação, até pelo título do Ponto que diz: Remuneração dos Órgãos Sociais, eu queria deixar bem claro que apenas é remunerado o Administrador Executivo. Um Engenheiro Civil, com a mesma remuneração de um Chefe de Divisão e os elementos do Conselho de Administração nenhum deles é remunerado, nem aqui, nem sequer, e eu queria deixar isto bem claro, nem sequer senhas de presença, aliás, um problema que tivemos, ou um pequeno desaguisado que tivemos com uma instituição da Administração Central, foi exatamente porque nos pediram senhas de presença e nós dissemos que na Câmara de Viseu, ninguém ganha senhas de presença quando ocupa um destes lugares. Portanto, o Presidente da Câmara não faz parte destes órgãos desta vez e até ao final do mandato é esta composição que propomos.....

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Muito obrigado Senhor Presidente pela apresentação. Pergunto só se alguma das Senhoras ou dos Senhores Deputados se pretende pronunciar? Não tenho nenhuma inscrição. Vamos passar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade*. Passamos agora ao Ponto 8, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre o **“CONVÉNIO DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL QUE CRIA O ORGANISMO DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL – REDE DE CIDADES CENCYL”**, e dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação.....

- **QUARENTA E UM - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**: Também muito rapidamente Senhor Presidente, Senhores Deputados. Aliás, não está cá por motivos naturalmente justificados o Senhor Vice Presidente da CCDR que podia dar um contributo na explicação disto. Trata-se de uma cooperação entre territórios do Centro e, Castilla y León do Centro de Portugal e Castilla y León e daí este nome. É a fusão dos dois, Centro e Castilla e León dá Cencyl e portanto é no domínio da cooperação transfronteiriça. Digamos, é a associação de territórios com alguma homogeneidade no sentido de levarem por diante situações como estas que estão aqui e reforçar as relações económicas, etc., etc. Tem tido, digamos uma atividade muito apreciável e que vai terminar, ou terá proximamente em Salamanca, salvo erro já para o mês de junho.....

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: – Muito obrigado Senhor Presidente. Já agora, só dar a justificação pública que o Senhor Deputado José Alberto, tem a mãe internada, e pediu-me, a seguir ao almoço poder vir um pouco mais tarde, daí a não estar aqui presente. Senhora Deputada tem a palavra. Faça favor. Pergunto se mais algum dos Senhores Deputados se pretende pronunciar sobre este ponto? Não. Tem a palavra Senhora Deputada.....

- **QUARENTA E DOIS - A SENHORA DEPUTADA SOFIA MARGARIDA GUEDES DE CAMPOS SALVADO PIRES (PPD/PSD)**: Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Vereadoras, Senhores Deputados. O Projeto “Rede de Cidades CENCYL”



(Região Centro e Castilla Y León) integra como parceiros os Municípios de Aveiro, Figueira da Foz, Coimbra, Viseu e Guarda, e os Ayuntamientos de Ciudad Rodrigo, Salamanca e Valladolid, que constituem a sua área geográfica de intervenção.-----

Genericamente, o Projeto tem como objetivos, fomentar a cooperação transfronteiriça, envolvendo as cidades beneficiárias neste projeto, com os propósitos de reforçar a capacidade de afirmação e a competitividade das cidades CENCYL e também, estabelecer sinergias entre as cidades para fomentar a qualidade de vida. Estes objetivos são operacionalizados pela promoção da troca de experiências sobre as estratégias de desenvolvimento em vários domínios, como a mobilidade urbana, a regeneração urbana, a integração social, a promoção turística, a animação cultural, o desenvolvimento sustentável, a dinamização económica e também pela concepção de um modelo territorial que valorize a partilha de recursos e serviços. Pretende atingir-se como resultado uma dinâmica de colaboração entre as cidades participantes, quer para o projeto, quer para além do seu prazo de execução. Em termos geográficos, as regiões CENCYL constituem um eixo de acesso rodoviário e ferroviário da Península Ibérica ao centro da Europa, denominado “Eixo Multimodal Portugal/Espanha – Europa, com mais de seiscentos quilómetros, centrado em cidades polos de desenvolvimento, relacionados com a prestação de serviços, competitividade e dinamismo dos tecidos industriais, com elevada capacidade de atração de pessoas, atividades e conhecimento. Estas perspetivas de desenvolvimento apresentam ainda algumas fragilidades: Um eixo rodoviário com elevado tráfego, com problemas de poluição e de risco de acidentes, um eixo ferroviário de baixa qualidade e capacidade e com diferente largura das vias entre a Península Ibérica e França, e ainda a existência de zonas com baixa densidade populacional. Por contraposição, as potencialidades estão associadas à passagem de grande parte das exportações portuguesas e ibéricas e à entrada de turistas, por via rodoviária, em Portugal, à distribuição de cidades de média dimensão com regularidade ao longo do eixo e que são importantes para a economia da Península Ibérica, com concentração de recursos humanos, sectores produtivos e prestação de serviços, com grande valor patrimonial, cultural e natural, e também à presença de instituições de ensino superior e de investigação e desenvolvimento. O Projeto Rede de Cidades CENCYL identifica como ameaças a possibilidade de crescimento de outros eixos alternativos e a competitividade de cidades de maior dimensão, mas reconhece as oportunidades de conclusão do eixo em perfil de autoestrada, de uniformização da largura das vias ferroviárias para o padrão europeu e a introdução da grande velocidade, ainda a complementaridade entre cidades no sentido de ganhar escala; bem como a possibilidade de desenvolvimento sustentável e a competitividade dos territórios, mesmo os de baixa densidade. É ainda relevante referir a contribuição deste Projeto CENCYL para os objetivos estratégicos do município de Viseu. O incentivo ao crescimento económico, qualidade de vida e proteção ambiental, valorizando os concidadãos e motivando a produção endógena, o reforço da coesão social e da igualdade de oportunidades, da prevenção da segurança e da dinamização cultural, o desenvolvimento da política de ordenamento do território, valorizando a posição geoestratégica de Viseu, bem como o reforço da infraestruturização a vários níveis: Viário, cultural, educacional, desportivo, etc., originando a afirmação de Viseu no contexto regional, nacional e internacional, promovendo a marca Viseu. Obrigado.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: – Muito obrigada Senhora Deputada. Pergunto se mais alguém se quer pronunciar? Então vamos passar à votação. Temos trinta e oito Senhores Deputados presentes, havia mais um Senhor Deputado que estava a entrar trinta e nove, pedia-lhe que se sentasse, quarenta, vamos então proceder à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.* Vamos passar ao Ponto 9, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre **“AMRPB – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO”**- Adesão Condicionada à Nova Prestação de Serviços de Recolha e Transporte a Destino Final de R.S.U., Lavagem, Manutenção, Fornecimento e Colocação de Contentores nos Municípios



do Planalto Beirão. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para a apresentar.-----
- QUARENTA E TRÊS - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente. Também muito rapidamente, o que trazemos aqui é uma proposta que queremos que seja condicionada, mas que tem a ver essencialmente com a diferença de entendimento que temos em relação à nossa inclusão no Associativismo Municipal. Eu gostava de deixar isso claro, qual tem sido a nossa perspectiva e qual é a nossa perspectiva em relação digamos às associações de que fazemos parte. Nós entendemos que uma associação, ou que a integração numa associação, é para beneficiar o município que a integra. Portanto este é o limite. O que tem acontecido sistematicamente por muitas razões é que o preço da recolha do lixo, se feitos isoladamente por Viseu são mais baratos do que feitos em associação. Bem, invariavelmente nos aparece a questão da solidariedade, mas a questão da solidariedade tanto quanto eu..., o conceito que tenho de solidariedade é que é um sentimento com dois fluxos, não pode ter apenas uma corrente para um lado. Solidariedade tem que ser para um lado e para o outro, e perceber as razões de cada um. O que tem acontecido é que se a Câmara de Viseu lançar um concurso, a sua recolha de lixo fica mais barata do que no seio da associação. Eu gostaria de deixar aqui um exemplo, aliás, que conheço bem, que tem a ver com uma Associação de Municípios do Alto do Tâmega. Podem confirmar isto que vos vou dizer. Têm um problema exatamente semelhante, e não têm a dimensão e a diferença que nós temos dos outros associados. Falo de Chaves e dos restantes municípios. O Município de Chaves durante muitos anos tal como nós, no seio desta associação, pagou preços mais altos, exatamente por a mesma razão que eu aqui estou a indicar, e foram os restantes municípios que agora, concordaram que Chaves abrisse uma proposta à parte, com esta argumentação, que pelos vistos aqui não tem colhido. Se até aqui foram solidários connosco, também é legítimo que a partir de agora nós sejamos solidários com Chaves. E o que é que acontece? Têm dois concursos, uma para o resto da associação, outro para Chaves que paga menos naturalmente pelo transporte e pela recolha, e isto é fácil de perceber, enquanto nós temos um aglomerado populacional concentrado e com cem mil almas, naturalmente concentrado neste espaço territorial que temos, é mais barato fazer aqui a recolha do lixo, que eventualmente num sistema que vai até ao cimo do limite territorial da associação. Mas isto tem que ser percebido pelos nossos colegas associados, se eventualmente disserem não, não, aí é que se vê a solidariedade. Eu vejo alguns de nós defender depois. Queixamo-nos eventualmente se a taxa da recolha do lixo for mais elevada, mas é evidente que nós não estamos disponíveis para manter esta situação. Portanto, estamos como eu digo numa associação para beneficiar e não para ser prejudicados. Já agora deixo também uma observação, um comentário que tem a ver com a questão que já vi também aí, não sei se... já vi escrito, que depois, mas aonde é que vão deixar o lixo? Deixamos o lixo no espaço que pagámos. Que não fique a dúvida para ninguém de que o espaço do aterro, nós pagámo-lo, pedimos um empréstimo para o efeito. Portanto, apesar de ele não estar no nosso território, nós somos donos da parte que nos diz respeito. Portanto, ninguém legalmente nos impedirá de deixar lá o lixo para ser tratado, e pagaremos para o efeito. Agora para ser recolhido, naturalmente que temos toda esta liberdade para escolher a modalidade que é melhor para os nossos cidadãos.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: – Muito obrigado Senhor Presidente. Pergunto se algum dos Senhores Deputados se pretende pronunciar? Senhor Deputado Pedro Ruas tem a Palavra.-----

- QUARENTA E QUATRO - O SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PPD/PSD): Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Membros da Assembleia Municipal de Viseu, Público presente, os meus respeitosos cumprimentos a esta Assembleia. O Executivo Municipal de Viseu, tem pautado a sua conduta política por critérios de racionalidade e exigência na aplicação dos recursos públicos, pois só este caminho permite desonerar o



presente e criar condições de sustentabilidade para o futuro. Com esse intuito, considerou a Autarquia Viseense que o fim da concessão da prestação de serviços de recolha e transportes de resíduos sólidos urbanos era uma oportunidade única para conseguir uma redução muito expressiva da despesa ou se quisermos da fatia que cabe de encargos ao Concelho de Viseu. Para isso, a Câmara Municipal de Viseu, chamou à atenção do Órgão Executivo da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão para a necessidade de lançar um concurso público de forma atempada que contribuísse para uma redução do preço por tonelada, e para o incremento da qualidade do serviço objeto da concessão, beneficiando desta forma os Viseenses e consequentemente todos os cidadãos desta ampla comunidade do Planalto Beirão, que veriam assim uma redução efetiva de custos e um aumento da qualidade do serviço prestado. No entanto, entendeu o Conselho Diretivo da Comunidade que não era necessário lançar concurso público por entender que o contrato de prestação de serviços em causa poderia ser objeto de prorrogação. Com efeito, a verdade é que o próprio Conselho Executivo da Comunidade, veio a dar razão à Autarquia a Viseense, pois como não podia deixar de ser esta concessão, está sujeita naturalmente às regras do Direito Administrativo, pois nele intervém um órgão da administração pública na sua veste de “*ius imperium*”. Para além disso era fundamental para o Executivo Municipal, obter toda a informação necessária no estrito cumprimento da Lei das Autarquias Locais, para poder submeter tal decisão ao Órgão competente, no nosso caso à Assembleia Municipal de Viseu. Só depois de tal decisão e de deliberação da Assembleia Intermunicipal é que existiria legitimidade para o Órgão Executivo do Planalto Beirão decidir afinal, sobre a adjudicação do concurso publico. Por outro lado, conforme foi referido para a Autarquia era muito importante fixar um teto máximo de preço por tonelada, razão pela qual, teve sempre um Plano B, aconselhado pela prudência que passou pelo lançamento de um concurso próprio que assegurasse um preço mais competitivo, e que deixa margem de manobra ao futuro Executivo Municipal. Não obstante o concurso referido, ou se quisermos o plano B, a Câmara Municipal de Viseu, propôs em sede de Assembleia Intermunicipal, uma vez que não tem assento no Órgão Executivo, um preço máximo de trinta e dois euros por tonelada, sendo certo que este princípio veio a materializar-se numa proposta de trinta euros por parte de um dos concorrentes, mas, espantosamente o concorrente que apresentou a proposta mais barata, foi objeto de exclusão. Tudo isto, apesar dos vários pareceres contraditórios. Ao contrário do que é entendimento do Órgão Executivo da Comunidade, entende a Câmara Municipal de Viseu, e bem, que os órgãos autárquicos devem pronunciar-se antes da tomada de decisão do Órgão Administrativo da Comunidade, até porque, estamos perante uma concessão para oito anos que ultrapassa o mandato do Executivo. Assim, defende a Câmara Municipal de Viseu, e o PSD Viseu que uma decisão de tal importância não pode ser tomada pelo atual Executivo que se encontra em fim de mandato, por condicionar por oito anos o Executivo que vier a ser eleito nas próximas Eleições Autárquicas. Por uma questão de ética, seriedade e coerência política, defende o PSD que tal decisão deve ser tomada pelo novo Executivo. Convém também fazer aqui um pequeno aparte e dizer que não estarão em causa a continuidade destes serviços. Estes serviços vão-se manter, vai-se deixar também espaço de manobra para o Executivo que vem, e acima de tudo um plano B, que permite ter uma outra opção em cima da mesa. Como o Senhor Presidente da Câmara diz e bem, a solidariedade é um fluxo, mas há quem entenda que é um afluxo, porque tem que haver duas vias, e de facto Viseu tem sido altamente solidário com os Concelhos vizinhos. Somos tão solidários que até somos os únicos que pelos vistos, fazemos o trabalho de casa e contribuímos para que haja de facto uma descida do preço, e isto não é só um benefício só para os Viseenses, é um benefício para todos os cidadãos desta Região. Tenho dito.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: – Muito obrigado Senhor Deputado. Pergunto se mais algum dos Senhores Deputados... Senhor Deputado João Paulo tem a palavra.-----



- **QUARENTA E CINCO - O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS)**: Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Digníssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores. É muito rápida, é para dizer e no fundo para deixar claro que efetivamente o Partido Socialista quando tem que concordar com as propostas que aqui vêm a esta Assembleia, porque fazem sentido, não faz sentido nenhum estarmos numa lógica de oposição. Podem não combinar as estratégias como há pouco o Senhor Presidente da Câmara disse, mas a informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara e depois a informação, também no fundo é uma informação que traz aqui o Deputado Municipal Pedro Ruas, ajudam a esclarecer do nosso ponto de vista, mais do que cabalmente esta questão, sabemos que têm sido mais ou menos discutida também, digamos na praça pública e parece-nos fazer efetivamente todo o sentido, que estejamos em associações para tirar benefício precisamente da constituição da associação. Ora, se somos prejudicados e nos tempos que correm, enfim, podendo, deveremos, acho é uma obrigação também a obrigação da solidariedade mas os tempos que correm de facto não são convidativos a exercícios de solidariedade, sobretudo quando estão em causa montantes relevantes, e que depois acabam por ter uma consequência também no que são os impostos cobrados a todos nós, aos Viseenses. Desse ponto de vista estamos perfeitamente de acordo com a proposta que a Câmara traz a esta Assembleia e vamos votá-la favoravelmente.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: – Muito obrigado Senhor Deputado. Não sei se mais alguém se pretende pronunciar? Não sei se o Senhor Presidente da Câmara quer acrescentar mais alguma coisa? Tem a palavra.-----

- **QUARENTA E QUATRO - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**: Também muito rapidamente Senhor Presidente, só para deixar aqui alguns dados, nós neste momento cobrimos com o esforço dos cidadãos um terço daquilo que nos custa a recolha do lixo, isto é, do que a Câmara paga para, e como sabem as terias dizem que deve ser totalmente coberto este serviço, o que significava que tínhamos que triplicar o aumento da taxa de recolha de lixo, e nós não o fazemos, que é o nosso contributo para ajudar os cidadãos, fazemos como disse a um terço daquilo que era necessário, mas acrescentava-lhe ainda um outro dado, nós, no Concelho de Viseu, recolhemos cerca de cem toneladas dia. Se por acaso o preço variar como eu estou aqui a tentar demonstrar, dez euros a tonelada, vejam o que é que isso dá. Se por acaso nós embarcarmos numa situação em que nos levem mais dez euros por tonelada, eu queria dizer que durante muito tempo andámos a pagar muito mais do que isso. O que é que isto representa ao fim do ano. Portanto, naturalmente que isto são dinheiros municipais que temos que acautelar e gerir da melhor maneira. Já agora uma nota em relação a um aparte do João, eu não combinei mesmo nada com o Pedro Ruas, não, mas deixe-me dizer-lhe, não combinei nada com o Pedro Ruas, mas como ele é um jurista promissor, também sabe ler, e leu a deliberação, da Câmara e bem. O João Paulo se a tivesse lido tinha os mesmos elementos do Pedro Ruas, digo eu!-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: – Muito obrigado Senhor Presidente. Não tenho mais ninguém inscrito. Vamos passar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade*, estando 44 Deputados presentes na sala. Passamos agora ao Ponto 10, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre **“REGULAMENTO DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE VISEU”**. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

- **QUARENTA E CINCO - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**: Senhor Presidente, este ponto e o próximo têm apenas a ver com a adequação da entrada em vigor do licenciamento zero. Portanto, a adaptação dos regulamentos da publicidade e dos períodos de abertura e funcionamento, têm a ver com isso e o ponto seguinte, tem a ver com essa adaptação da entrada em vigor da 48 de 1 de abril que de facto implementa o licenciamento zero. Portanto é essa adaptação.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: – Muito obrigado Senhor Presidente.



Pergunto se alguém se quer pronunciar? Senhora Deputada tem a palavra. Isto é uma matéria a que eu dediquei já umas dezenas de horas. É muito importante. Senhora Deputada deixe-me só dar uma informação. Não sei se alguém tem o carro aqui à porta, sem o ticketzinho, está aí a policia a multar, vejam lá. Não convém estar a gastar a senha de presença para pagar uma multa. Tem a palavra Senhora Deputada.-----

- QUARENTA E SEIS - A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE): Boa Tarde a todos e a todas novamente. Durante o meu período de almoço estive a pensar que fui a única pessoa aqui nesta Assembleia a representar um partido que não deu os parabéns ao Académico e eu como Academista e ex-atleta do Clube, dou os parabéns ao Académico, mas também queria dar os parabéns à equipa de natação do Académico, que ganhou pela quarta vez consecutiva o Campeonato Regional de Clubes da Associação de Natação de Aveiro, que foi realizado nas nossas piscinas municipais e que trouxeram a Viseu grandes atletas também da natação. Em relação ao Ponto nove e nem de propósito, também aqui a ler o jornal do Deputado João Paulo, verifiquei que vinha uma notícia sobre a fiscalização à publicidade, e nem de propósito, vem um “mupi” todo estragado do Bloco de Esquerda e eu realmente também não gostei nada de ver, porque eu também gosto da minha cidade e também prometo que vou fiscalizar por dentro esta situação. Mas não posso deixar de... até porque vamos votar contra, neste sentido de que a questão das rotundas e a questão dos postes, é uma mais-valia para a campanha, por exemplo, para fazer chegar às pessoas muita informação. Claro com muita regra para não dar nenhum aspeto de desleixo à nossa Cidade que eu prezo muito por estar sempre impecável e limpa, e portanto eu reforço essa intenção. Este cartaz é um mau exemplo até para o partido que eu represento, para além de não saber porque é que ele ainda está ali, mas isso vou saber agora porque realmente vi isto assim no jornal e não gostei, sou sincera não gostei. E Também por outra situação que no artigo, continua a proibir a publicidade em alguns espaços, também sei que já foi discutido aqui no passado a questão da publicidade nas esplanadas, que eu penso que é um local que pode ajudar aos próprios comerciantes ter publicidade, claro que sempre cumprindo regras e nunca esquecer a questão da estética e a questão do ficar bem. Isto era uma declaração de voto, porque vamos votar contra, está bem? Muito obrigado.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: – Muito obrigada Senhora Deputada. Senhor Deputado tem a palavra. Estamos o Ponto 10 e 11. Sim pode. Pode perfeitamente abordar as duas questões. O Senhor Presidente da Câmara também abordou, não há problema nenhum.-----

- QUARENTA E SETE - O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS): Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhor Presidente, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Caríssimos Deputados, Público e Comunicação Social. Após análise do regulamento em causa, estou a falar do ponto onze, a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente o mesmo, no entanto consideramos importante realçar uma questão que poderia fazer parte deste regulamento. O modelo espanhol, abre a possibilidade de um proprietário ter o horário de funcionamento alargado mediante o pagamento anual de um valor extra. O proprietário assume a responsabilidade de cumprir requisitos como os níveis e limites relacionados com ruído segurança, tranquilidade e repouso dos munícipes. Ou seja, os entraves ao alargamento do horário são menores, mas obviamente que estará também sujeito a coimas respeitantes ao incumprimento dos requisitos que referi. Esta é apenas uma indicação que queríamos deixar, que poderia na nossa opinião fazer sentido para alguns estabelecimentos do nosso Concelho. Para finalizar, gostaríamos apenas de solicitar informações em relação à data prevista para a criação do “Balcão do Empreendedor” criação essa que é necessária para a adaptação do regulamento às novas exigências legais. Era só.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: – Muito obrigado. Tem a palavra também o Senhor Deputado Diamantino Santos.-----

- QUARENTA E OITO - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO



CORAÇÃO DE JESUS DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD): Muito boa tarde a todos. Renovo os cumprimentos ao Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Presidente do Município, Senhores Vereadores, Colegas desta Assembleia, Comunicação Social e Público em geral. Muito rapidamente só abordar também, eu viria falar sobre a questão do ponto onze, mas em relação ao ponto dez, deixar aqui esta referência e que acontece com alguma regularidade na Freguesia a que eu presido. Entristece-me que os Partidos mais à esquerda, frequentemente deixem ficar ato eterno os placards publicitários que muitas vezes completamente desajustados em relação à informação que transmitem. É um recado que eu deixo, para que realmente haja essa responsabilidade. Em relação ao ponto onze, eu queria aqui de facto enfatizar mais uma vez a preocupação pró-ativa do nosso Município em adaptar digamos assim, estas medidas ao que o Decreto de Lei 48 de 2011 se não me engano, de 1 abril, deixa vertida no seu articulado. É fundamental na nossa ótica, porque de facto, nós estamos a falar particularmente no tecido urbano, estamos a falar de uma atividade que é muito importante para de alguma forma para o “*aporte económico*” que todos nós desejamos. E portanto, nesse sentido, todas as medidas que têm a ver com licenciamento zero, com o balcão do empregador, são na ótica do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, são bem-vindas e portanto, ficamos felizes com isso. Deixava aqui também e já agora, uma pequena anotação, relativamente à responsabilidade cívica e social de todos nós, e quando se aqui fala no cumprimento dos horários, na questão portanto, inclusive da limpeza dos espaços, era bom que também proprietários e até nós tivéssemos essa responsabilidade e não delegássemos isso só para a Autarquia e para os agentes que têm esse trabalho. Eu, na Freguesia que gero, tenho alguns bares e de facto os proprietários não ficam bem na fotografia. E era importante que todos nós tivéssemos essa consciência. Muito obrigado.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: – Muito obrigado Senhor Deputado. Não se mais alguma das Senhoras ou dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre estes dois pontos? Senhor Presidente da Câmara, não sei se quer fazer alguma observação final. Vamos votar o Ponto 10. Portanto, “**REGULAMENTO DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE VISEU**”. Estão quantos Senhores Deputados? Quarenta e quatro presentes. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado com 43 votos a favor e um contra.*-----

Passamos ao Ponto 11 do ponto de vista de votação. “**REGULAMENTO DOS PERÍODOS DE ABERTURA E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE VISEU**”, já foi discutido e apresentado! Tem a palavra Senhora Deputada.-----

- QUARENTA E NOVE - A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE): Antes de falar no Ponto onze, tem aqui o meu compromisso Professor Diamantino, que eu vou ser rigorosa no controle, pelo menos nos que dizem respeito ao Bloco de Esquerda. Faço questão. Em relação à questão do ponto onze, eu já falei de alguns pontos logo na intervenção antes da ordem do dia, mas queria referir o seguinte: O Bloco de Esquerda vai votar contra principalmente em coerência a todo um conjunto de coisas que já foram desenvolvidas nos últimos anos acerca dos horários de grandes superfícies. Nós sempre defendemos que as grandes superfícies deviam estar fechadas ao domingo e aos feriados e portanto, vamos ser coerentes, e neste documento volta a haver um alargamento do horário das grandes superfícies que na nossa Cidade, teve um impacto brutal mesmo, é só dar uma volta ao domingo à tarde no Rossio, que vimos que, a Cidade está deserta porque as pessoas..., eu sei é um estilo de vida, são opções das pessoas, podemos discutir isso tudo, as pessoas são livres para escolherem o sítio para onde podem ir, portanto, eu não queria entrar por aí, mas por coerência, vamos votar contra este ponto. Tendo em conta também na questão do alargamento do horário, ou no controlo do horário, realmente, dos pontos que eu li, e fiz questão de os ler um pouco mais aprofundadamente, até porque moro no centro da cidade e no centro histórico. Realmente



há muita maneira de poder restringir os horários de funcionamento de alguns bares e de alguns, eu sei lá, eu chamo a tudo bares, é melhor para não distinguir, para não ser mal interpretada. Portanto, por exemplo desde que não constitua comprovadamente motivo perturbador da segurança, tranquilidade, um bar no centro da cidade aberto até às seis da manhã, não pode cumprir este ponto e só por aqui se pode restringir o seu funcionamento. Quero deixar bem claro que não somos contra os bares que funcionem bem, dentro das regras, mas como é óbvio tem que haver algum controle. Muito obrigado.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** – Muito obrigado Senhora Deputada. Não tenho mais nenhum Senhor Deputado, nem nenhuma Senhora Deputada inscritos, vou então passar à votação do ponto onze. Quarenta e três Senhores Deputados Presentes. **“REGULAMENTO DOS PERÍODOS DE ABERTURA E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE VISEU”** Quem vota contra? Pode baixar o braço. Quem se abstém? *Aprovado com 42 votos a favor e um contra.*-----

Passamos agora ao Ponto 12, último ponto da nossa Ordem de Trabalhos. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre **“REGULAMENTO DE TABELA E TAXAS, LICENÇAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE VISEU”**. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar.-----

- **CINQUENTA - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, muito rapidamente, só para dizer que tivemos a preocupação de não haver aumentos das taxas. Portanto, dando resposta a uma preocupação que nos foi transmitida noutra âmbito, pela Confederação de Comércio e Serviços, e portanto a preocupação foi essa, e acho que o documento responde a isso.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** – Muito obrigado Senhor Presidente. Pergunto se alguém se quer pronunciar? Senhor Presidente da Junta tem a palavra.-----

- **CINQUENTA E UM - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE S. JOÃO DE LOUROSA ANTÓNIO DE SOUSA DA FONSECA (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhora Vereadora e Senhores Vereadores, Senhores elementos da Assembleia Municipal, Comunicação Social, Público, meus Senhores e minhas Senhoras. Nós discutimos aqui o ponto dez e o ponto onze efetivamente, quanto ao Regulamento e Execução em público, e tivemos também o regulamento de abertura dos estabelecimentos. Isto aqui quanto à proposta de alteração do regulamento taxas, licenças e outras receitas do município, resulta essencialmente da necessidade de estabelecer as taxas correspondentes ao nosso procedimento, estabelecidos pelo licenciamento zero. Sem esta aprovação não se podiam aprovar as taxas, e o Senhor Presidente da Câmara já referenciou, já assentou, que efetivamente não há alteração de taxas, simplesmente tem de haver efetivamente esta aprovação para a Câmara ficar autorizada a receber as taxas.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** – Muito obrigado. Mais alguém se quer pronunciar sobre esta matéria? Então vamos passar à votação. Temos quarenta e três Senhores Deputados presentes. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.* Terminámos a Ordem de Trabalhos. Passamos à parte da intervenção do Público, temos um Cidadão inscrito, mas já não está. Tínhamos aqui o Senhor Engenheiro Guiné, mas como não está, damos por concluída a nossa Sessão, agradecendo a vossa presença. Obrigado. O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão às quinze horas e trinta e dois minutos. E do que nela foi dito lavrou-se a presente Ata, que vai ser assinada por mim, _____ Primeiro Secretário e pelo Presidente da Mesa, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(António Joaquim Almeida Henriques)